

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

**RENATA APARECIDA COTRIM**

Memória militante: a atuação das redes de preservação documental  
na salvaguarda dos arquivos das classes subalternas

Mestrado em História Social

São Paulo  
2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

**RENATA APARECIDA COTRIM**

Memória militante: a atuação das redes de preservação documental na  
salvaguarda dos arquivos das classes subalternas

Mestrado em História Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira.

São Paulo  
2022

Banca Examinadora

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira – PUC-SP

---

Prof. Dr. Pedro Gustavo Fernandes Fassoni Arruda – PUC-SP - Titular

---

Profa. Dra. Marly de Almeida Gomes Vianna – UFSCAR - Titular

---

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio - UNESP – Suplente

---

Profa. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago – PUC-SP - Suplente

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.**

Aos imprescindíveis

José Luiz Del Roio  
e  
Maurício Martins de Mello;

À Aurora,  
com o desejo de que jamais deixe de se indignar diante das injustiças do  
mundo;

À  
Marly Vianna,  
Dora Henrique da Costa e  
Zuleide Faria de Melo;

À memória de  
Astrojildo Pereira;  
Roberto Morena;  
Dario Canale;  
Antônio Filgueiras Vieytes;

E a todas as mulheres e homens anônimos que lutaram e lutam pela  
preservação da memória das classes subalternas.

## AGRADECIMENTOS

O resultado desta pesquisa é fruto do trabalho coletivo, e contou com o apoio e a contribuição inestimável de inúmeras pessoas.

Agradeço ao PEPG em História da PUC-SP, especialmente ao William, por todas as orientações quanto aos trâmites burocráticos ao longo do mestrado.

À CAPES, pelo subsídio concedido durante o todo o período de pesquisa. Sem tal suporte, teria sido impossível a realização deste trabalho.

Agradeço especialmente à minha orientadora, professora Vera Lúcia Vieira, pela generosidade, carinho e acolhimento nesses anos de parceria. Seu incentivo e entusiasmo foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço também aos docentes que me direcionaram quando a pesquisa era apenas uma ideia – a professora Tânia de Luca, pelo estímulo quando estive à frente da coordenação do CEDEM. Ao professor Gerardo Leibner, um agradecimento especial pela generosidade e paciência com que leu as primeiras linhas do projeto, por todas as sugestões e considerações que fez, e que me guiaram ao longo de todo o percurso.

Aos professores que participaram das bancas de qualificação e defesa, por todas as recomendações importantíssimas - Marcos Del Roio, Marly Vianna e Pedro Fassoni. Agradeço especialmente aos professores Marly e Marcos pelo carinho e por tantas contribuições valiosas ao longo de todo o processo. Agradeço também à professora Maria Aparecida de Paula Rago, por aceitar o convite para a banca de defesa.

Um agradecimento especial às minhas queridas colegas e amigas do CEDEM que dividem comigo as dores e as delícias de trabalhar com a preservação da memória – Genira Chagas, Jacy Barletta, Sandra Moraes e Solange Souza. À Solange, agradeço especialmente a leitura crítica do texto e as muitas contribuições. Suas reflexões lançaram luz em muitos pontos deste trabalho. Agradeço também às professoras Sonia Troitiño e Maria Ribeiro do Vale, que como coordenadoras da instituição, em épocas distintas, permitiram que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa, oferecendo incentivo e apoio institucional. À querida amiga Lúgia de Almeida, pelos papos, cafés e “girinhos”

no Centro pós-expediente, agradeço imensamente a cooperação, o carinho e entusiasmo constantes.

Aos pesquisadores do CEDEM que com tantas pesquisas incríveis, serviram de estímulo para a compreensão dos arquivos custodiados pela instituição. A todos e todas que pesquisaram nos acervos nesses anos em que estive à frente do setor de Atendimento ao Pesquisador, meu profundo agradecimento. Na impossibilidade de nomear todos, agradeço especialmente à Tânia Gerbi Veiga e Deni Rubbio pelo apoio e encorajamento.

Agradeço imensamente aos meus amigos de PUC e de vida: Gui Botelho, Marcela Magalhães, Sonia Maria, Fernanda “Pelúcia” e Dani Preta, assim como minhas amigas-irmãs de alma, copo e cruz: Gabi Leal, Cris Greco – pela tradução do resumo em inglês, Greice Botechia e Karla Maestrini – também pela leitura crítica de parte da pesquisa.

Ao amigo Fábio Mariano, pelo carinho de sempre e leitura do texto para a Qualificação. Aos vizinhos e amigos especiais da Vila do Chaves, Catarina Borba e Felipe Foresti.

Ao estimado e competente Eduardo Piacsek, pela leitura e revisão criteriosa deste trabalho.

Aos amigos queridos Alexandre Maciel e Lavínia Del Roio, agradeço também por dividir as angústias da pós-graduação e por me socorrer várias vezes com a tradução dos documentos em italiano.

Aos meus colegas da pós-graduação em História da PUC-SP, principalmente ao amigo-camarada Breno Amparo.

Ao querido Léo Soares, pelos debates, reflexões e indicações de textos, mas principalmente pela generosidade, doçura, carinho e apoio constantes, mesmo à distância, indispensáveis durante o processo de construção e conclusão deste trabalho.

Ao meu querido camarada Ivan Pinheiro, com quem tenho a oportunidade de aprendizado constante.

Ao Sérgio Félix, amigo querido, por tantos anos de aprendizado, carinho e apoio, principalmente nos momentos mais difíceis.

À Mônica, pela doçura com que cuidou da Aurora durante esse período de pesquisa.

Agradeço à minha família, aos meus pais Maria (*in memoriam*) e Carlos, por oferecerem apoio e condições aos meus estudos. Seu histórico de luta como ex-operários me inspira a seguir adiante. Aos meus padrinhos-avós, Isaltina e Manoel (*in memoriam*), por estarem presentes mesmo que não fisicamente.

A minha família expandida Normanha-Ribeiro de Almeida que os vínculos civis-burocráticos trouxeram, agradeço todo incentivo, apoio e carinho, em especial ao meu ex-sogro querido João Thomaz, pela leitura criteriosa do texto e valiosas sugestões.

Ao meu querido e sempre companheiro e parceiro de vida, Ricardo “Flóqui” Normanha, pelo apoio imprescindível nesses anos todos, principalmente no apagar das luzes desta pesquisa. Agradeço imensamente por todo amor, cuidado e dedicação com nossa família, ao longo de todo o trabalho. Sem sua cooperação, a conclusão desta pesquisa teria sido infinitamente mais difícil. Agradeço também pela leitura criteriosa de parte do texto na reta final do processo.

À minha menina Aurora, pela resiliência com que encarou todo o período da pesquisa, mesmo sendo tão pequena. Por todos os “amuletos” e desenhos oferecidos ao longo do caminho, para que eu pudesse “terminar mais rápido” o trabalho. Por ser quem é e por ser minha inspiração.

Agradeço especialmente à professora Teresa Isenburg pelas leituras, sugestões e contribuições ao longo de toda a pesquisa. Um privilégio enorme contar com sua assistência.

Ao estimado Maurício Martins de Mello, por todo o carinho e disponibilidade com que me recebeu em sua casa, em Petrópolis.

Ao meu querido mestre e camarada, José Luiz Del Roio, a quem dedico esta pesquisa. A generosidade e confiança com que orientou, aos poucos, meu mergulho no universo do ASMOB foram a base para a decisão do meu retorno à Universidade. Agradeço imensamente por todas as aulas que me ofereceu (e oferece) em nossas longas conversas, realizadas diariamente ao longo desses anos todos. Sua trajetória de lutas, firmeza ideológica e absoluto comprometimento com a preservação da memória das classes populares me inspiram todos os dias.

A todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, muito obrigada!



*“ocorre que o passado é sempre uma morada  
mas não existe esquecimento capaz de demoli-lo”  
Mario Benedetti*

## RESUMO

Esta pesquisa analisou, tendo por base as questões que envolveram a constituição dos arquivos de diversos grupos subalternos, em especial, do movimento operário brasileiro, a criação do *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano* (ASMOB) percebida como expressão da atuação das redes de preservação documental, articuladas internacionalmente, a partir da tradição preservacionista, que remonta ao início do século XX, de militantes sociais e organizações de esquerda – principalmente socialistas, comunistas e anarquistas - de documentar e preservar os registros das lutas e as memórias de sua classe. Partindo da investigação e do cruzamento das fontes primárias que constituem os diferentes acervos reunidos no ASMOB, tornou-se compreensível a origem e a atuação das redes de preservação documental que serviram de sustentáculo para a salvaguarda de importantes conjuntos documentais, reunidos no Brasil e no exterior. Por meio da investigação das relações políticas e pessoais fundamentais na constituição destes acervos foi possível observar e entender os processos de construção de uma memória coletiva e da luta de classes pela história e pela memória das classes subalternas, sobretudo as do movimento operário brasileiro.

**Palavras-chave:** Memória Militante; Redes de Preservação Documental; ASMOB, Classes Subalternas

## ABSTRACT

Based on the issues that involved the constitution of different archives of subaltern groups, more specifically the Brazilian labour movement, this research analyzed the foundation of the *Arquivo Storico del Movimento Operaio Brasiliano* (ASMOB) as the result of the work of documentary preservation networks, internationally articulated, through their preservationist tradition within social activists and leftist organizations – mainly socialists, communists and anarchists – of documenting and keeping the records of the struggles and memories of its class since the beginning of the XX Century. With the study and cross-examination of the primary sources which constitute the different collections present at the ASMOB, the origin and actions of the above-mentioned networks can be acknowledged as being the main support for the safekeeping of important sets of documents reunited in Brazil and other countries. Through the investigation of fundamental relations – both political and personal – involved in the creation of these collections, it was possible to observe and understand the process of constructing a collective memory, and the struggle to preserve the history, and the memory, of these subaltern classes, especially, that of the Brazilian labour movement.

**Keywords:** Activist Memory; Documentary Preservation Networks; ASMOB; Subaltern Classes

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	10
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I - A PRESERVAÇÃO DAS LUTAS E A LUTA PELA PRESERVAÇÃO: OS ARQUIVOS DAS CLASSES SUBALTERNAS</b> .....	23
1.1. Os esforços para a preservação dos arquivos das classes subalternas – o pioneirismo de Giangiacomo Feltrinelli .....	29
1.2. Uma pequena universidade marxista.....	34
1.3. As redes de preservação documental na Europa pós Segunda Guerra Mundial .....	36
1.4. A tradição comunista na salvaguarda da memória operária - a experiência do Estado Revolucionário Soviético .....	40
1.5. O fascismo e a apropriação da memória operária como troféu de guerra .....	46
<b>CAPÍTULO II - ARQUITETOS DA MEMÓRIA: ARTICULAÇÃO DA REDE DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NO BRASIL</b> .....	50
2.1. O imperativo da construção do ASMOB ante os embates acadêmicos . 51	
2.2. Perseguição e destruição dos arquivos das classes subalternas .....	58
2.3. A luta pela preservação da memória das classes subalternas é tarefa de todo militante internacionalista.....	65
2.4. A rede comunista de preservação documental forjada na resistência clandestina contra a ditadura brasileira.....	78
2.5. Roberto Morena, o artesão da memória operária .....	82
2.6. Arquivos exilados .....	89
<b>CAPÍTULO III - ARQUIVOS MILITANTES – “ARQUIVAR OS DADOS PARA A HISTÓRIA PROLETÁRIA”</b> .....	91
3.1. Revolução documentada – o registro como prática revolucionária .....	97
3.2. A cultura militante internacionalista e as redes de preservação documental .....	107
3.3. Papéis da Revolução – os documentos da luta armada na América Latina .....	111
3.4. Memória e resistência – José Luiz Del Roio, um revolucionário internacionalista .....	114
3.5. O ASMOB e a tradição comunista de preservação documental – estratégias de resistência de preservação da memória .....	116
3.6. Maurício de Memória - do real e do imaginário .....	118

3.7. Para salvar a memória histórica do movimento operário brasileiro .....	120
3.8. A disputa pela memória dos comunistas brasileiros .....	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>136</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>152</b>
<b>ENTREVISTAS .....</b>	<b>155</b>
<b>SITES CONSULTADOS .....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>157</b>

# MEMÓRIA MILITANTE: A ATUAÇÃO DAS REDES DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA SALVAGUARDA DOS ARQUIVOS DAS CLASSES SUBALTERNAS

## INTRODUÇÃO

*“[...] o ponto de vista do proletariado é o horizonte científico da nossa época”.*  
(Michel Löwy)

Esta pesquisa buscou compreender e identificar, a partir da análise da problemática da constituição dos acervos das classes subalternas, em especial, os do movimento operário brasileiro, reunidos e preservados no *Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano* (ASMOB),<sup>1</sup> as ações das redes de preservação documental e sua conexão com a tradição de salvaguarda desse patrimônio, promovidas por militantes sociais desde o início do século XX.

A preservação da memória e das diversas formas de testemunho da atividade humana, que constituem o patrimônio histórico-cultural, destacadamente o documental, tem sido objeto de atenção cada vez maior. No Brasil, as discussões acerca da preservação do patrimônio documental nacional se mostraram acaloradas a partir do final da década de 1980 e início de 1990, quando já havia a consciência de que os documentos históricos que mais se perderam ao longo do século XX foram aqueles que registravam as ações das organizações e partidos políticos, ligados à luta das classes subalternas, especialmente o movimento operário. Essas fontes documentais dispersas, sem tratamento técnico, na maioria das vezes constituídas por documentos mal acondicionados, sem instrumentos de pesquisa para facilitar o

---

<sup>1</sup> ASMOB é a sigla em italiano para *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano*, que será empregada no decorrer desta pesquisa para nos referirmos à instituição.

seu acesso, não apresentavam disponibilidade para o trabalho dos pesquisadores, nem para um uso social mais amplo (CAMARGO, 2018).<sup>2</sup>

O ASMOB, objeto principal de análise dessa pesquisa, surgiu dessa proposta preservacionista das ações e articulações de militantes comunistas brasileiros que estavam exilados na Europa durante a década de 1970. Para entender o contexto de produção dos acervos reunidos e preservados pelo ASMOB, é fundamental retomar o histórico de surgimento das redes de preservação documental que atuaram para a criação da entidade, visando a salvaguarda de parte significativa da memória das classes populares, sobretudo do movimento operário.

Preocupados em evitar a destruição de uma parcela significativa da memória do movimento operário brasileiro, preservada até aquele momento em arquivos particulares – os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena – um pequeno grupo de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) enviou para o exterior esses acervos. A constituição do ASMOB foi fruto da experiência das diversas redes de preservação documental que envolveram principalmente militantes do Partido Comunista Italiano (PCI), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e alguns setores progressistas da Igreja Católica. Assim, em meados de 1977, os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena foram recebidos por José Luiz Del Roio e Maurício Martins de Melo, em Milão, na Itália, e abrigados sob a responsabilidade do ASMOB na Fundação Giangiacomo Feltrinelli. Antes da chegada desses arquivos a Milão, já havia uma preocupação por parte de alguns militantes brasileiros e latino-americanos em preservar a documentação produzida pelos diversos grupos de resistência aos regimes militares de seus respectivos países, inclusive documentos pertencentes a algumas organizações de luta armada. Um desses militantes, peça-chave para entendermos os pontos de ligação das redes de preservação documental, foi o então jovem revolucionário José Luiz Del Roio, um dos fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN).<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A criação de diversas instituições públicas de salvaguarda, principalmente os Centros de Documentação e Memória ligados às universidades brasileiras surgem para atender essa demanda, fruto dos intensos debates de alguns setores da sociedade brasileira. Ver: (CRUZ, 2016); (VIEIRA; COTRIM, 2020).

<sup>3</sup> Organização de orientação marxista-leninista de resistência armada à ditadura militar no Brasil. Foi criada por Carlos Marighella, José Luiz Del Roio, Câmara Ferreira, Raphael Martinelli e outros oito militantes oriundos do Comitê Estadual de São Paulo do Partido Comunista, em abril de 1967.

No segundo semestre de 1968, José Luiz Del Roio partiu para o exterior para reconstruir os contatos de apoio internacional ligados à ALN e à resistência armada no Brasil. Com o aprofundamento da repressão no país, a rede de contatos internacionais que existia anteriormente foi desmantelada pela queda de Carlos Marighella e de outros militantes da ALN. No final de 1970, após o assassinato de Câmara Ferreira e a feroz liquidação das organizações de luta armada pelo regime militar, Del Roio, impossibilitado de retornar ao Brasil, passou a ser o representante e porta-voz, no exterior, de todas as organizações de resistência armada ainda existentes no país naquele período. Naquele momento, alguns documentos produzidos por essas organizações, sobretudo pela ALN, foram escondidos em diferentes pontos do exterior, em países da América Latina e da Europa.

Esta é a gênese de um dos acervos do ASMOB, a *Coleção Exílio*, que abordaremos mais adiante nessa pesquisa. Ao longo dos anos de 1970 e 1980, os acervos reunidos pelo ASMOB aumentaram seu volume, recebendo a contribuição de diversos grupos e organizações do Brasil e do exterior.

No decorrer dos anos 1970, organizações internacionais de solidariedade política sediadas em diversos países – França, Itália, Portugal, Espanha, Bélgica, Holanda, Argélia, Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Cuba, Peru, entre outros – colaborando com os exilados políticos brasileiros e de outras nacionalidades da América Latina e da Europa, promoveram campanhas e organizaram eventos de caráter político e cultural como seminários, palestras, exposições de artes visuais, oferecendo apoio à luta contra a ditadura militar burguesa no Brasil, atuando como agentes de manifestação e difusão da cultura brasileira no exterior. Essas ações produziram documentos diversos e estes foram incorporados à *Coleção Exílio*, o acervo que o ASMOB constituiu no exterior.

A reunião e salvaguarda dos documentos do movimento operário brasileiro foi uma iniciativa conjunta de Maurício Martins de Melo e José Luiz Del Roio, principais articuladores em torno do surgimento do ASMOB enquanto instituição votada à preservação documental. As histórias pessoais e políticas desses dois militantes comunistas se fundem com a construção da entidade: no caso do Del Roio, além de guardar documentos de sua própria militância, ficou responsável por receber dos companheiros, de diferentes tendências e posições dentro da esquerda, documentos para compor os acervos da instituição. Articulou, no início dos anos de 1970, para que esse material fosse escondido e guardado em segurança, espalhado pelo mundo. Del

Roio e Maurício foram responsáveis pela organização arquivística dos acervos do ASMOB, quando esta já estava instalada nas dependências da Fundação Giangiacomo Feltrinelli.

A organização desses arquivos obedeceu a uma racionalidade própria, que levou em conta a segurança dos documentos e dos sujeitos envolvidos. Portanto, trata-se de uma organização *política* dos registros documentais no interior de suas coleções e fundos, pensados como peças em um tabuleiro de xadrez, nos quais os documentos foram distribuídos estrategicamente, correspondendo a uma lógica concebida por indivíduos que estiveram por longos anos na clandestinidade e que teve, por princípio, a segurança de seus pares. O complexo nexo de organização destes materiais só é possível de ser notado após a observação conjunta nos três principais acervos reunidos pelo ASMOB – o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira, o arquivo pessoal de Roberto Morena e a *Coleção Exílio*. A partir da observação e análise da totalidade desses arquivos foi possível traçar o histórico das redes de preservação documental que possibilitaram a preservação desses acervos e atuaram na criação da entidade aglutinadora.

Assim, o ASMOB reúne os acervos constituídos no Brasil e que foram retirados do país durante a ditadura militar burguesa e, ao mesmo tempo, documentos produzidos no exterior por militantes brasileiros e suas organizações, além daqueles elaborados por entidades europeias e latino-americanas de solidariedade política na luta pela anistia e direitos humanos no Brasil. Trata-se, deste modo, de uma entidade cujos acervos possuem valor inestimável para a pesquisa da história do movimento operário brasileiro e dos desdobramentos de suas lutas ao longo de todo século XX, incluindo a resistência à ditadura militar burguesa.

Ademais, ao eleger o ASMOB como objeto desta pesquisa, contribuímos para a compreensão mais ampla das redes de preservação documental organizadas internacionalmente, constituídas a partir da luta pela formação e preservação da memória das classes subalternas, em especial do movimento operário no Brasil.

A especificidade do ASMOB reside na necessidade e urgência de sua criação, para que pudesse abrigar os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e de Roberto Morena, além de outros documentos que estavam dispersos e correndo risco de destruição. Todos esses acervos são, hoje, propriedade do Instituto Astrojildo Pereira (IAP), entidade criada em 1986 como instrumento jurídico responsável pelos acervos reunidos pelo ASMOB. Encontram-se, atualmente, sob custódia do Centro de

Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), desde 1994, quando os arquivos foram repatriados. O processo de repatriação desta documentação se deu após o desenrolar de uma longa negociação com o Estado brasileiro. Algumas universidades paulistas foram consultadas sobre o interesse em receber os arquivos, assim como o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Havia uma apreensão sobre o destino e a preservação desse material, além da preocupação em oferecer o acesso público aos documentos, já que no final da década de 1980 a Fundação Feltrinelli, passando por dificuldades financeiras, pediu a retirada do ASMOB do seu prédio em Milão, cedido alguns anos antes.

Impossibilitada de permanecer na Fundação Feltrinelli, todos os conjuntos documentais foram embalados e transferidos para uma casa anexa à da família de José Luiz Del Roio e Teresa Isenburg, na fronteira com a Suíça. Vale lembrar que neste período os arquivos do ASMOB já eram conhecidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que os consultavam periodicamente na Feltrinelli. A saída encontrada para a divulgação e difusão do conteúdo dos acervos foi a microfilmagem de parte dos arquivos, sobretudo de periódicos. Esses microfilmes foram distribuídos para algumas instituições no Brasil e no exterior, entre elas o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Estava assim garantido, de certo modo, o acesso público à, pelo menos, parte da documentação.

Como ponto de partida acerca do método histórico a ser empregado em nosso estudo, nos valeremos das proposições do historiador inglês Edward Palmer Thompson apresentadas no texto *A Lógica Histórica*. Thompson afirma que, ao escrevermos a história, recuperamos as experiências humanas e nos identificamos com certos sujeitos - valores de determinada classe - e, portanto, produzimos uma historiografia que reaviva suas memórias e histórias.

O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. [...] Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa para nós, e que esses valores que pretendemos ampliar e manter em nosso presente. (THOMPSON, 1981, p.53).

A constituição de acervos reunidos e preservados pelo ASMOB, assim como o contexto de seu surgimento e a articulação das redes de preservação documental que

possibilitaram sua criação são caracterizados pela profunda perseguição às classes subalternas, em especial aos militantes oriundos e atuantes no movimento operário, promovida pelo aparato repressivo da ditadura militar burguesa (1964-1985). O entendimento do conceito de *classes subalternas*, categoria formulada por Antônio Gramsci no conjunto de sua produção teórico-política e desenvolvida em seus *Cadernos do Cárcere*, contribuiu de forma definitiva para a compreensão teórica dos acervos reunidos pelo ASMOB. Para tal percepção, utilizamos as reflexões oferecidas por Del Roio (M., 2007), quando este centra suas análises neste conceito gramsciano.

A opção pelo emprego do termo “memória militante” justifica-se por estarmos diante de uma rede de preservação documental composta por militantes políticos comprometidos com a salvaguarda das memórias de suas lutas, não individuais, mas as de toda uma classe, a classe trabalhadora. A história como produção social da existência, na concepção marxista, ultrapassa a ideia de uma memória individual que não seja parte da cultura, da visão, da identificação de classe em um determinado contexto (MARX, 1979). Ademais, nesses arquivos, encontramos características de registro e reunião de informações típicas de acervos de pessoas e grupos ligados social e politicamente às lutas por um modelo de sociedade diferente da vigente. Há uma “lógica” peculiar de *arquivos militantes*,<sup>4</sup> explicitada nas modalidades de ingresso e tipo de material disponível, bem como nas formas de sua organização e catalogação (RUBIO, 2016).

A contribuição historiográfica de Maria Ciavatta (2014) foi de fundamental importância no sentido de evidenciar, por meio dos depoimentos coletados pela autora, os meandros do percurso trilhado pelos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, quando estes foram transferidos para Milão. A relevância de refletir sobre as questões acerca deste evento, por meio do trabalho de Ciavatta, decorre

---

<sup>4</sup> Nos valeremos das reflexões propostas por (RUBIO, 2016), que aponta as especificidades da produção documental para este tipo de acervo. *Arquivos militantes* são compreendidos como sendo os espaços políticos onde se guardam tanto acervos bibliográficos, hemerográficos e arquivísticos, ou seja, acervos de movimentos políticos, entre eles os dos partidos políticos, acervos de sindicatos e demais entidades de classe. São arquivos constituídos de acordo com a lógica das redes de contatos políticos em que seus produtores circulavam e sua preservação só foi possível devido a certa invisibilidade que esses materiais tiveram ao longo do tempo, além de estratégias de salvaguarda. Além de tais especificidades, agregamos a essa perspectiva a proposta de pensar historicamente esses registros, pois ao historicizar o itinerário e conservação de diferentes documentos, se problematiza a noção de fonte (RUBIO, 2016). Na esteira dessa perspectiva, destaca-se a importância de conhecer como esses acervos foram constituídos, pois a forma de construção dessas coleções nos fala muito sobre o próprio material e as problemáticas metodológicas necessárias no momento de utilizá-lo dentro do corpus de uma pesquisa histórica (RUBIO, 2016).

diretamente da metodologia empregada pela pesquisadora na construção do seu trabalho. Tal abordagem consiste em não considerar a história oral apenas uma prática ou uma técnica, pois os depoimentos estão sujeitos à problematização crítica que se exige de toda e qualquer fonte documental.

Os documentos permitiram que a história se estruturasse como disciplina e desse legitimidade aos relatos dos "historiadores de ofício". Mas sua apropriação pelos poderosos, ao promover o registrar e a louvação de suas ações em documentos-monumentos (LE GOFF, 1992), tirou a visibilidade de todas as demais ações, dos feitos cotidianos dos menos afortunados das heranças e da sorte (CIAVATTA, 2014, p.160).

As fontes utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa foram: 1) a documentação sobre a constituição e formação do ASMOB; 2) depoimentos daqueles que estiveram envolvidos na atuação das redes de preservação documental; 3) análise das fontes primárias escolhidas entre os três principais acervos da entidade – os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena e a *Coleção Exílio*. Por se tratar de mais de um acervo e com volume documental bastante extenso, a análise das fontes primárias foi realizada por amostragem, seguindo a lógica de organização desses arquivos e levada a cabo por meio do acesso ao banco de dados do CEDEM e de pesquisa no acervo original.

A análise dessas fontes revelou que diferentes redes políticas, não apenas as de preservação documental, atuavam em várias frentes, compondo uma cadeia de organizações de resistência e auxílio mútuo contra as ditaduras militares latino-americanas. Uma concertação que incluía brasileiros no exílio em conexão com seus compatriotas no Brasil, esteve ativa entre as décadas de 1960 e 1980 e contou também com a atuação e apoio de estrangeiros.

Os arquivos do ASMOB, preservados pelos indivíduos que compuseram tais redes, constitui, hoje, um patrimônio da memória de ações, articulações, resistências e estratégias desenvolvidas por militantes, por seus conhecidos, amigos e parentes, por pessoas solidárias, simpatizantes e por outros atores ainda não revelados.

Para além do conteúdo, o modo como esses documentos foram distribuídos internamente, seguindo uma lógica própria de organização revela uma estratégia política de luta. Analisar o contexto de constituição desses registros e os diferentes locais em que ficaram escondidos, possibilitou compreender o funcionamento da rede

de preservação documental que atuava no Brasil e no exterior e, com isso, desvendar o processo de construção e preservação da memória do movimento operário, a partir dos registros produzidos e reunidos por esses indivíduos.

No Brasil, um pequeno grupo de militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) decidiu pelo exílio dos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, pois estavam preocupados em salvar da destruição uma parcela significativa da memória de nosso movimento operário. A articulação política construída para que os documentos saíssem do Brasil e chegassem em segurança à Europa envolveu diferentes atores, muitos deles militantes que integravam as antigas redes de preservação documental. Entre eles estavam os antigos *partigiani* e o Partido Comunista Italiano (PCI). Assim, em meados de 1977, o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira e parte do arquivo pessoal de Roberto Morena chegaram a Milão, na Itália. Posteriormente, vindos de Praga, na então Tchecoslováquia, chegou a outra parcela do arquivo pessoal de Roberto Morena. Ambos foram abrigados pela Fundação Giangiacomo Feltrinelli, a partir da fundação do ASMOB. Antes da chegada desses arquivos a Milão, já havia, desde meados dos anos 1960, uma preocupação por parte de alguns militantes brasileiros de salvaguardar a documentação produzida pela resistência à ditadura militar no Brasil e na América Latina.

Buscamos compreender os diferentes componentes que formam o universo das fontes documentais eleitas para a análise com base na historiografia sobre as ditaduras latino-americanas, nos debates propostos pelo marxismo internacional realizadas, no contexto em que a Teoria do Terceiro Mundo era discutida entre os movimentos revolucionários, além das contribuições sobre as lutas anticoloniais e de libertação ocorridas em diferentes países do continente africano e asiático.

O debate sobre a luta de classes envolvendo a memória e o esquecimento dos esforços acerca da preservação documental dos arquivos das classes subalternas permeou todo o desenvolvimento desta pesquisa, nos indicando questões importantes sobre a conexão entre militância política e preservação da memória da classe operária e a atuação dos comunistas na salvaguarda dos arquivos.

Ao longo da pesquisa foi possível compreender não apenas como se combinavam a segurança dos militantes com a acumulação de documentos, mas também as estratégias de preservação documental em contexto de forte repressão e as características impostas à parte da documentação preservada pela clandestinidade, como por exemplo, o uso de pseudônimos, o anonimato de muitos

documentos, a criação de códigos em cartas e como tais características influenciaram na organização do arquivo.

O resultado da pesquisa, seguindo a metodologia que permite atingir os objetivos propostos, está dividido em três capítulos, assim dispostos. No primeiro, intitulado *A preservação das lutas e a luta pela preservação: o movimento operário e seus arquivos*, analisamos o surgimento das redes de preservação documental das classes subalternas na Europa, principalmente na Itália após a Segunda Guerra, constituída a partir da iniciativa de Giangiacomo Feltrinelli, com a colaboração de outros membros do Partido Comunista Italiano (PCI). Observamos que tal arranjo teve sua origem na tradição comunista de preservação documental e da necessidade de salvar os documentos da classe operária italiana da destruição empreendida pelo regime fascista. Destacamos a perspectiva preservacionista adotada pelos países socialistas diante da memória da classe trabalhadora e como essa perspectiva teve origem no Estado Revolucionário Soviético, desde os primeiros anos da Revolução. Finalizamos este capítulo propondo reflexões acerca da disputa da memória do movimento operário e as estratégias de apagamento realizadas pelo fascismo.

No segundo capítulo, intitulado *Arquitetos da memória: articulação da rede de preservação documental*, analisamos os embates entre a historiografia oriunda do meio acadêmico e a produção intelectual elaborada por militantes que não atuavam apenas entre os muros da Universidade, e como essa produção influenciava nas estratégias de lutas de determinados grupos e organizações políticas. Para discutirmos a importância da preservação documental dos arquivos da classe operária brasileira, destacamos as atuações e trajetórias de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, assim como os esforços de ambos em salvaguardar os arquivos que reuniram durante suas vidas. Destacamos a rede de preservação documental que surgiu a partir da necessidade de salvar da destruição desses arquivos pessoais.

No terceiro capítulo, denominado *Arquivos militantes – ‘arquivar os dados para a história proletária’* refletimos sobre o conceito de *arquivos militantes* e a contribuição desta noção para melhor compreensão dos arquivos pessoais reunidos por militantes sociais, analisando as características intrínsecas aos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena. Estabeleceu-se a conexão entre a tradição comunista das redes de preservação documental e a articulação em torno da preservação dos arquivos do movimento operário brasileiro, cuja expressão se deu com o surgimento do ASMOB. O ponto de confluência entre as redes europeias e brasileira de

preservação documental e aquela formada posteriormente no exterior para salvar os arquivos, foi a figura de José Luiz Del Roio, que, com a criação do ASMOB, retoma a tradição comunista de atuar na salvaguarda dos arquivos das classes subalternas, fortalecendo a vertente a qual o ASMOB pertencia.

Finalizamos o presente trabalho com alguns apontamentos acerca da luta de classes no campo da memória que envolvem a preservação dos arquivos das classes subalternas, as ações e omissões do Estado que contribuíram para o silenciamento dessas memórias, por meio da perda irremediável de inúmeros conjuntos documentais, seja pela negligência e ausência de políticas públicas de cunho preservacionista, seja por ações deliberadas e violentas perpetradas pelos órgãos de repressão. Ademais, refletimos sobre de que forma a salvaguarda desses registros pode servir como uma ferramenta de hegemonia ou de resistência, contribuindo para a construção de um novo modelo de sociedade.

## CAPÍTULO I

### A PRESERVAÇÃO DAS LUTAS E A LUTA PELA PRESERVAÇÃO: OS ARQUIVOS DAS CLASSES SUBALTERNAS

*“Quem construiu a Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis:  
 Arrastaram eles os blocos de pedra?  
 E a Babilônia várias vezes destruída  
 Quem a reconstruiu tantas vezes?  
 Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?  
 Tantas histórias.  
 Tantas questões.”  
 (Bertold Brecht)*

Ao longo dos séculos XIX e XX, o movimento operário internacional produziu e reuniu de forma intensa os registros de suas lutas. Esses trabalhadores, homens e mulheres organizados em diferentes entidades – federações, confederações, sindicatos, partidos políticos, comitês, fundos de socorro mútuos - documentaram suas atividades em múltiplos suportes e formatos entre eles jornais, publicações avulsas, correspondências, cartazes, fotografias etc. Tais documentos refletem, não só o movimento natural da atividade humana de registrar, deixar sua marca, o vestígio de suas ações para a posteridade, mas também a memória da atuação política de diversos sujeitos, anônimos na maioria das vezes, que atuaram e contribuíram diretamente para a construção e transformação da sociedade da qual faziam parte.

No geral, essa tendência a produzir e preservar os diversos registros de suas experiências, de diferentes maneiras e com inúmeros propósitos, não só cumpre a função de revelar essas experiências e vivências como também permitem acumular os conhecimentos produzidos (VIEIRA; COTRIM, 2020). Esse repertório é essencial para que cada pessoa, segmento social ou instituição construa sua identidade e defina sua atuação, individual ou coletiva, na sociedade em que vive (BELLOTTO, 1991). Tais registros, em toda a sua complexidade, chamamos de *documento*, que é definido como conjunto da informação e seu suporte. São considerados *documentos* todo registro material e imaterial (BRAYNER, 2012) que resulta da produção humana, como livros, cartas, prontuários médicos, cartazes, vídeos, fotografias, iconografias múltiplas, registros de memórias e lembranças, enfim, objetos produzidos e utilizados em diferentes épocas (LEAL, 2014). Contudo, para que os documentos cumpram sua

função social, administrativa, jurídica (BARBOSA, 2008), técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica, é necessário que estejam preservados, organizados e acessíveis (TESSITORE, 2003).

No campo da Arquivologia, para ser considerado arquivístico, o documento precisa ser “produzido e acumulado por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27). Ademais, os documentos de arquivo são formados “por um processo de acumulação natural, onde seu contexto e significado só podem ser compreendidos na medida em que se possa ligar o documento ao seu conteúdo mais amplo de produção, às suas origens funcionais” (RODRIGUES, A.C., 2010, p.176). Considera-se também que arquivo é um “conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física” (BRASIL, Lei 8.159, Art. 2º). Desta maneira, o documento para ser arquivístico deve pertencer a um conjunto de documentos e estar inserido nas atividades da instituição pública ou privada ou de pessoa física (DIAS, 2016).

Dessa forma, por meio dos registros documentais do movimento operário internacional, reunidos, organizados e preservados ao longo de muitos anos, podemos observar alguns aspectos da dinâmica social atinente às classes populares - suas contradições, embates, conflitos, conquistas e derrotas, ou seja, por meio destes documentos que chegaram até nós, temos a possibilidade de mergulhar nos estudos das diversas lutas travadas pelos trabalhadores, ao longo dos séculos XIX e XX, e enxergá-las pela ótica de seus protagonistas, contribuindo, assim, para a construção da história sob uma perspectiva de classe, isto é, a das classes subalternas.

O movimento operário internacional se viu obrigado a travar uma intensa batalha contra a polícia política para manter a existência de seus documentos históricos. Dentro de um contexto de constante destruição material, em que as movimentações frequentes de acervos e armazenamento em condições inadequadas tornaram as circunstâncias desfavoráveis para que historiadores pudessem acessar os documentos, principalmente quando essas fontes foram escondidas e tornadas inacessíveis em arquivos privados. A dificuldade de acesso a esses documentos e, portanto, às fontes que possibilitam a escrita da história das lutas operárias é um

fenômeno que define o próprio caráter possível para a escrita da história das classes subalternas, como já havia apontado Antônio Gramsci.

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória 'permanente' rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher (GRAMSCI, 2002, p. 135-136).

Quando Gramsci refletiu acerca dos grupos subalternos em seus Cadernos do Cárcere, escritos entre 1929 e 1935, e nas cartas que escreveu na prisão, a ideia de povo estava muitas vezes envolta em uma aura de romantismo, desprovida da conotação política própria das primeiras décadas do século XX (GOMÉZ, 2021). Para o historiador italiano Guido Liguori, este conceito possui três interpretações. Em um primeiro momento, Gramsci utiliza o conceito para "definir os oficiais subalternos do exército, posteriormente, a partir do Caderno 3, para referir-se às classes subalternas em oposição à classe dominante e, por último, considera uma dimensão cultural" (GOMÉZ, 2021 apud LIGUORI, 2011). Assim, para Gramsci,

os grupos subalternos seriam aqueles que, em cada momento, foram marginalizados do poder político, econômico, ideológico ou cultural, retirados, habitualmente, por aqueles que exercem a "hegemonia", isto é, a classe dominante, que, para o intelectual italiano, é sempre uma, enquanto as classes subalternas são mais de uma (GOMÉZ, 2021).

Partindo da análise do aprofundamento e desenvolvimento da fórmula política da frente única e da aliança operário-camponesa, com as quais Gramsci trabalhava no momento da prisão, e assim contextualizando o conceito de classes subalternas elaborado no conjunto de sua produção teórico-política, Del Roio indica que

as classes subalternas não são apenas a classe operária e o campesinato, mesmo quando o argumento gira em torno da crítica ao capitalismo, ainda que dependa muito do grau e da fase de desenvolvimento em que se encontra determinada nação ou povo. Artesãos também são sobrevivências da ordem feudal ou outras, assim como são estratos de comerciantes ou de intelectuais tradicionais. Todos esses grupos sociais são subalternos e tendem sofrer a hegemonia burguesa, “a iniciativa da classe dominante”. Não é diferente com a classe operária, com o proletariado industrial, a não ser por um ponto decisivo: a classe operária produz a mais-valia do qual o capital se alimenta, e é capaz, ainda que com enormes dificuldades, de produzir também intelectuais orgânicos e cultura crítica (DEL ROIO, M., 2007, p.72)

Portanto, não é por acaso que muitos desses sujeitos foram excluídos e esquecidos, permanecendo escondidos por detrás dos grandes nomes, majoritariamente homens que ontem e, por vezes, ainda hoje, têm hegemonizado a escrita histórica e a memória social (GOMÉZ, 2021). Nesse sentido, Marx indica que a divisão social do trabalho separa os interesses dos trabalhadores e os colocam em uma batalha de todos contra todos no mercado, enquanto que, em contrapartida “a manutenção do salário, o interesse comum que eles têm contra o patrão, reúne-os num mesmo pensamento de resistência – a coalisão”, de maneira que as greves e coalisões teriam como principal objetivo “fazer cessar entre elas [a multidão anônima de trabalhadores que não se conhecem] a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista” (MARX, 2017, p.146). Nessa direção, Gramsci também aponta que há uma tendência nas classes subalternas para a unificação, mas essa tendência é continuamente destruída pela iniciativa das classes dominantes. Ambos os autores compreendem que há uma árdua batalha entre as classes no capitalismo, de maneira que à burguesia interessa que predomine a concorrência e a dispersão entre os trabalhadores, e estes, por sua vez, lutam para conseguir criar a unidade necessária. Essa vitória sobre a concorrência imposta pelas classes dominantes só é possível com triunfo revolucionário liderado pela classe operária, capaz de unir os grupos subalternos, como mostra Del Roio,

[...] caberia então à classe operária, uma classe subalterna particular, agrupar o conjunto das classes subalternas para a luta contra o capitalismo e por uma nova ordem social. Para isso, era imprescindível conhecer/transformar suas culturas particulares e fragmentárias que se expressavam como folclore, como religião, como senso comum, e, por meio de um “progresso intelectual de massas”, gerar uma nova cultura, invólucro de uma nova hegemonia e de um novo bloco

histórico. Para isso tudo, a formação de uma camada de intelectuais orgânicos seria imprescindível (DEL ROIO, M., 2007, p.72).

No tocante à produção documental que diz respeito às classes subalternas, primeiramente, apontaremos algumas considerações importantes quanto à acumulação e preservação dessa massa documental produzida ao longo do tempo. Partindo das atividades das organizações de trabalhadores que começaram sua atuação na segunda metade do século XIX e início do século XX, sabemos que a reunião e a guarda desses documentos foram frutos de esforços somados por inúmeros indivíduos das classes populares, homens e mulheres com intensa atuação política, muitas vezes anônima e/ou clandestina. Ou seja – para além do ato de colecionar<sup>5</sup> – em que o colecionismo “funciona mais como um hobby do que como uma necessidade intelectual” (TARCUS, 2009, p.266), tais atividades não eram desprovidas de intenção e descoladas da prática política e ideológica. Em alguma medida, esses indivíduos tinham a preocupação de registrar suas lutas e eleger quais documentos deveriam ser guardados. Entendemos tal processo fundamentalmente como parte da atividade e da militância política das classes subalternas, em especial do movimento operário, por eles realizados não retrospectivamente, mas no calor de seu presente histórico.

Não descartamos, porém, que, em certa medida, o processo de registrar, reunir e preservar esses documentos poderia ter por objetivo também seu uso como fontes históricas produzidas pela classe, tanto no presente quanto no futuro. Afinal, a memória é um processo permanente de construção e reconstrução, ou seja, *um trabalho* (BOSI, 1994). Deste modo, “a elaboração da memória se dá no presente e para responder às solicitações do presente, pois é no presente que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENEZES, 1992). Portanto, a preservação dessa memória é uma atividade realizada no presente histórico. Havia também a percepção e a necessidade por parte desses trabalhadores de comunicar e divulgar suas lutas, travadas em diferentes espaços, como elemento da solidariedade proletária. Daí a necessidade de se observar essa documentação no ato de sua concepção, no seu contexto histórico e político, pois a preservação desta

---

<sup>5</sup> Para o dicionário de Terminologia Arquivística, coleção é a reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresentam alguma característica comum (CAMARGO; BELLOTTO, 2012). O termo “artificial” faz contraponto com o termo “orgânico”, característica típica dos documentos de arquivo. (CAMARGO; BELLOTTO, 2012).

é também uma tarefa política de uma atividade de militância realizada mediante a vivência da realidade sensível do presente histórico.

Os trajetos percorridos por documentos produzidos à margem da administração e da burocracia do Estado, e, portanto, sem o amparo de uma legislação que garanta sua integridade e preservação, são os mais diversos possíveis. Tomamos como referência a documentação produzida pelo movimento operário brasileiro, nas suas inúmeras concepções e linhas políticas. Há registros documentais das mais diversas atividades políticas e de vários grupos, desde a segunda metade do século XIX. Porém, é no início do século XX, principalmente entre os anos 1900 e 1930, que o movimento operário brasileiro, composto por uma leva considerável de imigrantes estrangeiros de diferentes nacionalidades (italianos, espanhóis, alemães, portugueses, e muitos outros) produz e guarda vasta documentação. São jornais, panfletos, publicações avulsas, correspondências, cartazes, todos eles com características típicas de materiais produzidos por entidades de classe, sindicatos e partidos políticos. Muitos desses materiais têm como finalidade agitação, propaganda e formação política.

Os esforços para que esses arquivos fossem guardados e preservados foram imensos. Inúmeros sujeitos - trabalhadores, militantes, homens e mulheres, estiveram, direta ou indiretamente envolvidos na árdua e muitas vezes ingrata tarefa de zelar para que os documentos produzidos por eles e por suas entidades e organizações não se perdessem ao longo do tempo.

As ações de guarda e preservação desses arquivos foram realizadas das mais variadas formas. Em muitas ocasiões, esses acervos eram armazenados de maneira improvisada e, obviamente, não seguiam os critérios de conservação e preservação arquivísticas. O cuidado com a integridade física desse tipo de material era feito de acordo com o que era possível, a depender da época e das condições em que estavam as organizações de trabalhadores. É importante levarmos em conta fatores relevantes que ocasionaram a dispersão e perda de muitos documentos, variando desde as inúmeras perseguições efetivadas pelos órgãos de repressão sofridas pelo movimento operário em diferentes épocas, até a invasão e destruição de várias gráficas e sedes das organizações, onde costumava-se guardar esses arquivos. Em alguns casos, as ações e interesses individuais por parte de alguns militantes também ocasionaram muitos danos. Da mesma forma, a falta de legislação e de políticas públicas que pudessem garantir a preservação desses registros também contribuiu (e

ainda contribui) muito para a perda considerável e irreparável desses acervos. Vale lembrar ainda os danos causados por ações do tempo, clima e a destruição oriunda de agentes ambientais, como pragas e desastres naturais.

### **1.1. Os esforços para a preservação dos arquivos das classes subalternas – o pioneirismo de Giangiacomo Feltrinelli**

Na primeira metade do século XX, em diversos países da Europa, vários arquivos produzidos, reunidos e guardados pelas classes subalternas, principalmente pelo movimento operário, foram destruídos devido às guerras e à censura imposta pelas ditaduras nazista e fascistas. Muitos documentos foram apreendidos ou lançados à fogueira e destruídos para sempre. Outros conseguiram sobreviver à barbárie graças às ações de pessoas que, de uma forma ou de outra, esconderam essa documentação. Na literatura sobre o período, há relatos de militantes que enterravam documentos para que não fossem descobertos e, assim, escapar da destruição. Vale assinalar que se tratava de uma questão importante quanto à segurança dos trabalhadores e militantes sociais que participavam de organizações políticas. Em um contexto em que os indivíduos tinham seus direitos civis e políticos ceifados, ser pego pelos órgãos de repressão com um exemplar de jornal operário, a depender da situação e do envolvimento do indivíduo na militância política, significava ir preso, ser processado, sofrer torturas e, no limite, ser morto.

A dimensão da destruição que os arquivos produzidos pelas classes subalternas, em especial, o movimento operário em todo o mundo, sofreram ao longo dos anos é incalculável. Entretanto, é fundamental destacarmos os esforços para a preservação dos acervos que sobreviveram à essa extinção. Entre muitas dessas ações, algumas delas foram realizadas na Itália, por Giangiacomo Feltrinelli<sup>6</sup> quando este fundou o Instituto que levava seu nome, nos anos seguintes ao final da Segunda Guerra Mundial:

---

<sup>6</sup> Giangiacomo Feltrinelli foi um militante comunista e um dos maiores editores internacionais de sua época. Nascido em Milão, na Itália, era herdeiro de uma grande fortuna e circulava tanto entre o alto empresariado como entre os militantes comunistas. Foi membro do Partido Comunista Italiano desde a juventude e, após assumir oficialmente o controle dos negócios da família, fundou em Milão, nos anos 50, a editora que leva seu nome. Destacamos aqui a importância da criação do Instituto Giangiacomo Feltrinelli, que reúne material de arquivo e bibliográfico dos trabalhadores italianos e de outros países e do movimento revolucionário internacional. A partir dos anos 60, após seu distanciamento do PCI, Feltrinelli tornou-se amigo de Fidel Castro e um entusiasta da Revolução Cubana. Também neste período, passou a acompanhar ativamente os movimentos revolucionários na Europa e América Latina. Foi morto em um atentado a bomba, em 15 de março de 1972.

Foi em 1948. A Alemanha era então só escombros e cinzas. Apenas a vida cultural e literária ainda pulsava um pouco. Durante uma das minhas frequentes viagens para Hamburgo, descobri, em uma livraria, que estava à venda em Osnabrück um exemplar da primeira edição do *Manifesto do Partido Comunista*. Com o professor Del Bo, fui logo à Osnabrück. Por um lado, desejávamos quase prolongar a emoção daquela espera, mas por outro havia o medo de que alguém chegasse antes de nós. Assim, por chegar cedo ao endereço desejado, ficamos esperando no carro, de olhos bem abertos. Mas logo nós é que fomos identificados: um desconhecido se aproximou do carro perguntando se, por acaso, não éramos os amigos interessados no livro de colecionador. Então ele nos levou a um sótão empoeirado, onde havia duas prateleiras montadas. A primeira *continha a mais ampla biblioteca de literatura socialista que já tive a oportunidade de ver: artigos de Trotsky, autos processuais, circulares do partido, cartazes e resoluções*. Comprei tudo por 40 mil marcos. Não perdi de vista aquele “tesouro” até levar as 30 caixas para meu apartamento em Milão. (FELTRINELLI, 2006, p.63, grifo nosso).

No trecho da entrevista de Feltrinelli que citamos acima, concedida a um jornalista alemão anos após a fundação, em 1948, do Instituto Giangiacomo Feltrinelli, destacamos o conteúdo de um dos primeiros acervos internacionais adquiridos pela instituição. Além dos documentos produzidos e guardados pelo movimento operário na atividade de sua militância política, como “artigos, circulares do partido, cartazes e resoluções”, era comum que esses acervos documentais fossem acompanhados de biblioteca de apoio, em muitos casos com um volume considerável de exemplares. Os arquivos de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, dois dos acervos de maior importância sobre o movimento operário brasileiro e que abordaremos mais adiante, carregam as mesmas características. Ambos possuem documentação de tipologias semelhantes - cartazes, atas de reuniões, resoluções e circulares do partido, artigos. Duas grandes bibliotecas acompanhavam e compunham esses acervos documentais.

A família Feltrinelli era uma das mais ricas da Itália. Carlo Feltrinelli, pai de Giangiacomo, foi um dos personagens mais importantes do mundo financeiro entre o final dos anos 1920 e a primeira metade da década de 1930. Até seu falecimento, ocorrido em 1935, Carlo foi conselheiro da Edison, empresa de energia hidroelétrica da Itália e do Crédito Italiano, além de outras empresas das quais era acionista majoritário. A mãe de Giangiacomo, Giannalisa, era filha de banqueiros (FELTRINELLI, 2006, p. 49). Além disso, o patrimônio da família Feltrinelli espalhava-se na construção civil, na madeira e derivados e na maioria das ações do Banco Unione. Giangiacomo herdou a fortuna da família e começou a administrá-la assim que atingiu a maioridade. Na luta antifascista, Giangiacomo Feltrinelli serviu como

voluntário no Corpo de Combate Legnano, incorporado à 5ª Armada Americana, em meados de 1944. Em março de 1945, na região de Siena, para onde sua divisão fora designada, Feltrinelli foi treinado militarmente e ali se tornou membro do Partido Comunista Italiano (PCI). Tinha 19 anos de idade. É nesse contexto que ele tem o primeiro contato com os escritos de Marx e Lênin:

Depois da libertação de Roma, onde estive em 4 de junho, tive a sorte de ler logo duas obras de particular importância e atualidade: o Manifesto Comunista e O Estado e a Revolução, de Lênin. Do Manifesto [...], impressionou-me a análise da sociedade e sua divisão em classes em luta incessante, enquanto o materialismo histórico me ensinava as razões do desenvolvimento da sociedade, fornecendo-me assim um novo método para compreender a história (FELTRINELLI, 2006, p. 49).<sup>7</sup>

De acordo com o relato de seu filho Carlo (que recebeu o mesmo nome do avô paterno), na biografia intitulada *Feltrinelli, editor, aristocrata e subversivo*, ele era um “militante disciplinado, frequentava a seção<sup>8</sup> à noite, mas os dirigentes do PCI local preferem aproveitá-lo para um trabalho de tipo informativo. Querem aproveitar sua possibilidade de conseguir notícias, especialmente nos ambientes hostis ao Partido” (FELTRINELLI, 2006, p. 33).

Conforme depoimentos de antigos camaradas e de vasta documentação do arquivo privado da família Feltrinelli, Giangiacomo circulava com desenvoltura em vários círculos sociais - do alto empresariado internacional ao Comitê Central do PCI.

---

<sup>7</sup> Este documento está disponível na íntegra na biografia que Carlo Feltrinelli escreveu sobre o pai, Giangiacomo. Trata-se de uma ficha autobiográfica redigida pelo próprio Giangiacomo, aos 24 anos, na ocasião de seu interesse em participar pelos cursos da escola regional do Partido. O documento havia se perdido e reapareceu, anos depois, no porão de uma ex-federação do PCI.

<sup>8</sup> A organização do Partido Comunista Italiano por seções equivale à organização por células do Partido Comunista Brasileiro, ou seja, os militantes devem ser organizados por local de trabalho ou região onde residem.

Mantinha relações próximas e de amizade com militantes de maior expressão no Partido naquele período - Palmiro Togliatti,<sup>9</sup> Luigi Longo<sup>10</sup> e Pietro Secchia.<sup>11</sup>

Embora Feltrinelli fosse um comunista disciplinado que não menosprezava nenhuma tarefa que lhe era dada - em 1946, quando iniciou suas atividades regulares no Partido na área de imprensa e propaganda, chegou a vender *L'Unità* e a colar cartazes pelas ruas de Milão como qualquer militante comunista - era também um homem ávido por “coisas a fazer”. Giangiacomo sabia que a posição social privilegiada ocupada por ele podia contribuir, e muito, para as atividades do PCI. Togliatti, então Secretário do Partido, a esta altura, já havia começado a articular ações em torno da organização e preservação dos arquivos do PCI por toda a Itália. Sabendo do interesse de Feltrinelli a ter “coisas a fazer”, no final dos anos de 1940, em uma das visitas que fez a Milão, incentivou seu colega a “montar uma biblioteca dedicada à história dos trabalhadores do mundo inteiro” (FELTRINELLI, 2006, p. 49). O responsável por acompanhar Feltrinelli na empreitada foi Giuseppe Del Bo.

[...] não é possível estudar o movimento operário sem realizar antes um grande trabalho de coleta de fontes, materiais e documentação. O pensamento voltado para o futuro não pode abrir mão da memória, marcada pela eterna tensão. É preciso reconstruir os movimentos de

---

<sup>9</sup> Nascido em 1893, Togliatti foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália, em 1921. No II Congresso (1922) foi eleito para o Comitê Central integrando a direção do Partido no ano seguinte. Em 1924, fundou com Gramsci o jornal *L'Unità*, sendo nesse ano eleito para o CEIC e, em 1928, para o seu *Presidium*. Combateu na Guerra Civil Espanhola (1937-39), vivendo na URSS entre 1940 e 1944. Entre 1944 e 1946 integrou o governo italiano, ocupando os cargos de ministro sem pasta, da Justiça e de vice-primeiro-ministro. Deputado desde 1947, sofreu um atentado fascista em 1948, após as eleições em que o PCI recebeu 31% dos votos. Após o XX Congresso do PCUS apresentou a *Via Italiana al Socialismo*, em que analisou de modo preciso as características historicamente determinadas da sociedade italiana, que deviam estar na base da estratégia política socialista para o país. Intelectual orgânico do Partido, Togliatti escreveu diversas obras, entre elas *A situação da Itália e as tarefas do Partido Comunista Italiano (PCI): Teses de Lyon*, escrita em colaboração com Gramsci (1926); *Lições Sobre o Fascismo* (1935); *Um Partido de Tipo Novo* (1945). Faleceu em Itália (URSS) aos 81 anos de idade. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/togliatti/index.htm> Acessado em 20 de junho de 2020.

<sup>10</sup> Luigi Longo nasceu em 1900 e foi um dos fundadores do PCI junto com Togliatti e Gramsci, em 1921. Ficou conhecido como Comandante Gallo, quando liderou as Brigadas Internacionais na Guerra Civil Espanhola. Desempenhou papel fundamental na libertação da Itália, sendo o “número 1” na *Resistenza* contra o fascismo, assumindo junto com outros camaradas o Comando Geral das Brigadas Garibaldi. Era considerado o “número 2” no PCI, devido à sua importância na atuação política histórica no Partido. Faleceu em 1980.

<sup>11</sup> De origem proletária, Secchia trabalhou na indústria têxtil e começou sua militância política na Federação Socialista Juvenil Italiana (FGSI) e com ela participou de inúmeras greves no chamado “biênio vermelho” (1919 e 1920). Em 1921 ingressou no PCI, onde, em 1928, se tornou membro do Comitê Central. Combateu na *Resistenza*, juntando-se a Luigi Longo, Gian Carlo Pajetta, Giorgio Amendola e Antonio Carini no Comando Geral das Brigadas Garibaldi. Entre 1948 e 1955 foi vice-secretário do Partido. Em 1946, foi deputado à Assembleia Constituinte e, em 1948, foi eleito senador nas fileiras da Frente Democrática Popular. A partir da década de 1960 se dedicou aos assuntos internacionais do PCI, até falecer em 1973.

uma tradição que o nazismo, o fascismo e a guerra interromperam. É necessário convergir as atenções para esse mundo, que parece uma cratera aberta, e encontrar os instrumentos adequados para modificá-lo (FELTRINELLI, 2006, p. 60).

No excerto acima, trecho de uma carta de Feltrinelli escrita em 1951 para o PCI, observamos que a preocupação com a coleta de material sobre o movimento operário internacional e a sua conseqüente preservação está intimamente ligada ao compromisso de reconstrução da memória dos trabalhadores e de suas lutas e também ao desenvolvimento de pesquisas e reflexões que esses documentos podem suscitar, afinal, a memória também é um campo de disputa política. Portanto, cabe aos grupos subalternos – entre eles o proletariado internacional e suas entidades de classe – a construção e a preservação da memória das suas lutas e, por meio desta, transformar o presente e contribuir para a realização de um novo futuro.

Mas a viabilidade de tal empreitada começa com a ação de indivíduos, muitos dos quais, além da sensibilidade para com a causa, possuem mais que condições objetivas e materiais, são dotados de formação intelectual que lhes permite entender a importância da preservação de acervos documentais, em particular, daqueles construídos na resistência. É o caso, por exemplo, da presença do Professor Del Bo, um sacerdote na guarda pela memória de militantes.

O Partido Comunista Italiano (PCI) mantinha relações muito próximas com o Vaticano nos anos 1950 e 1960 e a figura de Giuseppe Del Bo nos ajudará a entender esses laços. “Professor Del Bo”, como era conhecido no PCI, era, na verdade, Giuseppe Del Bo, nascido em Milão, em 1919. Estudou teologia na Pontifícia Università Gregoriana de Roma e chegou a se tornar sacerdote. Durante a Segunda Guerra alistou-se como capelão militar e, após ser mantido preso na Tunísia, conseguiu voltar para a Itália e seguir para o norte da península com os Aliados. A partir daí, assumiu seu nome de batalha – Sérgio. Em 1948, Del Bo abandonou o sacerdócio para se casar com Anna Boffino e, em seguida, já atraído pelo marxismo, se inscreveu no PCI. Tornou-se próximo de Palmiro Togliatti, ao mesmo tempo que mantinha boa relação com setores avançados da Igreja Católica. Com a nova vida, Del Bo também arranhou um novo emprego e começou a trabalhar para o ex-

*partigiano*<sup>12</sup> Vando Aldrovandi, na livraria Einaudi de Milão.<sup>13</sup> Foi ali, nos fundos da livraria Einaudi, lugar de intensa vida cultural e onde aconteciam as reuniões da revista *Politécnico*, que Del Bo e Feltrinelli se conheceram, tornaram-se amigos e essa relação perdurou até a morte precoce de Feltrinelli, em 1972. Tempos mais tarde, Feltrinelli ajudou a financiar as iniciativas de Giulio Einaudi que, como ele, também era militante comunista, além de editor da livraria e editora que levam seu nome.<sup>14</sup> Os empréstimos foram um pedido do PCI, por meio do bibliófilo e militante comunista Eugenio Reale<sup>15</sup> (FELTRINELLI, 2006, p. 47-48).

Ao longo da vida e de sua militância política no PCI, Del Bo atuou de forma bastante significativa na articulação e aproximação entre o Instituto Giangiacomo Feltrinelli, e posteriormente, a Editora Giangiacomo Feltrinelli, e também a outra importante instituição, então referência internacional na salvaguarda de arquivos do movimento operário internacional - o Instituto Marx-Engels-Lênin (IMEL), em Moscou. A rede de preservação documental a qual pertencia Giuseppe Del Bo foi fundamental para a salvaguarda dos arquivos do movimento operário brasileiro no exílio - os arquivos de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, anos mais tarde.

## 1.2. Uma pequena universidade marxista

*“a conquistare la rossa primavera  
Dove sorge il sol dell'avvenir”*

(Referência a *Fischia il vento*, canto *partigiani* de Felice Cascione, 1943)

<sup>12</sup> A *Resistenza partigiana* ou a Resistência italiana foi um movimento armado de oposição às forças nazifascistas, e à República Social Italiana, fundada por Benito Mussolini, em território controlado pelas tropas alemãs durante a Segunda Guerra e a ocupação da Itália pela Alemanha nazista. Os *partigiani*, como são conhecidos na Itália, eram aqueles partidários da resistência contra o nazifascismo. Os militantes partidários da *Resistenza* contaram com muito prestígio, respeito e admiração na esquerda italiana por terem lutado contra o fascismo sido fundamentais no processo de libertação do país. Não era à toa que os recém-ingressantes no PCI do pós-guerra eram, muitas vezes, encaminhados para iniciarem a militância partidária ao lado de antigos *partigiani*, que possuíam maior experiência prática e institucional. Ter sido iniciado na militância partidária pelas mãos de um *partigiani* era motivo de muito orgulho.

<sup>13</sup> Embora a Editora Einaudi não fosse do Partido Comunista Italiano (as editoras do PCI eram a Rinascità e Cultura Sociale, criadas logo após a libertação da Itália e que, posteriormente, fundiram-se nos Editori Riuniti), “tratava-se de uma editora pluralista, que já desempenhara um importante papel de oposição cultural nos últimos anos do regime de Mussolini, publicando autores antifascistas pertencentes a um amplo leque de opções ideológicas” (COUTINHO, 2011, p.91).

<sup>14</sup> A Editora Einaudi publicou as primeiras edições de *Cartas do Cárcere* e *Cadernos do Cárcere* (conhecida como “edição temática”) de Antonio Gramsci, em 1947 (COUTINHO, 2011, p.91).

<sup>15</sup> Eugenio Reale nasceu em uma família de classe média, formou-se em medicina nos anos em que o fascismo começou a se firmar entre as instituições italianas. Bibliófilo e amante das artes em geral, logo tornou-se amigo e conselheiro político de Palmiro Togliatti. Em 1932, foi condenado a 10 anos de prisão pela reconstrução do Partido Comunista Italiano. Disponível em: [em: em <https://www.marxists.org/portugues/reale/index.htm>](https://www.marxists.org/portugues/reale/index.htm) acessado em 22 de maio de 2020.

A “pequena universidade marxista”, assim foi definida, no início de 1951, a biblioteca construída em Milão por Feltrinelli e Del Bo, em um relatório confidencial da polícia italiana sobre as atividades do PCI. De acordo com o mesmo relatório, a biblioteca foi “[...] construída pela iniciativa [...] de atrair jovens de todas as camadas sociais e desejosos de cultura [...]” (FELTRINELLI, 2006, p. 61).

Para a criação da estrutura da biblioteca, Feltrinelli previu investimentos em um corpo técnico especializado e em jovens intelectuais para iniciarem os trabalhos. O grupo de funcionários contava com três pessoas que cuidavam da parte administrativa, duas na secretaria e três responsáveis pelo arquivo. Todos recrutados entre os militantes de Sesto San Giovanni.<sup>16</sup> O acervo que começava a chegar era fruto de intensas pesquisas em lojas de livros antigos de inúmeras regiões da Itália livros de endereços de família. O material garimpado incluía periódicos, cartazes, folhetos e fotografias, muitos deles sobre o socialismo italiano e documentos sobre o *Risorgimento*. Del Bo era o responsável pela supervisão da coleta de documentos junto aos antiquários estrangeiros, especialmente os franceses, e o setor italiano era supervisionado pelo professor comunista Franco Della Peruta, vindo de Roma a pedido do PCI especialmente para trabalhar na biblioteca Feltrinelli, em Milão. Com ele, outros jovens intelectuais comunistas saíram de Roma e se juntaram na tarefa de construir a pequena universidade marxista milanesa – com destaque para Gastone Bollino e Franco Ferri, todos membros do PCI. A eles integraram-se o socialista e fundador da revista *Movimento Operaio* Gianni Bosio e os bolsistas Stefano Merli e Luigi Cortesi. Esses jovens profissionais e estudiosos, pertencentes à geração posterior àquela que lutou na *Resistenza*, perceberam que

[...] apropriar-se novamente da história, aquela do movimento operário à qual se voltam declaradamente, implicaria a coleta sistemática e unificada dos materiais que sobreviveram à guerra, às fogueiras e à censura. Isso deveria ser feito atualizando os modelos de pesquisa bibliográfica e a estrutura documentária, sem se descuidar da análise de problemas sociais recém-surgidos (FELTRINELLI, 2006, p. 62).

---

<sup>16</sup> Região ao norte de Milão conhecida como “Stalingrado Italiana” devido à presença histórica do Partido Comunista Italiano e pela resistência ao fascismo durante a Segunda Guerra Mundial.

A citação acima revela a preocupação e a disposição de Feltrinelli de reunir e preservar os documentos do movimento operário que até aquele momento estavam dispersos, não só pela territorialidade e pela condição daqueles sujeitos políticos detentores de informações e documentos, mas também devido à atuação dos órgãos de repressão fascista. Mais do que isso, demonstra a compreensão que Feltrinelli tinha, não apenas da necessidade de modernização de todo processo técnico, desde as estratégias de busca e coleta de material até a disponibilização e difusão desses registros, mas fundamentalmente, da importância política da preservação desses arquivos – “apropriar-se novamente da história” – isto é, a memória é um campo fértil de disputa política e, como nos lembra Walter Benjamin diante do horror do nazifascismo, “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, p.224-225).

### **1.3. As redes de preservação documental na Europa pós-Segunda Guerra Mundial**

A busca por todo e qualquer registro ligado ao movimento operário - livros, cartazes, correspondências, opúsculos, entre outros - era intensa e não podia limitar-se apenas à Itália - a investigação deveria ter um alcance internacional. Feltrinelli e Del Bo fizeram inúmeras viagens pela Europa com essa finalidade, elas resultaram na construção da rede de salvaguarda de documentos do movimento operário na Europa pós-Segunda Guerra Mundial. Esta rede de preservação documental era composta por estudiosos, consultores e negociantes, de várias partes da Europa.

Em Amsterdã, na Holanda, por exemplo, o contato de Feltrinelli era com o colecionador e bibliógrafo comunista Herbert Andreas.<sup>17</sup> Tal colaboração teve início em meados de 1951 e foi bastante frutífera, tendo rendido à Biblioteca Feltrinelli a formação das seções Marx-Engels, e as dedicadas à esquerda hegeliana e à social-democracia alemã, justamente em um período de pouco interesse, na Alemanha, pela história do movimento socialista (FELTRINELLI, 2006, p. 65). Há indícios de que Bert Andreas tenha sido o primeiro intermediário entre Feltrinelli e o Instituto Marxismo-

---

<sup>17</sup> Herbert Andreas nasceu em Hamburgo em 1914 e desde a juventude era apaixonado por História, principalmente pelas origens do movimento operário e pelo marxismo. A partir de 1930 passou a adotar o pseudônimo Bert, em homenagem a Bertold Brecht. No mesmo período, iniciou sua militância no Partido Comunista Alemão e começou a colaborar para o jornal local. Poucos anos mais tarde, após ser preso algumas vezes, exilou-se na Holanda e continuou sua militância no Socorro Vermelho Internacional. Estabeleceu-se em Amsterdã (FELTRINELLI, 2006, p. 65).

Leninismo de Moscou (IMEL), como apontam alguns documentos do arquivo privado da família Feltrinelli (FELTRINELLI, 2006, p. 67).

A rede de preservação documental do pós-Segunda Guerra era formada também por outros pesquisadores, como o anarquista Theo Pinkus, que atuava em Zurique e auxiliou na busca por literatura em idioma alemão. Na Inglaterra, o historiador Eric J. Hobsbawm contribuía conferindo as listas dos antiquários; Franco Venturi colaborou garimpando material russo; Luigi Aurigemma, amigo de infância de Feltrinelli, viajava oficialmente aos Estados Unidos para procurar documentos sobre as colônias socialistas utópicas e sobre o macarthismo, que na época estava em seu auge (FELTRINELLI, 2006, p. 66).

Em consequência da Segunda Guerra Mundial, a documentação marxista e do movimento operário, principalmente aquela dos países invadidos por tropas nazistas ou fascistas, foi destruída e o que sobrou estava disperso. Com o objetivo de reunir novamente e preservar o que restou dos “papéis da Revolução”, a URSS criou um projeto de preservação documental da memória das classes subalternas: o Instituto Marx e Engels (IME) enviou mais de uma centena de militantes comunistas que se espalharam por vários cantos do mundo com a tarefa de mapear todo tipo de material (FELTRINELLI, 2006, p. 67).

No início dos anos 1950, os primeiros relatórios endereçados à Pyotr Pospelov<sup>18</sup> são sobre notícias da Itália, como veremos no documento abaixo, reproduzido na íntegra devido à sua importância e rico conteúdo. Um desses informes, sem a indicação de seu autor, inicia informando sobre a existência da biblioteca Feltrinelli e seu teor:

O Comitê de Informação, subordinado ao Ministério do Exterior da URSS, informa o seguinte sobre a biblioteca Feltrinelli na Itália. Em Milão, existe uma grande biblioteca particular sobre a história do movimento operário internacional, composta de mais de 70 mil livros e documentos. A biblioteca pertence a Giangiacomo Feltrinelli, conhecido colecionador de raridades bibliográfica, manuscritos e documentos relativos à história do movimento revolucionário europeu e especialmente russo (FELTRINELLI, 2006, p. 67).

---

<sup>18</sup> Pospelov ingressou clandestinamente no Partido Bolchevique em 1916, posteriormente foi vice-chefe de Propaganda do Comitê Central do PCUS, Diretor do Instituto de Marxismo-Leninismo e editor do Pravda.

Para o leitor dos dias atuais, contar com tal informação é de importância incomensurável, pois, sem esse dado, tal acervo poderia ter se perdido, caído em mãos de técnicos que, por sua função, o incorporaria com pouco ou nenhum critério em alguma biblioteca, possivelmente até dispersando a coleção, pois ela abrange temas diversos e advém de vários países.

Mais adiante, o relatório esclarece a composição do acervo e as tratativas feitas por Feltrinelli para a sua ampliação.

Em particular, a Biblioteca Feltrinelli possui três coleções completas do jornal *Iskra*. Em dezembro de 1952, um certo Bernstein, a pedido de Feltrinelli, conduziu as negociações em Paris para a compra do original de uma carta inédita de V. I. Lênin. A carta (oito páginas em francês) teria sido escrita por Lênin em 1908 a um jornalista francês que havia vivido na Rússia e depois publicado alguns textos hostis ao movimento revolucionário. Há algum tempo, colaboradores de Feltrinelli descobriram em Paris dois arquivos (um da polícia e outro particular) contendo documentos da Comuna de Paris. No momento, Feltrinelli está tratando da compra de tais arquivos. Nos EUA, um colaborador de Feltrinelli reuniu muito material sobre a história da Primeira Internacional. Em março deste ano, Feltrinelli comunicou a um funcionário da embaixada soviética na Itália que estava em negociação com Rüter, responsável pelo Arquivo de Amsterdã, para a publicação de alguns materiais daquele arquivo, entre os quais estariam os originais de mais de 5 mil cartas de Marx e Engels (FELTRINELLI, 2006, p. 68).

Ou seja, a preocupação em reunir, trazidas dos mais diversos lugares, produções que fossem de interesse para o movimento operário, que resultassem e ou expressassem suas lutas, os debates, assim como a comprovação da ação repressiva em cada momento e lugar, demonstra, desde aí, que não se tratava de um acervo organizado nos moldes tradicionais, restrito aos parâmetros oficiais da preservação documental.

Chama ainda a atenção a busca por acervos produzidos pela repressão que, como é de conhecimento público hoje, por sua preocupação em atestar atividades consideradas por eles “subversivas”, reuniu todo tipo de “prova”, colhidas, seja nas incursões às sedes das organizações de trabalhadores que eram dilapidadas, seja aquelas resultantes da tortura, cerceamento ou vigilância, seja ainda pelos relatórios de infiltrados que soem ser extremamente minuciosos, tanto sobre a vida pessoal dos suspeitos, quanto sobre suas atividades políticas.

O movimento internacional foi agraciado também com o fato de Feltrinelli ter tido condições financeiras para investir nessa empreitada e discernimento ideológico sobre a importância da preservação dessa memória.

Feltrinelli declarou estar disposto a assumir o custo financeiro de tal publicação. Existiriam, todavia, como Feltrinelli ressaltou, muitas dificuldades. Em particular, a Columbia University (EUA), que estaria disposta a comprar o arquivo de Amsterdã por 3 milhões de dólares. Segundo Feltrinelli, os americanos teriam a intenção de falsificar as cartas de Marx e Engels mantidas no Arquivo de Amsterdã. No mesmo encontro, Feltrinelli expôs o desejo de que um funcionário do Instituto Marx-Engels-Lênin viesse à Itália para conhecer sua biblioteca. *O mesmo funcionário poderia preparar a transferência em custódia temporária ao IMEL dos materiais mais preciosos conservados na biblioteca em exemplar único. Feltrinelli formulou esse pedido pensando que, em caso de eventual exacerbação da situação política italiana, elementos reacionários poderiam tentar atos de sabotagem contra sua biblioteca. Muitos documentos preciosos poderiam então ser destruídos, já que a biblioteca não dispõe de salas blindadas.* A mesma opinião foi apresentada em dezembro de 1952, durante uma conversa com o embaixador soviético na Itália, por Paolo Robotti, membro candidato do Comitê Central do PCI. Feltrinelli é muito rico e possui várias empresas industriais e comerciais. Segundo as informações de membros executivos do PCI, ele fornece apoio financeiro ao partido comunista. (Relatório classificado como *estritamente secreto*. Moscou, 4 de abril de 1953) (FELTRINELLI, 2006, p. 67-68, grifo nosso).

O relatório elaborado pelos soviéticos sobre a Biblioteca Feltrinelli em 1953 oferece a dimensão da rede de preservação documental articulada pelo editor em toda a Europa e Estados Unidos. Revela também seu empenho na busca pela documentação dispersa do movimento operário e a preocupação quanto à segurança dos materiais reunidos na Itália, demonstrando que se tratava de um projeto grandioso de salvaguarda documental e de conflito por hegemonia no campo da memória e com alcance internacional, sobretudo quanto à possibilidade de falsificação das cartas de Marx e Engels pelos Estados Unidos, como exemplo da disputa neste campo.

A rede liderada por Feltrinelli e coordenada por Del Bo foi responsável pela aquisição de acervos únicos, que estavam dispersos em vários países, não apenas da Europa. Como demonstra Del Roio (J.L; PESSANHA, 2020), foi montada uma operação gigantesca, que dispunha de profissionais altamente qualificados para a aquisição dos registros do movimento operário europeu:

Ele [Feltrinelli] agrupou o que tinha de melhor de historiadores da Itália, historiadores contemporâneos do fascismo, do socialismo, e mesmo da Europa. Feltrinelli virou a Europa e parte do mundo comprando tudo. Comprou até coisas absurdas, como a bandeira da Comuna de Paris. [...] Há manuscritos da Feltrinelli que eram até menos importantes como estudo para a Itália, mas são interessantíssimos: os de Lenin e os originais de Grundrisse, de Marx. Ele comprou tudo. O material mais importante, de qualquer forma, não são os escritos econômicos de Marx e Engels, mas é o jornal de Graco Babeuf de 1790, cópia única no mundo do homem que criou o movimento comunista como ideia, como palavra. Tem todo o material do imaginário do pré-socialismo, todas as primeiras edições dos fisiocratas, tem esboço inclusive do arquivo privado da biblioteca François Fourier (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p. 377).

Ainda em 1953, a parceria entre o Instituto Marx-Engels-Lênin (IMEL) e a Biblioteca Feltrinelli de Milão começou a ser desenhada e Feltrinelli desempenhava um papel fundamental na articulação e aproximação entre o IMEL e o Arquivo de Amsterdã – ele era o elo entre dois mundos que não dialogavam entre si.

#### **1.4. A tradição comunista na salvaguarda da memória operária - a experiência do Estado Revolucionário Soviético**

Conforme já foi dito anteriormente, desde muito cedo, as classes subalternas, principalmente o movimento operário internacional organizado em suas entidades de classe - sindicatos e partidos políticos - ao longo de sua trajetória de lutas, preocupou-se com a salvaguarda do material que produzia: periódicos, opúsculos, cartazes. Exemplos dessas experiências preservacionistas como ato da militância política dos trabalhadores são os arquivos oriundos das entidades de classe de orientação socialista, anarquista e, posteriormente, comunista, com documentos preservados ao longo dos séculos XIX e XX.

A militância anarquista e socialista possui uma longa tradição de preservação das memórias de suas lutas. No Brasil, por exemplo, os sindicatos operários, muitos deles de orientação anarco-sindicalista, produziram vasta documentação de agitação, propaganda e formação política, entre eles inúmeros jornais - conhecidos como imprensa operária - opúsculos, correspondências, poesias, peças teatrais e documentos de congressos operários ocorridos na época.<sup>19</sup> Entretanto, do ponto de

---

<sup>19</sup> Destacamos aqui o acervo oriundo do II Congresso Operário Brasileiro, ocorrido no Rio de Janeiro em 1913. Atualmente este acervo encontra-se depositado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Saiba mais em (PINHEIRO; HALL, 1979).

vista da criação de políticas públicas específicas que visassem a preservação da memória das classes subalternas e da história do marxismo, não há dúvidas de que o primeiro grande exemplo desse tipo de iniciativa ocorreu nos anos iniciais pós-Revolução Russa, pelos comunistas do Estado Revolucionário Soviético.

Nos países comunistas, a preservação dos Arquivos do Estado, dos arquivos de entidades e dos arquivos de antigas famílias nobres confiscadas dos proprietários, era nada menos que sancionada por lei; bem como por disposição da lei, são preservados nos Arquivos estatais, na Itália e em outros lugares, os arquivos de entidades eclesiásticas reprimidas (LODOLINI, 1993, p. 220).

O Estado Soviético assumiu a questão da preservação dos arquivos, em especial das classes subalternas e da memória operária, como um dos assuntos prioritários e que deveriam receber atenção diferenciada já nos primeiros anos da construção do Estado revolucionário socialista.<sup>20</sup>

Baseando-se em iniciativas realizadas por arquivistas russos nos anos anteriores e de experiência dos próprios bolcheviques na organização de volumes documentais nos anos 1900 e 1910, a legislação arquivística baseada no princípio do *Fundo Único dos Arquivos do Estado*<sup>21</sup> foi definida no decreto de *Declaração de*

---

<sup>20</sup> Sobre a política de preservação documental nos países que passaram por processo revolucionário de orientação socialista, citaremos alguns exemplos: A República Popular da China possui três Arquivos Nacionais, um em Pequim, para a Era Imperial, com documentos do século XIV; um em Nanquim, para documentos de 1911 em diante, enquanto o terceiro, fundado logo após a Revolução em 1959, preserva os documentos da República Popular. As 29 províncias e regiões autônomas e outras circunscrições territoriais menores (regiões, condados) e 60 dos 110 municípios têm seus próprios arquivos. Na URSS, havia pelo menos onze "Arquivos Centrais", com uma subdivisão cronológica e "por materiais": *Arquivo Central de Documentos Antigos (CGADA)*, *Arquivo Histórico Central da URSS (CGIA SSSR)*, *Arquivo Central da Revolução de Outubro, dos órgãos supremos do Estado e das administrações governamentais da URSS (CGAOR SSSR)*, *Arquivo Central da Economia Nacional da URSS (CGANH SSSR)*, *Arquivo Central Literário e Artístico de URSS (CGALI SSSR)*, *Arquivo Central Fotográfico e Cinematográfico da URSS (OGAKFD SSSR)*, *Arquivo Central Sonoro da URSS (CGAZ SSSR)*, *Arquivo Central de Documentação Científica e Técnica (CGANDT SRRR)*, *Arquivo Central da História Militar da URSS*, *Arquivo Central do Exército Soviético (CGASA)*, *Arquivo Central da Marinha Militar da URSS (CGAVMF SSSR)*. Além disso, cada uma das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Usbequistão etc.) tinha sua própria Direção Geral dos Arquivos. No Vietnã, existem dois Arquivos Centrais, um em Hanói e outro na cidade de Ho-Chi-Minh (antiga Saigon). Na antiga Tchecoslováquia, havia duas administrações arquivísticas diferentes, uma para a República Socialista Tcheca (documentos de Bohemia, desde o século XI) e uma para a República Socialista Eslovaca: em cada uma das duas havia um Arquivo Central do Estado e Arquivos Regionais do Estado, além de outros menores (LODOLINI, 1993. p. 307, 308 e 309).

<sup>21</sup> Na URSS e nos países da Europa Oriental, predominou um tipo de legislação baseada no princípio do *Fundo Único dos Arquivos do Estado*, definido no decreto de Lênin, de 1 de julho de 1918: um único Fundo nacional compreendia todos os Arquivos, centrais e periféricos. A terminologia ocidental é, portanto, invertida: enquanto no Ocidente um "arquivo" compreende muitos "fundos", no Oriente um "fundo" compreende muitos "arquivos" (LODOLINI, 1993. p. 220).

*direitos sobre a ciência dos arquivos*, assinado por Lênin em primeiro de junho de 1918 (GRIMSTEAD, 1982 apud SANTOS JÚNIOR, 2012, p.70). Para isso, designou David Borisovic Riazanov que

nos primeiros anos pós-Revolução, esteve às voltas com problemas administrativos ligados à reorganização e ao funcionamento do ensino superior e das instituições de pesquisa soviéticos. De 1918 a 1920, esteve à frente do *Comitê Central para Direção dos Arquivos, desempenhando um papel fundamental na preservação dos acervos de arquivos e bibliotecas russos*, o que lhe assegurou o respeito de historiadores ligados a Universidade de Moscou. Paralelamente, participou de maneira ativa dos trabalhos da Academia Socialista, criada em 1918 para a promoção da pesquisa marxista (CERQUEIRA, 2010, p.204, grifo nosso).

Riazanov foi fundador e diretor da instituição soviética que se tornaria a maior referência para inúmeros intelectuais, russos ou estrangeiros,<sup>22</sup> interessados no estudo do marxismo - o Instituto Marx Engels (IME), instalado na antiga residência dos príncipes Dolgorukov em Moscou. Fundada no início de 1921,<sup>23</sup> a instituição surgiu para se dedicar à pesquisa histórica sobre o marxismo e à investigação dos movimentos operário e comunista (CERQUEIRA, 2010, p.204).

O projeto de reunir manuscritos, cartas, livros e jornais, anotações, relatórios e atas *foi um objetivo imprescindível para os movimentos da Revolução*. Em particular, para as obras de Marx e Engels e seus contemporâneos (FELTRINELLI, 2006, p. 66, grifo nosso).

Na primeira metade do século XX, os “papéis da Revolução”, ou seja, o acervo documental de Marx e Engels, sofreram todo tipo de infortúnio: furtos, sequestros, bombas, resgates e sigilosas trocas de mãos. De acordo com uma correspondência escrita por Lênin<sup>24</sup> e endereçada à Riazanov, em 21 de fevereiro de 1921, há uma

<sup>22</sup> Entre os que o visitaram (ou ali trabalharam) estiveram nomes significativos e de diferentes matizes políticos: dirigentes políticos como o alemão Karl Kautsky, o húngaro Béla Kun (1886-1938) e o belga Emile Vandervelde (1866-1938), intelectuais como o filósofo americano Sidney Hook (1902-1989), o economista alemão Friedrich Pollock (1894-1970) e o historiador francês Pierre Pascal (1890-1993), dentre muitos outros (CERQUEIRA, 2010, p.207).

<sup>23</sup> O IME funcionou até esta data como uma seção da Academia Socialista, sendo então colocado sob a jurisdição do TsIK, o Comitê Executivo do Congresso dos Soviets de toda Rússia, fora, portanto, do controle direto do Partido. Desde o início, Riazanov assegurou-se de obter um significativo apoio material e financeiro para a organização do IME, bem como independência para recrutar o seu *staff* entre os especialistas disponíveis, a maioria deles sem qualquer vínculo com o Partido (CERQUEIRA, 2010, p.204).

<sup>24</sup> Em 1924, foi criado o Instituto Lênin, que tinha o compromisso de publicar as obras de Lênin e preservar seu arquivo pessoal. Em 1931, o Instituto Lênin foi incorporado ao Instituto Marx-Engels,

profunda preocupação por parte do próprio Lênin com a preservação dos “papéis da Revolução:

Não podemos comprar [...] as cartas de Marx e Engels? Ou as cópias delas? É possível reunir em Moscou o conjunto dos textos que surgiram? Existe um catálogo daquilo que já temos? (FELTRINELLI, 2006, p. 66).

O IME tinha por objetivo inicial servir de laboratório para o estudo do nascimento e desenvolvimento da teoria e práxis do marxismo. Com o passar dos anos, ampliou seu escopo para incluir tudo aquilo que dissesse respeito ao movimento operário e às lutas de libertação popular (L.B., 1931). O Instituto contava com uma biblioteca, um arquivo e um museu, que inicialmente foram organizados em cinco departamentos ou gabinetes dedicados a temas específicos: Marx e Engels; a história do socialismo e do anarquismo; a economia política; a filosofia; a história da Inglaterra, França e Alemanha. Com o passar do tempo, as opções de temas e de gabinetes foram sendo ampliados para incluir, entre outros, a história da ciência, as relações internacionais, a história do direito. Durante a década de 1920, o museu do Instituto organizou uma série de exposições, com a exibição do acervo de impressos, retratos, medalhas e outros objetos. Entre as exposições mais importantes produzidas pelo museu, destacam-se as mostras sobre a vida e obra de Marx e Engels, sobre a Revolução Francesa, realizada em 1928, e outra sobre a Comuna de Paris (L.B., 1931).

Além da salvaguarda dos arquivos das classes subalternas, o IME também desenvolveu, sob a direção de Riazanov, um amplo projeto editorial.

Durante os seus primeiros dez anos, foram publicadas as obras completas de Plekhanov, além de edições em russo dos grandes teóricos do marxismo (Kautsky, Rosa Luxemburgo, Antonio Labriola), uma Biblioteca Materialista com traduções de filósofos como Hobbes, Diderot, Holbach e Feuerbach, uma biblioteca de Clássicos da Economia Política (Smith, Ricardo e outros), além de uma Biblioteca Marxista com edições comentadas de textos de Marx e Engels, como o Manifesto Comunista (L.B. 1931). O Instituto abrigou ainda dois periódicos. O primeiro e o mais importante, o Arkhiv K. Marksa i F. Engel'as (Arquivo Marx e Engels), foi editado por Riazanov entre 1924 e 1930, lançando cinco volumes que combinavam artigos de colaboradores – entre os quais Deborin (que funcionou como uma

---

passando a se chamar Instituto Marx-Engels-Lênin (IMEL). Optamos pelo uso da sigla de acordo com o período tratado: referências anteriores à 1931, IME e, desta data em diante, IMEL.

espécie de coeditor informal da revista), o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) e o economista russo Isaak Illich Rubin (1886-1937) – e uma série de textos inéditos de Marx e Engels, devidamente comentados por Riazanov. Entre os últimos, foram publicadas as Teses sobre Feuerbach (no volume 1), partes da Ideologia Alemã (volumes 1 e 4) e dos Manuscritos de 1844 (volume 3), as cartas de Marx a Vera Zasulich (volume 1) e trechos da Dialética da Natureza (volume 2), entre outros trabalhos que se revelaram fundamentais para a revisão das interpretações correntes da obra marxiana. O segundo periódico, *Letopisi Marksizma* (Anais do Marxismo), foi editado por Riazanov de 1926 a 1930, período em que foram lançados 13 números. [...] no plano editorial, o projeto mais importante de Riazanov à frente do Instituto foi a publicação das obras completas de Marx e Engels, a *Marx Engels Gesamtausgabe* (MEGA) (CERQUEIRA, 2010, p.207).

Em outras partes do Velho Mundo, ainda nos primeiros anos pós-Revolução Russa, a situação em que se encontravam os arquivos produzidos e coletados pelas classes subalternas, especialmente pelo movimento operário europeu, também não era nada favorável à sua preservação. Ao final da Primeira Guerra Mundial, a biblioteca deixada à social-democracia alemã estava dispersa.

Entretanto, em Berlim e, sobretudo, Amsterdã, começavam as articulações em prol de ações preservacionistas, que tinham por objetivo a salvaguarda da documentação produzida pela e para as classes subalternas. Nesse sentido, Nicolas Wilhelmus Posthumus, de inspiração social-democrata, e Nehemia de Lieme, um liberal socialista, uniram esforços para, em 1935, fundarem em Amsterdã, na Holanda, o Instituto Internacional de História Social (IISH/IISG)<sup>25</sup> (FELTRINELLI, 2006, p. 66).

Com o apoio fundamental da rede de preservação documental da qual Posthumus fazia parte, em pouco tempo o IISH/IISG<sup>26</sup> adquiriu importantes acervos: os arquivos documentais de Léon Trotsky, Michail Bakunin, Wilhelm Liebknecht e

---

<sup>25</sup> Ao consultar o site do (IISH/IISG) para verificarmos alguns dados, observamos a peculiar nota de apresentação da política de doações e incorporações de acervos dessa instituição. Nela, percebe-se um esforço em explicar a possível “neutralidade” política da instituição. “O proprietário ou devedor da coleção é o Instituto Internacional para a Fundação da História Social. Embora a Fundação IISH detenha muito material da ‘esquerda’ política, é estritamente politicamente neutra e independente. Aliás, os arquivos e documentos dos empregadores de políticos de extrema direita também são mantidos no IISH. A Fundação IISH empresta a coleção ao instituto IISH, que tem a responsabilidade de cuidar dela, e a utiliza para sua pesquisa. O instituto faz parte da Academia Real Holandesa de Artes e Ciências” Tradução livre. grifo nosso.

<sup>26</sup> Abreviação do título original em holandês: *Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis* (IISG) e em inglês: *The International Institute of Social History* (IISH). Por isso é comum referir-se ao Instituto por ambas as siglas (IISH/IISG).

Valerian Smirnov, além das bibliotecas de Max Nettlau e Karl Kautsky e o arquivo do Partido da Social-Democracia (*Parteiarchiv* da SPD).<sup>27</sup>

Na Europa Ocidental, tomamos como exemplo o caso da Itália, onde houve grande dispersão da documentação relativa às primeiras décadas que se seguiram à unificação nacional (SCAVINO, 2015). De acordo com o autor

Preservou-se alguma coisa das Sociedades de Ajuda Mútua, primeiras formas de associação de trabalhadores [...] estatutos, regulamentos, manuais impressos, são possíveis de serem encontrados em bibliotecas municipais de toda Itália. Quase nada, ao contrário, foi salvo das primeiras organizações operárias e camponesas, de diferente orientação política e ideológica (republicanas, socialistas e anarquistas), que se formaram para reivindicar, promover greves e outros tipos de agitação, ainda que a maioria não tivesse uma verdadeira estrutura organizativa. O mesmo pode-se dizer das organizações nascidas nos inícios de 1900 com bases associativas mais sólidas e formalizadas; bastando dizer que nenhum arquivo oficial das federações nacionais de categorias profissionais (metalúrgicos, têxteis, construção civil, trabalhadores agrícolas não especializados, etc.) foi preservado, nem mesmo aquele da Confederazione Generale del Lavoro - CGL (Confederação Geral do Trabalho), fundada em 1906. Assim sendo, é também significativo que mesmo do Partido Socialista Italiano (PSI), fundado em Gênova em 1892, não se conheça nenhum arquivo, nem em nível central, nem em nível periférico (SCAVINO, 2015, p. 181-182).

Destaca-se deste documento as referências às memórias perdidas das primeiras organizações dos trabalhadores e, embora estejam apenas indicadas, nos alerta, por exemplo, para o fato de que os documentos relativos às Sociedades de Ajuda Mútua podiam (e talvez ainda possam) ser encontrados em bibliotecas municipais da Itália. Além disso, o autor refere-se ao fato de que as organizações nascidas nos inícios de 1900 tinham “bases associativas mais sólidas e formalizadas”, trazendo-nos um alerta para não considerar que tais estruturas tivessem surgido no século XIX, como fruto das organizações nascidas no bojo das lutas e da ideologia

---

<sup>27</sup> “Em sua conferência em Zurique, em 1882, o SPD decidiu pela preservação sistemática de seus arquivos e coleções de arquivos no escritório de Der Sozialdemokrat, em Zurique; em 1887, os arquivos foram transferidos para Londres e após a revogação do Sozialistengesetz para Berlim; os arquivos incluem os documentos de Karl Marx, Friedrich Engels, Johann Ph. Becker, Moses Hess e outros socialistas; na maioria dos casos, esses documentos foram trazidos em segurança após a ascensão dos nazistas em 1933 e foram comprados pelo IISH em 1938; no entanto, uma parte menor e a maior parte da biblioteca do SPD foi confiscada e transferida para as bibliotecas e arquivos do estado da Prússia e para outras bibliotecas na Alemanha”. Conteúdo e contexto da coleção em <https://search.iisg.amsterdam/Record/ARCH02196> Acessado em: 18 de junho de 2020.

em curso naquele período, embora Engels, em sua história da classe operária inglesa, se refira a essas entidades, seu caráter associativo nem sempre é destacado.

### 1.5. O fascismo e a apropriação da memória operária como troféu de guerra

*“[...] não há que ter ilusões - a luta contra o fascismo é assim mesmo - dura, longa, mas vitoriosa”.*  
(Autor clandestino, *Cartas do Exílio*. Perú, 1972)<sup>28</sup>

A nova temporada de barbárie inaugurada com o avanço do nazifascismo e a eclosão da Segunda Guerra Mundial provocaram novas e incalculáveis perdas de acervos documentais e artísticos.<sup>29</sup> Na Europa, ainda tomando como exemplo a Itália, devido à sua longa tradição de protagonista na consolidação teórica e prática para a arquivologia, ocorreram ações de salvaguarda documental de origem administrativa e legal, como o Conselho de Planejamento de Recursos Nacionais e o Comitê para a Conservação de Recursos Culturais, que atuaram entre os anos de 1940 e 1941 (NICHOLAS, 2011).

Entretanto, a memória das classes subalternas não recebeu a mesma solidariedade e atenção por parte das entidades de salvaguarda de patrimônio. Os esforços de muitos militantes comunistas em torno da preservação de seus arquivos fizeram com que parte considerável do acervo do Partido Comunista Italiano (PCI) fosse transferida para a Internacional Comunista (IC), em Moscou (SCAVINO, 2015, p. 185), sendo cogitada a possibilidade de traslado total e guarda definitiva, devido ao risco iminente de destruição pelos nazifascistas (FELTRINELLI, 2006, p.70). Outro exemplo ocorreu em Amsterdã, onde o IISH/IISG teve seu arquivo confiscado pelos alemães durante a invasão de 1940. Parte dessa documentação só foi recuperada em 1946, após o término da guerra.

O contexto de produção e salvaguarda dos arquivos do PCI no início dos anos 1920 e posteriormente, até meados da década de 1940, merece atenção especial devido à conjuntura política na qual a Itália estava inserida. O Partido Comunista

<sup>28</sup> Embora tenhamos identificado o verdadeiro autor da frase, optamos por preservar seu anonimato, como em outros momentos desta pesquisa, por se tratar de documentos produzidos na clandestinidade.

<sup>29</sup> Sobre a situação dos arquivos administrativos europeus na Segunda Guerra Mundial pela perspectiva da Arquivologia ocidental, ver mais em (LOPES DOS SANTOS JUNIOR, 2019); (BROOKS, 1947); (COX, 2011); (EDSEL, 2014); (MATTEEN, 2011); (NICHOLAS, 2011).

Italiano foi fundado em 1921, tendo iniciado, portanto, sua atuação quando o fascismo<sup>30</sup> já estava em plena ascensão.

Assim, diferentemente de militantes de outras organizações ligadas ao movimento operário italiano, como anarquista e socialistas, os comunistas italianos procuraram adotar regras de confidencialidade bastante rígidas quanto à produção e guarda documental, pois além do risco de destruição de toda a documentação produzida e acumulada pelo Partido e seus membros, havia o risco iminente de prisão, tortura e morte desses militantes.

Segundo Scavino (2015, p.184), no início do século XX, o movimento operário na Itália era bastante significativo, capaz de influenciar a história do país em diversos aspectos e de forma profunda - no plano das culturas de massas, das mentalidades coletivas, dos costumes sociais e principalmente na realidade política e sindical. De acordo com o autor, essas organizações de classe estavam em processo de formação naquele período e encontravam-se ainda no início de seu amadurecimento cultural, inclusive em relação “à consciência da importância da memória e dos meios para conservá-la e transmiti-la, quando foram violentamente reprimidas pelo fascismo nos anos 1920-1922” (SCAVINO, 2015, p. 184). Ele aponta ainda que

[...] os saques das sedes políticas e sindicais, os incêndios das Câmaras de Trabalho, assim como as apreensões de materiais, que os “esquadrões” fascistas realizaram sistematicamente contra as organizações consideradas “subversivas” (mas também contra aquelas do mundo católico popular), foram uma verdadeira e própria catástrofe, pois levaram à destruição ou à dispersão de uma enorme quantidade de documentação. (SCAVINO, 2015, p. 184-185).

Importante destacarmos o caráter de classe operado pelo fascismo italiano nas invasões e consequente destruição dos materiais produzidos pelo operariado italiano. Del Roio (M., 2020), ao analisar o artigo de Palmiro Togliatti sobre o fascismo italiano publicado em maio de 1926 na revista *L'Internationale Communiste*, escrito este

---

<sup>30</sup> “O movimento fascista constituiu-se em Milão como rescaldo da primeira guerra mundial, em março de 1919, e se transformou em Partido Nacional Fascista (PNF), em 1921. Depois de ser reforçado graças, sobretudo, à ação dos ‘esquadrões’ armados contra as organizações operárias e camponesas, em especial nas áreas agrícolas do Vale do Rio Pó, em outubro de 1922 conseguiu impor o próprio poder ao parlamento e ao Rei, em razão da chamada ‘Marcha sobre Roma’, ou seja, à mobilização em direção à capital das esquadras armadas (os camisas negras). Cedendo à chantagem da força, o Rei Vitério Emanuel III entregou o governo ao “chefe” do fascismo, Benito Mussolini. No espaço de apenas dois anos, o fascismo esvaziou completamente as instituições liberais e instaurou a ditadura, com total apoio da monarquia e da Igreja Católica” (SCAVINO, 2015, p. 184). Para melhor definição do que foi o fascismo italiano nas formulações de Palmiro Togliatti e Antonio Gramsci, ver (DEL ROIO, M., 2020)

resultante da elaboração coletiva do grupo dirigente do PCI conformado no III Congresso do Partido, destaca que Togliatti

[...] a fim de precaver o leitor da simplificação de entender o fascismo apenas na sua relação com a pequena burguesia – é que “não se pode definir o fascismo italiano do ponto de vista social considerando uma só classe”. As oscilações do fascismo só podem ser explicadas pelas oscilações das camadas da pequena burguesia, que de simpáticas à ocupação de fábricas passaram a ser instrumento dos agrários e do capital financeiro contra o movimento operário e o campesinato. Ou seja, a análise do fascismo demanda a análise de suas relações com todas as classes. O fascismo passou por várias crises antes de assumir o perfil de partido organizador da dominação de classe da burguesia, crises essas vividas por dentro da crise do Estado italiano entre 1919 e 1922 (DEL ROIO, M., 2020, p.97).

As ações dos esquadrões fascistas tinham como objetivo claro concentrar suas forças e suas armas contra as organizações operárias e camponesas. Essas iniciativas foram responsáveis por uma destruição incalculável de documentos produzidos e acumulados pelas organizações de classe italianas. São raros os casos em que essa documentação, apreendida pela polícia em diversas ocasiões, foi preservada e posteriormente confiada aos Arquivos do Estado, onde, destaque-se, está até o momento (SCAVINO, 2015, p. 185).

[...] Quando os fascistas invadiam as sedes das organizações, armas em punho, geralmente recolham todo o material que encontravam e colocavam fogo, algumas vezes apropriavam-se deles como se fossem troféus de guerra, e de fato, quando em 1932, o regime organizou em Roma uma grande mostra para comemorar o décimo aniversário da conquista do poder, a Mostra da Revolução Fascista, uma parte daquele material (sobretudo bandeiras e insígnias) foi exibido com orgulho, exatamente para reivindicar a obra de destruição executada contra as organizações de classe (SCAVINO, 2015, p. 184 e 185).

A partir do excerto acima, observamos o caráter simbólico na apropriação dos materiais oriundos das organizações operárias por parte dos fascistas. A disputa política se faz também - e neste caso, principalmente - no campo da memória, o que explica que os documentos e demais materiais tenham sido exibidos como verdadeiros troféus de guerra, indicando os vitoriosos e os derrotados naquele embate pelo poder. Os arquivos equivalem à espinha dorsal das entidades produtoras, neste caso ao das organizações operárias. As informações concentradas nesses arquivos

indicam muito mais do que a elaboração do pensamento político e seus consequentes desdobramentos em ações concretas, pois é a forma mais eficaz que as organizações podem revisitar o fazer histórico da classe por sua própria perspectiva.

## CAPÍTULO II

### ARQUITETOS DA MEMÓRIA: ARTICULAÇÃO DA REDE DE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NO BRASIL

*“Para liquidar os povos, começa-se  
por lhes tirar a memória.  
Destroem-se seus livros, sua  
cultura, sua história. E uma outra  
pessoa lhes escreve outros  
livros, lhes dá outra cultura e lhes  
inventa uma outra História”  
(Milan Kundera)*

Durante a ditadura militar burguesa (1964-1985), dentre os grupos políticos perseguidos, não há dúvidas de que os comunistas foram os alvos prioritários da repressão (ABRÃO, 2013). Essa é uma evidência que não se restringe ao período da última ditadura,<sup>31</sup> pois qualquer pesquisador que se debruce sobre a história republicana brasileira com o objetivo de analisar a repressão estatal contra segmentos organizados, considerados potencialmente ameaçadores à “ordem e ao progresso”, constata que o mote ou a justificativa oficial era, quase sempre, a do “perigo comunista”. Trazendo essa evidência para o foco dessa pesquisa, no concernente aos acervos, observa-se algo, no mínimo, curioso. O fato de o material ter sido produzido pelos agentes do Estado, a partir da informação constante no título do documento, fez com que o maior número de pastas esteja identificada com o título de “comunistas”. O que leva a uma hipótese jocosa: a considerar o montante de pastas disponíveis para consulta nos arquivos públicos com tal denominação, o número de comunistas no Brasil seria incrivelmente elevado, capaz portanto de, de fato, levar a cabo a tão almejada (e temida) revolução.

Concomitante a essa perseguição sistemática e contumaz aos comunistas, evidencia-se o outro lado da moeda: as estratégias de apagamento da memória nacional e o silenciamento de intelectuais (NETTO, 1991) comprometidos com o projeto de construção de uma nova sociedade. Isso se coloca no campo da disputa

---

<sup>31</sup> A abordagem da repressão aos comunistas em outros momentos da história do país, como no Estado Novo (1937-1945), por exemplo, será desenvolvida mais adiante, a partir da análise documental do período sobre a destruição das gráficas do PCB.

por essas memórias (POLLACK, 1989), silenciadas durante tantos anos por aqueles que conduziram o processo de abertura “democrática”, lenta e gradual.

Conscientes de que “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2015, p. 47), os comunistas não mediram esforços na disputa pela preservação da memória de suas lutas e a das classes subalternas, sobretudo a do movimento operário. Os intensos debates, ainda que realizados na clandestinidade, foram documentados e, em certa medida, preservados, estando hoje disponíveis para a consulta pública de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

## 2.1. O imperativo da construção do ASMOB ante os embates acadêmicos

*“Estátuas pode haver nas praças, mas não na historiografia: nesta ninguém é de bronze”.*  
(Dario Canale)

Uma das fontes presentes na *Coleção Exílio*, conjunto documental que compõe os acervos preservados pelo Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB), é um opúsculo datado de novembro de 1973,<sup>32</sup> no qual o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lança um apelo para a formação de uma frente antifascista (DEL ROIO, J.L., 1987a, p. 85). As resoluções políticas contidas nesse opúsculo também foram publicadas na edição clandestina de dezembro de 1973 do jornal *Voz Operária*. Nele, os comunistas organizados em torno do Partido oferecem sua descrição do regime ditatorial brasileiro:

[...] Sem possuir determinadas características do fascismo italiano e alemão do passado, o regime brasileiro é definido pelos seguintes traços essenciais - algumas aparências de democracia participativa, inclusive mudança periódica do ditador; empenho, por todos os meios, para afastar o povo, principalmente a classe operária, da vida política; utilização das Forças Armadas como instrumento político repressivo e suporte direto do regime; ampliação e hipertrofia dos chamados órgãos de segurança, que dominam o aparelho do Estado e a vida do país; aplicação do terror como principal método do governo; maior controle da estrutura sindical [...] política econômica baseada na

---

<sup>32</sup> Foram identificados seis exemplares desse opúsculo, três deles fazem parte da *Coleção Exílio* e os outros três, datados de 1976 (provavelmente republicados três anos depois), estão no Fundo Roberto Morena.

intensificação da exploração da classe operária e na crescente espoliação da nação, em favorecimento dos interesses dos monopólios, dos estrangeiros, em particular, e do latifúndio; política externa expansionista [...] O modelo brasileiro de desenvolvimento econômico entra em profunda contradição com as formas políticas da própria democracia burguesa. Ela se realiza em função dos interesses do capitalismo monopolista, em primeiro lugar o estrangeiro, e do sistema latifundiário [...]. Tem por base uma intensa exploração da classe operária e dos trabalhadores em geral. Fere interesse dos setores da própria burguesia [...]. Engendra, por tudo isso, uma superestrutura política violentamente antidemocrática que se destina a manter subjugada, através da opressão e do terror, todas as forças sociais exploradas e descontentes. Ele engendra o fascismo”.<sup>33</sup>

As assertivas do autor sobre a configuração da estrutura de poder vigente no Brasil remetem ao intenso debate ocorrido na década de 1970 acerca da caracterização da ditadura brasileira, que configura um vasto campo historiográfico, discussões levadas a cabo tanto pelos especialistas estritamente acadêmicos quanto pelos intelectuais orgânicos.

Assim como a produção acadêmica é sistematicamente registrada, os intelectuais vinculados a esse pensamento crítico ligado às organizações de esquerda sentiram a necessidade de compilar seus embates e ideias, acabando por constituir também um campo historiográfico, dado que, reconhecendo a importância do registro dos debates afeitos à sociedade brasileira - sua dinâmica, a posição relativa do Brasil no cenário regional e internacional, o teor das lutas de classes, o resgate das memórias dos protagonistas da história, e muitos outros, tais interpretações foram realizadas segundo os critérios exigidos para a produção de um conhecimento científico na área das humanidades.

Nesse sentido, destacamos a relevância da produção historiográfica *militante*, ou seja, dos intelectuais orgânicos em torno dos estudos sobre o mundo do trabalho e as classes subalternas, pois ainda que esse material seja passível de críticas e possua seus limites – como toda produção científica – a escrita da história enquanto ciência se configura também como espaço de disputa ideológica e por hegemonia. Sobre esse debate e uma pretensa “neutralidade” na produção científica, o historiador ítalo-brasileiro e militante comunista Dario Canale esclarece que

---

<sup>33</sup> *Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo*. Opúsculo. Nov/1973. *Coleção Exílio*, ASMOB/IAP/CEDEM. O mesmo artigo aparece publicado no jornal *Voz Operária*, Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro; nº 106. Edição clandestina, dez/1973. É novamente publicado em outro opúsculo, em 1976. Fundo Roberto Morena/ASMOB/IAP/CEDEM.

enquanto existir uma sociedade dividida em classes, toda e qualquer pretensão de objetividade “pura” nas ciências sociais é uma hipocrisia, pois nenhuma análise ou avaliação é neutra. Trata-se então de assumir consciente e declaradamente posição em favor duma entre as classes em luta entre si, a saber, daquela cujos interesses mais gerais num dado momento coincidem com os interesses de longo prazo da sociedade humana, em última análise com o desenvolvimento sem limites das forças produtivas (CANALE, 2013, p.36).

Particularmente sobre a história das classes subalternas, não fosse tal tradição, iniciada desde o princípio do século XX no Brasil, configurar-se-ia um hiato na historiografia, uma vez que o mundo do trabalho não era considerado um tema nobre no mundo acadêmico *stricto sensu*, pois, até meados da década de 1960, neste universo os trabalhadores do Brasil sequer eram considerados protagonistas da história.

Historiograficamente, a ação da escrita tem sido prerrogativa das classes dominantes, sobretudo dos homens, o que traz consigo inúmeras exclusões: as classes populares, as mulheres, as minorias étnicas, religiosas, sexuais etc. (GOMEZ, 2021). Durante anos os testemunhos deixados por pessoas comuns foram ignorados pela historiografia estritamente acadêmica, praticada nos limites dos muros da universidade, inclusive por historiadores marxistas que, em muitos casos, deram maior relevância ao estudo dos aparelhos do poder político e sindical dos trabalhadores (GOMEZ, 2021).

Assim, em que pesem as inúmeras críticas a esta produção feita fora dos muros institucionais, seja por seus autores revelarem um centralismo intelectual como líderes do povo e ou dos trabalhadores em geral, seja por seus paradigmas vinculados às teleologias stalinistas (BATALHA, 2005); (RAMOS, 2009), a importância de tal produção é a de ter garantido para a posteridade o conhecimento sobre o cotidiano do mundo do trabalho, suas lutas e estratégias contra a exploração inerente ao capitalismo, especialmente no contexto.<sup>34</sup>

Nesse sentido, pode-se considerar que a produção dos intelectuais militantes de esquerda, a que a citação do opúsculo de referenciado por José Luiz Del Roio nos

---

<sup>34</sup> Entre esses autores, podemos citar apenas a título de exemplo, as valiosas contribuições de Nelson Werneck Sodré, Edgard Carone, Edgar Rodrigues, Astrojildo Pereira, Clóvis Moura, Heitor Ferreira Lima, entre outros.

remete, configura uma tradição na historiografia brasileira que teve continuidade e ainda se mantém atual. Este ramo da historiografia contém um diferencial, pois é inerente a tais análises a perspectiva da produção de indicadores e diretrizes para a ação nas lutas de classes. Assim, restringindo-nos ao período da ditadura militar burguesa de 1964 a 1985, no interior do debate dessas tendências críticas e entre militantes partidários, havia aqueles que defendiam se tratar de uma ditadura militar, considerando que as classes dominantes renunciaram ao exercício direto do poder através do regime democrático parlamentar e entregaram às Forças Armadas o papel de partido do sistema, partido da globalidade das classes dominantes. De acordo com essa perspectiva, esse poder baseava-se nos valores tradicionais militares, tais como nação, ordem, apoliticismo, e se exerce em um complexo repressivo contra os trabalhadores e de consentimento econômico absoluto para a burguesia (DEL ROIO, J. L., 1987a, p. 85).

Entretanto, havia interpretações encampadas por outras forças de esquerda durante o período, entre essas estavam as dos comunistas que consideravam que, apesar das semelhanças existentes com os modelos clássicos, a ditadura brasileira continha *essência fascista* (DEL ROIO, J. L., 1987a, p. 85). Algumas das fontes documentais eleitas para serem analisadas nesta pesquisa seguem esta perspectiva de análise política, por isso, a importância de destacá-la, em contraste com as demais correntes do campo da historiografia.

Conforme observa José Luiz Del Roio, as divergências entre as análises não eram acadêmicas, mas *condicionaram toda a estratégia de luta*. Para as forças de resistência que defendiam o argumento de que a ditadura representava todo o bloco burguês, a estratégia política de enfrentamento consistia em realizar a unidade das forças do trabalho, lutando diretamente pelo socialismo, por meio de uma frente de esquerda. Entretanto, para os que defendiam a caracterização da ditadura brasileira como sendo de cunho fascista, ou seja, a ditadura de uma fração da burguesia - do grande capital monopolista associado - a estruturação da estratégia de luta antiditatorial foi diversa, com a constituição de uma frente democrática que reunisse, “não só as forças do trabalho, mas também as frações das classes dominantes que vão se afastando da ditadura, até deixá-la reduzida a seu núcleo monopolista” (DEL ROIO, J.L., 1987a, p. 87).

Cabe destacarmos que, anterior a este documento lançado pelo PCB em dezembro de 1973, o primeiro documento de uma organização revolucionária

contendo uma base teórica que defendia a tese da ditadura do grande capital monopolista associado, apresentando sua essência fascista, foi lançado em julho de 1971 e intitulado *Uma Autocrítica Necessária*, procedente da Tendência Leninista (TL) da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nele, os comunistas da TL reunidos em Milão<sup>35</sup> realizaram um estudo das posições clássicas do movimento operário e do capitalismo brasileiro naquela fase, retomando e aprofundando, assim, o conceito desenvolvido anteriormente por Carlos Marighella em um texto de 1965 intitulado *O Fascismo Militar Brasileiro*.<sup>36</sup>

Ainda sobre o tema da ditadura, a historiografia (canônica e militante) avançou muito após a década de 1980 e, dado que o mundo do trabalho havia adquirido, a partir da década de 1960, destaque no mundo acadêmico, particularmente pelo impacto da obra de E. P. Thompson (1987), também a produção sobre os trabalhadores adquiriu visibilidade com a chancela da universidade. Essa perspectiva tendeu a se ampliar com o reconhecimento da importância dos trabalhadores na luta contra a ditadura. De forma complementar, a vasta historiografia sobre ditadura militar no Brasil<sup>37</sup> e na América Latina destaca o apoio fundamental do imperialismo, principalmente o norte-americano, no golpe militar ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1964, em um processo de *contrarrevolução preventiva em escala mundial* (NETTO, 2014, p.74). Entretanto, continua o autor, é importante sublinhar que o golpe militar brasileiro não teve sua origem nos Estados Unidos, mas

[...] foi na dinâmica interna das lutas de classes no Brasil que se armou o seu cenário e se gestaram as condições do seu êxito em 1964. Foram responsáveis pelo golpe as franjas burguesas vinculadas ao grande capital nativo e estrangeiro que, associadas aos latifundiários, arrastaram política e ideologicamente segmentos expressivos da pequena burguesia urbana para o seu campo (NETTO, 2014, p. 74).

---

<sup>35</sup> Na primeira reunião oficial dos comunistas da Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional (TL/ALN), ocorrida em julho de 1971 em Milão, estiveram presentes José Luiz Del Roio, Ricardo Zaratini, Dário Canale, Flávio Médice, Rolando Fratti, Aloysio Nunes Ferreira, Cesare Giorgi (irmão do escultor Bruno Giorgi, foi militante da *Resistenza*, do PCB e do PCI), entre outros. O grupo surgiu no exílio e tinha por objetivo a reunificação dos comunistas brasileiros, retomando a estratégia leninista da organização elaborada pelo então Agrupamento Comunista de São Paulo, embrião da ALN. Criada a partir da elaboração do documento "*Uma Autocrítica Necessária*", em que fez duras críticas ao militarismo e ao foco guerrilheiro, a TL/ALN também propunha o trabalho político entre as massas, o recuo estratégico das atividades armadas e a adoção da estruturação partidária revolucionária consagrada pela tradição leninista.

<sup>36</sup> Disponível na íntegra em <https://www.marxists.org/portugues/marighella/ano/mes/escritos.pdf>

<sup>37</sup> São exemplos (FICO, 2004); (DAHÁS, 2019); (RIDENTI; MOTTA, 2004, p. 29-53).

De acordo com a perspectiva adotada por Netto (2014), o golpe militar no Brasil obteve sucesso graças à disposição e empenho mostrados por parte de setores da burguesia ligados ao grande capital, nacional e estrangeiro, cujos interesses foram privilegiados pelo regime derivado do golpe de 1º de abril de 1964 (NETTO, 2014, p. 74). Entretanto, embora tenha contado sempre com tutela militar, não o entendemos estritamente como um golpe militar e sim como um golpe civil-militar, com seu caráter de classe muito bem definido. Ou seja, na definição de Octavio Ianni, de acordo com Netto (2014), a ditadura brasileira foi uma *ditadura do grande capital nacional e estrangeiro*.

[...] foi um golpe civil-militar e o regime dele derivado, com a instrumentalização das Forças Armadas pelo grande capital e pelo latifúndio, configurou a solução que, para a crise do capitalismo no Brasil à época, interessava aos maiores empresários e banqueiros, aos latifundiários e às empresas estrangeiras (e seus gestores, “gringos” e brasileiros) (NETTO, 2014, p. 74).

De todo modo, conforme aponta Netto (2014), é fundamental que o golpe ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1964 seja compreendido no contexto da *Guerra Fria*, quando os núcleos imperialistas patrocinaram a *contrarrevolução preventiva em escala mundial*. Mesmo tendo ocorrido em escala global, continua o autor, o movimento de contrarrevolução se deu de forma distinta nos espaços em que obteve êxito. Assim, é nas particularidades nacionais que se deve buscar o significado específico da onda de golpes própria do processo de contrarrevolução (NETTO, 2014, p. 74-75). No caso brasileiro, os objetivos principais da contrarrevolução foram os de

[...] adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países a um novo momento da dinâmica capitalista, marcado por uma acentuada internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociais e políticos interessados em resistir a esse processo, que conduzia as periferias a uma relação mais subalterna e dependente em face dos centros imperialistas; [...] combater em todo o mundo tendências políticas e ideológicas alternativas ao capitalismo e/ou conducentes a vias socialistas (NETTO, 2014, p. 75).

Sendo assim, o golpe militar ocorrido no Brasil em 1º de abril de 1964 foi a *solução política* imposta pela força, derrotando as forças democráticas nacionais e populares, e significou a derrota de uma noção alternativa de desenvolvimento político, social e econômico que caminhava na contramão das linhas de força que

historicamente marcaram a formação do país (NETTO, 2014, p. 77). Portanto, diz ele, o golpe civil-militar teve um caráter indiscutivelmente *reacionário*, pois seus estrategistas brasileiros e estrangeiros impediram o desenvolvimento de uma transformação política e econômica que poderia romper com os traços mais degradantes e negativos da história do Brasil e de sua sociedade. Daí o papel central da burguesia brasileira subordinada na articulação do golpe de 1964 e das políticas públicas durante a ditadura, ainda que as reformas esboçadas não fossem capazes de ferir, a curto prazo, os fundamentos da propriedade privada e do mercado capitalista nos moldes requeridos por este estrato social.

Nesse sentido, contribuindo com esta perspectiva classista na historiografia sobre o tema e destrinchando a participação efetiva de empresários na gestão do golpe e no regime derivado deste, ainda no início dos anos 80, ou seja, no processo de arrefecimento do regime, está a obra fundamental e já clássica de René Armand Dreifuss *1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe* (1981). Nela, o autor aponta duas observações que geraram consequências bastante importantes para a historiografia daquele período no Brasil. A primeira delas foi o envolvimento político dos empresários e a qualidade de sua organização e ação, que foram, ambos, incontestavelmente, muito notáveis (DREIFUSS, 1987, p. 481). A segunda é sua análise sobre a estratégia de tomada da administração do Estado e do aparelho de formulação de diretrizes pelos empresários e tecno-empresários reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).<sup>38</sup> Esse *think tank* foi criado em agosto de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo e por um punhado de oficiais que orbitavam em torno da Escola Superior de Guerra (ESG) (DREIFUSS, 1987, p. 481). O IPES era articulado com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), criado no Rio de Janeiro, em 25 de maio de 1959, também de cunho empresarial. IPES e IBAD eram adeptos das teses de ampliação dos vínculos com o capital internacional, nos mesmos moldes pré-existentes.

Trata-se, portanto, de uma contribuição historiográfica bastante relevante, uma vez que o autor delineou o estabelecimento no Brasil de um novo bloco de poder multinacional e associado, salientando as transformações que ocorreram na esfera da produção econômica (DREIFUSS, 1987, p. 482) e como este novo bloco de poder deu origem a uma *elite orgânica*.

---

<sup>38</sup> Sobre a participação do IPES no golpe de 64 na perspectiva de suas publicações, ver o trabalho de Djurovic (2021).

Uma vez no poder, o bloco financeiro-industrial multinacional e associado, ao procurar uma redefinição dos critérios de inclusão/exclusão no sistema político, não limitou sua atenção somente às classes trabalhadoras (DREIFUSS, 1987, p. 485).

De acordo com a perspectiva de Dreifuss (1987), o bloco de poder multinacional e associado impôs uma nova relação entre o Estado, as classes dominantes e ele próprio, que implicava a rejeição do setor oligárquico-industrial populista e de seus mecanismos de representação e controle de classe. Na análise proposta pelo autor, é defendida a tese de que estes novos detentores do poder buscaram estabelecer um regime tecno-empresarial, apoiado e protegido pelas Forças Armadas, rejeitando assim a ordem política anterior. Neste novo regime, inaugurado com o golpe de 1º de abril de 1964, os políticos se tornaram auxiliares e, durante o processo, perderam seu papel central, qual seja, o de representação popular. Com a vitória do golpe civil-militar de caráter classista, os novos interesses “tornaram-se Estado”, readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos (DREIFUSS, 1987, p. 489).

## **2.2. Perseguição e destruição dos arquivos das classes subalternas**

Como vimos no Capítulo I, o movimento operário brasileiro produziu vasta documentação, registros de intensas lutas no decorrer do processo de sua formação enquanto classe. Nas primeiras duas décadas do século XX, era comum que parte da produção documental que circulava entre os militantes de esquerda – anarquistas, socialista e comunistas - ficasse armazenada nas gráficas e nas modestas bibliotecas dos sindicatos, federações e demais organizações de trabalhadores. Além de jornais e panfletos, muitos livros, alguns vindos de fora do país, ficavam à disposição para a consulta dos operários nas sedes das organizações classistas, formando pequenas bibliotecas e espaços de leitura e convivência.<sup>39</sup>

A imprensa operária das primeiras três décadas do século XX, como indica a significativa produção historiográfica<sup>40</sup> sobre o período, produziu intensamente, não

---

<sup>39</sup> Publicações Recebidas. O Proletário, núm. 05, Ano I, de 01 de outubro de 1911. Disponível em [https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/o\\_proletario.o.pdf](https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/o_proletario.o.pdf). Acesso em junho de 2021.

<sup>40</sup> Alguns trabalhos que se dedicaram ao tema foram: (FERREIRA,1988); (BITTENCOURT, 2007); (HARDMAN, 1984); (MAGNANI, 1982).

sem enormes dificuldades. Os panfletos, correspondências e demais materiais recebidos para a edição dos jornais operários, além do maquinário usado na produção dos periódicos, eram constantemente confiscados ou simplesmente destruídos pela polícia política a cada vez que esta invadia as gráficas. Por isso, alguns militantes, preocupados em salvar da destruição os registros de suas lutas, as de seus companheiros e sobretudo, as de sua classe, guardavam consigo aquilo que podiam. Os indícios materiais que atestam essas constantes destruições de que foram alvo os registros produzidos pelas classes subalternas, especialmente os movimentos operário e comunista ao longo do século XX no Brasil, estão presentes nos arquivos preservados e reunidos pelo ASMOB. Como exemplos das constantes perseguições aos arquivos, foram analisados dois relatórios, produzidos em momentos históricos diferentes – o primeiro deles redigido por Octávio Brandão para a Internacional Comunista, em 1924 (BRANDÃO, 1924), e o outro, da polícia política de São Paulo, de 1940.

O primeiro relatório é uma cópia microfilmada de um documento manuscrito, enviado ao representante da Seção de Agitação e Propaganda da Internacional Comunista (IC)<sup>41</sup> em Moscou, Bela Kun, pelo então responsável pela Comissão de Educação e Cultura, o farmacêutico e militante comunista Octávio Brandão, um dos fundadores do PCB. No documento, datado de 18 de novembro de 1924, Brandão responde a um questionário no qual informa detalhes importantes sobre a conjuntura política do país e dos primeiros anos do partido - seu funcionamento, dificuldades, perseguições e prisões dos comunistas. Também oferece informações acerca da invasão e destruição das gráficas e dos arquivos do movimento operário brasileiro, inclusive de outras organizações de classe. Na ocasião, explica que a demora em responder ao questionário justifica-se pelo fato de o partido estar na ilegalidade e que seus poucos militantes haviam sido presos ou estavam vivendo na clandestinidade, devido ao intenso assédio por parte da polícia.

Sobre a produção documental do partido nos primeiros anos, Brandão informa que, embora não houvesse um órgão propriamente de agitação naquele momento, havia um trabalho nesse sentido, somado a esforços de propaganda e que estes

---

<sup>41</sup> Fundada por Lênin em 1919, a III Internacional foi o órgão dirigente dos partidos comunistas de todo o mundo até o início da Segunda Guerra Mundial, quando foram progressivamente encerradas suas atividades, até sua dissolução em 1943.

tiveram de ser interrompidos devido à eclosão da revolta tenentista, iniciada em julho de 1924.

Apesar da conjuntura desfavorável, é importante ressaltar que o relatório oferece indícios da produção documental no exercício das tarefas partidárias de agitação, propaganda e formação política, inclusive com o partido posto na ilegalidade e seus militantes presos, foragidos ou vivendo na clandestinidade. De acordo com o relato, foram publicados apelos e inúmeros artigos (inclusive em jornais da “imprensa burguesa”), além da elaboração de folhetos, edição de jornais da imprensa operária, como *O Alfiate* e *Voz Cosmopolita*, e manifestos – ambos impressos e amplamente distribuídos.

Brandão informa ainda que as associações e jornais operários foram fechados. Sobre a caça ao material produzido pelos comunistas, Brandão oferece informações no trecho em que descreve a interrupção do funcionamento da escola de formação partidária e justifica a ausência do documento comprobatório junto ao relatório enviado à IC

[...] fizemos um programa que foi aprovado pela Comissão Central Executiva, não o envio com o presente porque com as perseguições de julho, escondemos o arquivo e é perigoso mandar alguém ir buscá-lo (BRANDÃO, 1924).

Trata-se de um indício importante de que a estratégia de ocultação dos documentos produzidos por trabalhadores militantes, neste caso os comunistas, era uma prática comum no movimento operário brasileiro, cuja preocupação principal era a de preservar a integridade física e até mesmo a vida dos indivíduos e organizações envolvidas na produção documental, mas também, em certa medida, a memória de suas lutas. Ao longo do documento, Brandão revela informações acerca dos impressos de formação política partidária disponíveis em português, publicados na clandestinidade, e da censura ao material produzido pelos comunistas e invasão da tipografia do partido

[...] é preciso lembrar que sua publicação é clandestina. A polícia confiscou-nos mais de mil exemplares do Programa Comunista, outro tanto do O Comunismo Científico, e parte da 1ª edição do Rússia

Proletária<sup>42</sup> foi queimada para não cair nas mãos da polícia, que logo depois, invadiu a tipografia (BRANDÃO, 1924).

Em outro trecho, Brandão oferece um breve relato sobre as dificuldades encontradas pelos comunistas na produção documental do material de propaganda, já que “a polícia invadiu a tipografia e confiscou as edições da revista Movimento Comunista, tivemos que dar os tipos, as caixas, etc., para pagar as dívidas” (BRANDÃO, 1924). As perseguições aos militantes do PCB e a invasão das suas tipografias e gráficas foram constantes na trajetória do partido, sobretudo quando esteve na ilegalidade.

No segundo documento, um relatório guardado pelo engenheiro comunista Catulo Branco<sup>43</sup> e preservado pelo ASMOB, mas produzido pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Estado Novo (1937-1945)<sup>44</sup> no exercício de suas funções no âmbito da administração pública, é possível verificar a preocupação dos órgãos de repressão do Estado contra as atividades dos trabalhadores organizados, em especial, os comunistas. O relatório da polícia política datado de setembro de 1940 versa sobre a campanha desenvolvida sob orientação do delegado Capitão Felisberto Baptista Teixeira para a repressão das atividades do Partido Comunista no Brasil. Entre os detalhes de inúmeras ações repressivas e prisões de comunistas e simpatizantes, destacamos a operação em torno da sede da imprensa do partido, cujo objetivo era o de apreender os materiais confeccionados no local, proibindo a produção e circulação da propaganda comunista, além de prender os militantes envolvidos nessas atividades. O material confiscado, formado por jornais, volantes e opúsculos produzidos nas gráficas e tipografias, servia como prova das atividades subversivas dos acusados e muitas vezes eram anexados aos processos. Isso explica o enorme volume de documentos produzidos pelas classes subalternas estarem preservados e alguns disponíveis para consulta pública nos arquivos dos órgãos de repressão do Estado.

---

<sup>42</sup> Para informações acerca dessas publicações, ver: LACERDA, Felipe Castilho. Dos usos do livro e outros impressos: a formação cultural comunista nos anos 1920. Revista Perseu Abramo, 2018.

<sup>43</sup> Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, major Dr. Filinto Muller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira, e referente à campanha desenvolvida, sob sua orientação, para repressão às atividades do Partido Comunista no país. Rio de Janeiro, setembro de 1940. Fundo Catulo Branco. ASMOB, IAP, CEDEM.

<sup>44</sup> Sobre o período, ver: (CARONE, 1991); (CARONE, 1982); (DULLES, 1977); (SOLA, 1992).

Nesse relatório há informações acerca das apreensões realizadas na sede da imprensa do partido comunista, revelando o tipo de maquinário e os materiais produzidos no local. A sede da imprensa do partido funcionava em uma casa simples na rua Engenho do Mato, n.21, no bairro de Cordovil, no Rio de Janeiro. Conforme observado no relatório, foram apreendidas

duas máquinas tipográficas com várias coleções de tipos, sendo uma em pleno funcionamento, uma estação transmissora de rádio, documentos originais de organização interna do PCB, além de farto material subversivo impresso e mimeografado (TEIXEIRA, 1940).

Há ainda a informação que corrobora com a assertiva de que muitos militantes mantinham partes do acervo do partido consigo, embora essa prática tivesse sérias implicações do ponto de vista da segurança pessoal. Foi o que ocorreu com dois dos membros da agremiação presos em suas residências – Honório de Freitas Guimarães e Lauro Reginaldo – ambos guardavam quantidade considerável de “cópias de documentos e material de propaganda comunista”, (TEIXEIRA, 1940) e no momento das prisões de ambos, os documentos foram confiscados pela polícia. Outro exemplo de apreensão de parte do arquivo do PCB guardados na residência de militantes ocorreu em Niterói, porém desta vez não houve prisões – na residência de Josias Ludolf Reis, foram arrestados pela polícia “o arquivo do Comitê Regional e parte do arquivo do Comitê Central” (TEIXEIRA, 1940).

A apreensão, ou em definição mais apropriada – o roubo desse acervo por parte dos órgãos de repressão do estado – oferece ao menos três implicações principais que incidem diretamente na luta de classes: a primeira delas, o uso desses documentos como prova das atividades subversivas das quais os comunistas foram acusados, não apenas durante o Estado Novo, mas ao longo da história do movimento operário e comunista brasileiro. A segunda é o uso político das informações contidas nesse acervo por parte da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS)<sup>45</sup> e, portanto, do Estado brasileiro, visando à desarticulação e desestruturação do movimento operário e do PCB em âmbito nacional

---

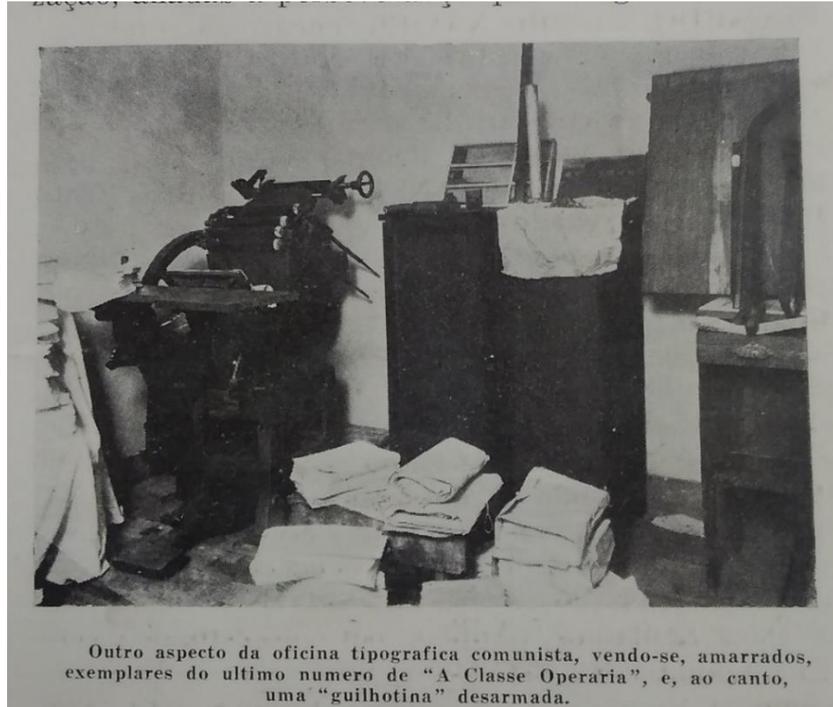
<sup>45</sup> A Delegacia Especial de Segurança Política e Social foi instituída pelo Decreto n.º 22.332, de 10/01/1933, com a função única de polícia política, exercida principalmente pelas Seções de Ordem Política, e de Ordem Social, além do Arquivo Geral.

[...] estudando os papéis encontrados no arquivo do PCB logramos descobrir suas diversas ligações para os Estados e comunicamos o fato aos respectivos Delegados de Ordem Política, para que tomassem as medidas tendentes a desarticular os diversos Comitês Regionais (TEIXEIRA, 1940).

A terceira consequência, e talvez a mais devastadora do ponto de vista das permanências e da longa duração, é a luta de classes engendrada no campo da memória e a contribuição da construção de uma história oficial do Brasil – uma história cuja ausência dos “de baixo” é a tônica, uma formulação que valida e enaltece as práticas e experiências dos que exerceram e permanecem exercendo o poder econômico, social e político. O discurso formulado pela polícia política a partir da análise enviesada desses documentos – análise carregada de intencionalidades e longe de ser “neutra”, contribuiu para construir, reforçar e difundir os estereótipos negativos e o caráter de periculosidade das organizações do movimento operário brasileiro e dos comunistas.



Figura 1 A sede da imprensa do partido. Relatório referente à campanha desenvolvida para repressão às atividades do Partido Comunista no país. Rio de Janeiro, setembro de 1940. Fundo Catulo Branco. ASMOB, IAP, CEDEM.



Outro aspecto da oficina tipográfica comunista, vendo-se, amarrados, exemplares do ultimo numero de "A Classe Operaria", e, ao canto, uma "guilhotina" desarmada.

Figura 2 Oficina tipográfica do PCB com o material de agitação e propaganda apreendido. Relatório referente à campanha desenvolvida para repressão às atividades do Partido Comunista no país. Rio de Janeiro, setembro de 1940. Fundo Catulo Branco. ASMOB, IAP, CEDEM.



Oficina tipográfica do Partido Comunista, à rua Engenho do Mato n.º 21, vendo-se o prelo, as caixas de tipos, clichês de Lenine e Luiz Carlos Prestes e a estação rádio-emissora. Nessa casa foram presos os impressores JULIO BARBOSA DE OLIVEIRA e JOÃO FRAGOSO, membros do P. C.

Figura 3 Oficina tipográfica do PCB e o maquinário apreendido. Relatório referente à campanha desenvolvida para repressão às atividades do Partido Comunista no país. Rio de Janeiro, setembro de 1940. Fundo Catulo Branco. ASMOB, IAP, CEDEM.

### 2.3. A luta pela preservação da memória das classes subalternas é tarefa de todo militante internacionalista

“[...] A assimilação da teoria é, aliás, um processo que se desenvolve e se apura com o tempo, combinando o estudo dos livros com a experiência adquirida nas lutas da classe operária [...]”  
(Astrojildo Pereira)

Entre tantos militantes anônimos, destacamos dois que tiveram papel fundamental na salvaguarda dos arquivos do movimento operário brasileiro - Astrojildo Pereira e Edgard Leuenroth.<sup>46</sup> Ambos iniciaram sua militância política como anarquistas, Leuenroth permaneceu até o fim da vida com a mesma convicção. Já Astrojildo, influenciado pela Revolução Russa de 1917 e atento às contradições da classe operária, fundou em março de 1922, com outros militantes, o Partido Comunista do Brasil - Seção Brasileira da Internacional Comunista (SBIC),<sup>47</sup> que mais tarde passou a ser denominado Partido Comunista Brasileiro.<sup>48</sup>

<sup>46</sup> Sobre Leuenroth e seu arquivo, ver: (KHOURY, 1997); (GALVÃO, 2012).

<sup>47</sup> O Partido Comunista - Seção Brasileira da Internacional Comunista (SBIC), inicialmente denominado como Partido Comunista do Brasil e, posteriormente, como Partido Comunista Brasileiro, surgiu a partir da reunião de oito Grupos Comunistas que já haviam se constituído anteriormente, cujos representantes eram Astrojildo (jornalista), Abílio de Nequete (barbeiro), Cristiano Cordeiro (funcionário), Hermogênio Silva (eletricista), João Costa Pimenta (gráfico), Joaquim Barbosa (alfaiate), José Elias da Silva (funcionário e operário da construção civil), Luis Peres (operário vassoureiro) e Manoel Cendon (alfaiate). O Congresso de fundação reuniu-se no Rio de Janeiro em 25 e 26 de março de 1922, realizando ali três sessões. Por motivos de segurança, as duas últimas sessões do dia 27 de março ocorreram na residência da família de Astrojildo Pereira, na Rua Visconde de Rio Branco, 651, em Niterói. A direção do partido – a Comissão Central Executiva (CCE), se instalou em março de 1922 na cidade do Rio de Janeiro, em uma salinha no sobrado da Praça da República, nº 40, esquina com a Rua da Constituição, que foi fechada em 05 de julho do mesmo ano. No mesmo local funcionou a sede do BOC, em 1928. Muitas obras foram dedicadas ao surgimento do Partido Comunista Brasileiro. Entre tantas, sugerimos uma que consideramos fundamental: (CANALE, 2013).

<sup>48</sup> Neste ponto, cabe uma breve contextualização: em 1956, a partir do relatório do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PC URSS), que denunciava os desvios à legalidade socialista e o culto à personalidade no período em que a União Soviética foi dirigida por Josef Stálin (1878-1953), ocorreram intensos debates entre os comunistas do mundo todo, inclusive os brasileiros. Em 1960, na ocasião do V Congresso do PCB, o debate e a disputa interna se intensificaram. Ao final do Congresso, algumas posições políticas tornaram-se irreconciliáveis, o que levou ao “racha” no interior do Partido. O grupo liderado por Mauricio Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo lançou a *Carta dos Cem (Em defesa do Partido)*, assinada por cem militantes, em quatro estados do País e iniciou a formação de um outro partido comunista, também de orientação marxista-leninista, mas adeptos das teorias maoístas. Esse novo partido foi fundado em 1962 sob a sigla PC do B – Partido Comunista do Brasil. O antigo partido comunista passa a se chamar Partido Comunista Brasileiro (PCB). Desde o início da década de 1960, ambas as legendas reivindicam o título de legítimas sucessoras do Partido Comunista original, em uma clara disputa no campo da memória.

Astrojildo Duarte Pereira Silva<sup>49</sup> (1890-1965) nasceu em Rio Bonito, município do estado do Rio de Janeiro, em 08 de outubro de 1890, mas foi em Niterói, onde passou grande parte de sua vida, que o jovem Astrojildo iniciou sua militância política. Como a maioria dos jovens engajados de sua geração, foi no ideário anarquista que Astrojildo encontrou a vontade e a convicção para se somar às lutas de seu povo. Ao longo de sua formação e atuação política na década de 1910, ele teve a oportunidade de conviver com anarquistas e socialistas mais experientes tanto do ponto de vista teórico quanto da articulação e atuação transnacional, o que sem dúvida nenhuma contribuiu para seu amadurecimento como militante e intelectual comprometido com as lutas das classes subalternas.

Em sua atuação como membro do Centro de Resistência Operária de Niterói, Astrojildo iniciou intensa colaboração com a imprensa operária anarquista e a partir de então, revelou-se um intelectual rigorosamente ligado a uma classe operária em formação. De acordo com um documento datado de 1947 deixado por Astrojildo, pertencente ao seu arquivo pessoal, podemos ter a dimensão do que foi a imprensa operária pelos olhos de quem participou dela ativamente:

[...] a história da imprensa operária é a própria história da classe operária, das suas lutas, dos seus sofrimentos, das suas esperanças. Desde os primeiros periódicos, aparecidos há cerca de um século, quase todos de vida curta e difícil, até aos nossos diários de hoje, o que vemos palpitar em suas colunas é sempre o mesmo pensamento generoso voltado para o futuro, para uma pátria livre e independente, em que o trabalho seja a lei comum, a condição primeira e última do bem-estar para todos (PEREIRA, A., 1947).<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Existe uma vasta produção sobre a trajetória de Astrojildo Pereira. Não se pretende aqui enumerar todas elas, mas sim demonstrar a atenção que a vida deste importante intelectual e militante comunista despertou na produção científica internacional. (NETTO, 1994); (SODRÉ, 1981); (SODRÉ, 1990, p. 7-43); (BACCALINI, 1984); (CARONE, 1981); (CARPEAUX, 1981); (DEL ROIO, M., 2015); (DEL ROIO, M. [s/d]); (FEIJÓ, 1990); (FEIJÓ, 2001); (KONDER, 1991, p. 13-18); (KONDER, 1981); (LIMA, 1979); (LIMA, 1981); (MAZZEO, [s/d]); (SECCO, 2014, p. 39-58).

<sup>50</sup> Este manuscrito foi publicado originalmente na *Revista Estudos* — publicação clandestina do PCB, no início da década de 70 — nº 4, de junho de 1972, com introdução e notas de Thomaz Ramos Neto ("nome de guerra" de Fragman Carlos Borges), quando o arquivo de Astrojildo Pereira estava sob os cuidados da Seção de Agitação e Propaganda do PCB na clandestinidade. Estes manuscritos constituem o roteiro preparado por Astrojildo para uma conferência que pronunciou na Associação Brasileira de Imprensa, ABI, no Rio de Janeiro, em julho de 1947, com o objetivo de angariar fundos para a imprensa comunista e promovida pelo Movimento de Auxílio à Tribuna Popular (diário do PCB). A publicação a partir da *Revista Estudos* encontra-se disponível em <https://www.marxists.org/portugues/astrojildo/1947/07/imprensa.htm>

Ao longo de sua trajetória política, Astrojildo contribuiu em diversas frentes de luta travadas pelas organizações e entidades de que fez parte até a fundação do Partido Comunista, em março de 1922. No período em que atuou como militante anarquista, participou da organização do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, que teve entre suas decisões a reorganização da Confederação Operária Brasileira (COB) e a reativação do periódico *A Voz do Trabalhador* (DEL ROIO, M., 2015).

O movimento anarco-sindicalista dedicou-se a denunciar o militarismo e a própria guerra imperialista de 1914, principalmente pelas páginas dos jornais *A Barricada* e *O Clarim*. Em 1915, Astrojildo Pereira participou ativamente na publicação de uma revista teórica, de nome *A Vida*. Nessa fase, a revista cultural e literária *ABC* também recebeu a contribuição de Astrojildo Pereira (DEL ROIO, M., 2015, p.2).

Ainda em 1915, Astrojildo Pereira e Antônio Filgueiras Vieytes organizaram, por meio de intensa articulação internacional, o I Congresso da Paz (LUCA; COTRIM, 2018), evento convocado pela Confederação Operária Brasileira (COB) e realizado em outubro do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro. Essa reunião que tinha por objetivo denunciar o caráter classista e as atrocidades da guerra imperialista contra o movimento operário internacional (LUCA; COTRIM, 2018). Tal articulação gerou inúmeros registros, como convocatórias, relatórios, além de diversos jornais, o que nos revela a intensa circulação de informação antes, durante e após a realização do evento.

A mudança ideológica de Astrojildo ocorrida entre 1917 e 1921 está ligada ao processo de crise estratégica do movimento operário e da concomitante fundação do Partido Comunista. Entretanto, a passagem de Astrojildo e seus camaradas para o comunismo não foi tranquila e isenta de contradições (BUONICORE, 2013). Conforme aponta Canale (2013), essa mudança ideológica de parte do movimento operário brasileiro (incluindo Astrojildo) se deu a partir da simbiose entre diversos fatores nacionais e internacionais. No seio do movimento operário, o impacto da Revolução Russa sobre a subjetividade dos anarquistas que, naquele momento, formavam o grupo hegemônico entre os sindicalistas mais combativos, “só pode ser plenamente entendido quando temos em conta a crise de perspectiva vivida por eles, resultado de inúmeras derrotas sofridas naqueles anos” (BUONICORE, 2013, p 19.) A fundação da IC - Internacional Comunista, em março de 1919, repercutiu de imediato no Brasil no

intento de se fundar o Partido Comunista (DEL ROIO, M., 2015). Nesse sentido, diante deste cenário, Canale (2013, p.19) aponta que

Muitos libertários começaram a questionar as concepções e os métodos predominantes em seu meio. A própria criação, em 1919, de um Partido Comunista do Brasil de conteúdo anarquista e defensor do bolchevismo mostra muito bem o grau dessa crise. Nesse terreno original – diferente do europeu – é que se plantariam as raízes de um comunismo brasileiro.

Neste período, Astrojildo continuou com sua intensa contribuição na imprensa operária, dirigiu os jornais *Spartacus* e a *Voz do Povo*, além das publicações nas páginas de *A Vanguarda*.

Logo depois da realização do III Congresso Mundial da IC, em julho de 1921, Astrojildo Pereira decidiu empenhar-se na segunda fundação do Partido Comunista. Organizou o Grupo Comunista do Rio de Janeiro em 7 de novembro de 1921 e passou a contatar e a estimular a formação de outros grupos congêneres em diversas outras localidades do País. Em janeiro de 1922, como iniciativa do próprio, aparece a revista Movimento Comunista, como órgão dos grupos comunistas do Brasil, que indicava a necessidade da construção do partido operário, mas também da unidade sindical (DEL ROIO, M., 2015, p.4).

É inegável que essa experiência adquirida no início de sua vida junto aos anarquistas, ao vivenciar as inúmeras dificuldades que envolviam a produção e a edição da imprensa operária, desde os problemas encontrados na circulação das informações no interior do movimento operário, até mesmo as inúmeras perseguições e destruições de material produzidos pelos militantes e suas organizações foi decisiva. Tudo isso influenciou a forma como Astrojildo, enquanto militante social, encarava a produção documental. Foi, em meio a tantas dificuldades, que ele adquiriu a experiência e a expertise na produção documental que o acompanhariam por toda a vida. Em seu arquivo pessoal – um verdadeiro laboratório intelectual – observamos a preocupação do *militante* Astrojildo Pereira em desenvolver estratégias próprias de registrar e guardar a documentação produzida por ele e por alguns de seus pares.

Todo esse imenso material - produzido, acumulado e preservado por Astrojildo, com a colaboração de outros militantes, ao longo de muitos anos, é um acervo bastante rico em seu conteúdo, fonte inestimável e inesgotável de pesquisas nas mais variadas áreas, principalmente para a história do movimento operário.

Por meio de diferentes articulações e contribuições realizadas na atividade política por inúmeros militantes, verificam-se os esforços empenhados na preservação dos registros e da memória de suas lutas. Observando esses registros na sua totalidade, identificamos a atuação de redes de preservação documental, das quais falaremos mais adiante, que visavam à circulação de informação por meio de um intenso trânsito de documentos, incluindo jornais e folhetos, produzidos e repassados pelos militantes em suas mais variadas atividades políticas.

O arquivo pessoal de Astrojildo foi objeto de intensa disputa e perseguição política nesse mais de um século de história, especialmente por se tratar de documentos que versam sobre a fundação e atuação do Partido Comunista Brasileiro. A maior delas, sem dúvida, foi durante a ditadura militar burguesa, inaugurada com o golpe de 1º de abril de 1964. Com a vitória dos usurpadores, os intelectuais de esquerda passaram a ser procurados como subversivos e criminosos vulgares (SODRÉ, 1981). Algumas peças desse quebra-cabeças que constituía o laboratório intelectual de Astrojildo se perderam irremediavelmente.

Astrojildo, assim como outros intelectuais, foi perseguido pela repressão durante a ditadura militar burguesa. Logo após o golpe foi preso, humilhado,<sup>51</sup> e teve sua casa, no subúrbio carioca de Rio Comprido (Rua do Bispo, 151, casa X) invadida e depredada por um estranho que se dizia militar (SODRÉ, 1981).<sup>52</sup> Aos 74 anos de idade, pesavam sobre ele as acusações de ter fundado o PCB há, então, mais de 40 anos e de contribuir com a imprensa comunista. De acordo com o relato de Nelson Werneck Sodré (1981), camarada e amigo de Astrojildo, o arquivo foi alvo de depredação e confisco na ocasião da invasão de sua casa pelo tal sujeito,

(...) invadiu-lhe a casa, depredando-a e carregando boa parte de seu precioso arquivo, destruindo outra parte e deixando a ameaça de que voltaria para fazer pior se ele não se apresentasse (SODRÉ, 1981, p. 82).

---

<sup>51</sup> Astrojildo se apresentou para prestar depoimento após um amigo garantir que não havia risco de prisão, pois seria apenas ouvido em um Inquérito Policial Militar (IPM) que investigava a imprensa comunista. Imediatamente foi recolhido ao quartel de polícia do Méier. Lá, passou por vários interrogatórios e soube das inúmeras violências sofridas por intelectuais ligados à *História Nova do Brasil*, assistentes de Nelson Werneck Sodré no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Um desses assistentes, preso e barbaramente torturado, foi Maurício de Mello, jovem intelectual da base estudantil do PCB, posteriormente, um dos fundadores do ASMOB junto com José Luiz Del Roio.

<sup>52</sup> Libertado graças a um habeas-corpus, com a idade avançada e a saúde debilitada, Astrojildo faleceu dez meses depois, em novembro de 1965, aos 75 anos.

As informações oferecidas por Sodré a respeito da invasão na casa de Astrojildo são reforçadas por Canale (2013), que também afirma que o precioso arquivo mantido por ele foi em parte depredado pela polícia, logo após o golpe de 1964:

[...] Astrojildo, até sua última prisão em 1964, dispunha de um excepcional arquivo, que foi em grande parte apreendido – do que restou, mais uma parte foi destruída por motivos de segurança, outra foi inutilizada devido à má escolha dos esconderijos, sendo que a biblioteca foi parar num sebo e só uma parcela do acervo pôde ser adquirida ou “contrabandeada” para o exterior (CANALE, 2013, p. 33).

A informação fornecida por Canale sobre a destruição por motivos de segurança de parte do arquivo pessoal de Astrojildo nunca foi confirmada.<sup>53</sup> Entretanto, a notícia de que uma parcela do acervo se perdeu devido às condições precárias de conservação, quando esteve na clandestinidade e no transporte até Milão, é verdadeira. De acordo com o relato de José Luiz Del Roio, tomamos conhecimento de que “em 1978, o arquivo chegou aos pedaços. Foi muito difícil a catalogação. Muitos jornais estavam irrecuperáveis. O mofo tinha comido tudo, sobretudo cartas e a parte fotográfica. Foi feito um trabalho de recuperação de fotos” (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p. 375).

Não há dúvidas de que o patrimônio documental e bibliográfico de Astrojildo foi desmembrado após o falecimento de seu proprietário, no final de 1965. Porém, é possível que tal atitude tenha servido como estratégia de segurança antes da prisão de Astrojildo, ainda em 1964. Ao redigir seu testamento, Astrojildo não elegeu o PCB como guardião de seu patrimônio<sup>54</sup> – provavelmente porque sabia dos riscos que o partido que ajudou a fundar e seus militantes corriam naquele momento, principalmente os membros do Comitê Central.

Não havia uma *política de gestão e preservação documental* colocada em prática pelo PCB dentro de sua estrutura partidária, mesmo que muitos militantes tivessem consciência da importância da preservação da memória, a ausência dessa

---

<sup>53</sup> Sabe-se da prática contumaz de destruição de arquivos das classes subalternas por questões de segurança, ação realizada pelos próprios militantes. É possível que vários documentos que estavam nas diversas gráficas do PCB tenham sido destruídos ou escondidos por motivo de segurança, mas não encontramos evidências que confirmem a informação sobre a destruição de parte do arquivo pessoal de Astrojildo, ou seja, aquele que, em tais circunstâncias, era mantido em seu poder.

<sup>54</sup> Os testamentários eleitos foram pessoas de absoluta confiança de Astrojildo: o livreiro Carlos Ribeiro e o amigo Valério Konder (SODRÉ, 1981, p. 83).

política contribuiu para a dispersão dos documentos produzidos pelas instâncias partidárias. Essa ausência pode ser explicada, em grande medida, pelo fato de o partido ter atuado a maior parte de sua história na ilegalidade<sup>55</sup> e seus militantes na clandestinidade, o que impossibilitava qualquer ação mais estruturada nesse sentido.

Alguns elementos oferecem indícios de que a parte mais significativa do acervo pessoal de Astrojildo tenha sido transferida para um local mais seguro, provavelmente para a casa de pessoas de sua absoluta confiança, antes de 1º de abril de 1964, e, portanto, a salvo de sua completa destruição. Permaneceram na casa de Astrojildo parte da biblioteca e parte menor do arquivo, material usado por ele em seu trabalho na revista *Estudos Sociais* (1958-1964) e em sua coluna *Notas sobre livros* no jornal *Novos Rumos* (1959-1964).

Sabe-se que, após o falecimento de Astrojildo em 1965 e até meados de 1968, o arquivo ficou sob responsabilidade de Sodré, quando a repressão aos comunistas se intensificou.<sup>56</sup> Em depoimento, uma sobrinha de Astrojildo relata ter retirado da residência do tio parte de seu arquivo, em uma ação conjunta com João Saldanha, militante comunista e amigo de Astrojildo.<sup>57</sup> Alguns livros da biblioteca e parte deste arquivo, sobretudo material referente à atuação do PCB nos anos anteriores ao golpe de 1964, que permaneceram na casa de Astrojildo, foram depredados e confiscados pela polícia, anexados ao Inquérito Policial Militar e usados como “prova” de sua subversão.<sup>58</sup>

Ainda de acordo com Sodré (1981), a imensa biblioteca de Astrojildo foi vendida por suas cunhadas, irmãs de sua companheira Inês Dias<sup>59</sup>, logo após sua morte, para cobrir os custos do tratamento médico ao qual ela foi submetida e também das

---

<sup>55</sup> De acordo com Canale (2013, p. 39), do ponto de vista jurídico, o período de ilegalidade do partido foi mais longo, já que “entre 25/03/1925 e 28/05/1985, o PCB teve pouco menos de três anos e meio de plena legalidade, a saber: três meses e meio em 1922 (de 07/04/1922 até 05/07/1922 excluído), 6 meses em 1924 (de 01/01/1924 até 05/07/1924 excluído), sete meses e meio em 1927 (de 01/01/1927 até 12/08/1927 excluído) e 25 meses após a Segunda Guerra Mundial (de 18/04/1945 até 07/05/1947 excluído)”. O total é de 41 meses. No entanto, é preciso distinguir entre ilegalidade com perseguições ocasionais (1922-35, 1947-56, 1979-84), ilegalidade com clandestinidade estrita (1935-45, 1964-79) e período de legalidade de fato (1956-64).

<sup>56</sup> A informação sobre o arquivo pessoal de Astrojildo ter ficado aos cuidados de Sodré pode ser verificada na entrevista de José Luiz Del Roio publicada por (ELETROPAULO, 1992) Outro artigo que confirma essa hipótese é o do pesquisador: (MALDONADO, no prelo).

<sup>57</sup> O depoimento de Norma Pereira Dias encontra-se no filme *A Casa de Astrojildo*.

<sup>58</sup> Em meados de 2017, o CEDEM enviou um e-mail, via Lei de Acesso à Informação (LAI), solicitando cópia do arquivo de Astrojildo Pereira confiscado pelos militares.

<sup>59</sup> Inês Dias era filha do militante operário Everardo Dias. Casou-se com Astrojildo em 1931 e permaneceram juntos até o falecimento de Astrojildo, em 1965. Inês faleceu poucos meses depois, em 1966. Inês e Astrojildo não tiveram filhos.

despesas de seu transporte para São Paulo. Posteriormente, os livros foram adquiridos por Edgar Carone e José Mindlin (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p. 374) e hoje fazem parte do acervo bibliográfico de ambos, doados à Universidade de São Paulo.

O primeiro elemento que indica que Astrojildo tinha a preocupação com a salvaguarda do acervo e, portanto, buscou formas de escondê-lo para não ser destruído completamente, diz respeito às características do próprio arquivo, como o uso de pseudônimos, o anonimato de muitos registros, o emprego de codificação em correspondências. São características que os períodos de clandestinidade e repressão legaram à parte da documentação preservada, hoje sob custódia do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM).

Com documentos que compreendem o vasto período entre 1890 e 1965, a documentação referente à atuação política de Astrojildo nas organizações anarquistas, documentos sobre a fundação e funcionamento do PCB nos primeiros anos e os escritos sobre Machado de Assis, manuscritos e impressos, estão preservados em 58 caixas arquivo. Além disso, compõem o acervo também duas pastas, 160 fotografias, 38 cartões postais, 25 cartazes, 647 títulos de periódicos e 294 opúsculos (CEDEM/UNESP, 2018). Em termos de volume do material, este equivale aproximadamente ao que Marly Vianna revela ter recebido quando aceitou a tarefa de zelar pelo acervo “[...] levei um susto quando o material chegou, porque eram 47 caixotes [...] mais ou menos 60 x 60 x 40cm” (VIANNA, 2015, p. 32).

Em termos de conteúdo, podemos dizer que este também equivale ao descrito por Marly, na ocasião em que trabalhou organizando o arquivo de Astrojildo.

[...] Astrojildo era escritor e crítico literário, e tinha muita coisa sobre isso, inclusive coleções de revistas soviéticas de literatura [...] o material do arquivo político importante eram coleções de jornais anarquistas do início do século XX, de materiais dos primeiros congressos operários - Astrojildo foi anarquista, anarco-sindicalista e participou ativamente dos congressos operários, do 1º, 2º e 3º congressos operários, de 1906, 1913 e 1920, sobre os quais tinha muito material manuscrito por ele. Também muito material avulso, folhetos, panfletos etc. Uma preciosidade (VIANNA, 2015, p. 32-33).

Esse vasto e rico material escapou da destruição durante a invasão à casa de Astrojildo naqueles primeiros dias após o golpe, e hoje encontra-se preservado e disponível para consulta pública no Centro de Documentação e Memória da UNESP

(CEDEM). Isso nos leva a crer que o arquivo não estava na residência de Astrojildo nem na ocasião da primeira invasão – e nem nas invasões posteriores. Pelo menos não o arquivo todo.

O segundo elemento é que Astrojildo, com a experiência adquirida ao longo dos seus mais de cinquenta anos de militância política, sabia que vitorioso o golpe, ele e seu arquivo seriam perseguidos. Assim, há fortes indícios que corroboram para que essa documentação estivesse propositalmente fragmentada, e assim tenha sido escondida, com partes dela transferidas para locais seguros antes da invasão da casa. Em um dos muitos “fragmentos” contidos no arquivo pessoal de Astrojildo,<sup>60</sup> encontramos uma evidência que revela uma possível estratégia de guarda do acervo arquivístico. No trecho, do qual não foi possível aferir a data, identificamos tratar-se de uma listagem contendo vários jornais e demais documentos, de diferentes períodos. Esse levantamento foi feito por Astrojildo, talvez visando algum controle do conteúdo do arquivo ou apenas um simples arrolamento do material preservado, identificando o local de guarda. Neste fragmento foi possível identificar que alguns documentos considerados “valiosos” por Astrojildo, não pelo valor monetário, mas pela importância de seu conteúdo, eram guardados em *malas coloridas* e os recortes de jornais e outros documentos eram armazenados em caixas.

Portanto, é possível conjecturar que Astrojildo guardava a documentação que considerava mais importante em malas – as malas coloridas - visando facilitar o transporte do material em situações de emergência e, assim, reforçar a hipótese de que parte considerável do acervo arquivístico já não estava na casa de Astrojildo, quando de sua prisão. Nesse sentido, Sodré (1981) nos oferece algumas informações importantes, entre elas a de que a biblioteca de Astrojildo foi vendida e que grande parte do arquivo que não tinha sido depredado na invasão da casa era composto por recortes de jornais. Importante destacarmos que, se comparados ao volume total, os recortes de jornais contidos no acervo de Astrojildo custodiados pelo CEDEM possuem pouca representatividade numérica.

[...] o beleguim depredara boa parte do material recolhido a grandes caixas de papelão e constituído em grande parte de recortes de jornais e de documentos do partido (SODRÉ, 1981, p. 83).

---

<sup>60</sup> Notas e anotações de leitura. ARCH A2,24. Fundo Astrojildo Pereira/ASMOB/IAP/CEDEM.

Posteriormente, alguns militantes conseguiram transportar parte importante do arquivo para uma das gráficas do Partido, no Rio de Janeiro, conforme indica Sodré (1981) em seu relato:

[...] alguns companheiros conseguiram retirar da casa a parte do arquivo que as irmãs de Inês Dias ali haviam deixado, depois de terem vendido a biblioteca (SODRÉ, 1981, p. 83).

A informação de que o arquivo de Astrojildo estava sob os cuidados da Seção de Agitação e Propaganda, responsável pelo semanário *Novos Rumos*, antes de ir para as mãos e cuidados de Marly Vianna, é da própria, obtida em entrevista concedida à autora do presente trabalho, no início de 2020. Nela, Marly nos oferece informações importantes também sobre a situação do arquivo antes dela receber a tarefa de zeladoria, no final de 1971. Esta incumbência lhe foi passada pelas mãos de Orlando Bonfim Jr., então editor-chefe do jornal *Novos Rumos*. Além de Bonfim, a Seção de Agitação e Propaganda era composta por Mário Alves na direção, Fragmon Carlos Borges como secretário, além de Almir Matos, Rui Facó, Josué Almeida, Paulo Mota Lima e Maria da Graça Dutra como redatores. Indagada sobre o arquivo de Astrojildo na ocasião da prisão dele, Marly Vianna é categórica em afirmar que “com certeza, quando o Astrojildo foi preso, o arquivo não estava na casa dele” (VIANNA, 2020).

Outra pista sobre as condições em que se encontrava o arquivo nos é oferecida pelo próprio Astrojildo, no prefácio do livro *Formação do PCB*, de sua autoria, publicado em 1962, na ocasião das comemorações dos 40 anos de fundação do Partido.

[...] A documentação existente se encontra dispersa, exigindo prévio arrolamento e classificação [...]. Nem nos esqueçamos que o PCB, em 40 anos de vida, passou pelo menos 35 na ilegalidade, e que uma das regras mais elementares da vida ilegal consiste precisamente em reduzir ao mínimo certos documentos (PEREIRA, A., 2012, p. 29).

Assim, tendo em vista a enorme preocupação de Astrojildo com relação à segurança de seu arquivo pessoal, do partido que ajudou a fundar e de seus militantes, é provável que a parte mais significativa do acervo tenha sido removida da casa antes da invasão da polícia e escondida, a pedido do próprio Astrojildo, por

amigos de sua inteira confiança e que não eram diretamente alvo dos órgãos de repressão, pelo menos naquele momento.

Devido à intensa perseguição sofrida pelos comunistas e pela ausência de políticas públicas de preservação do patrimônio, principalmente o documental – cuja discussão será desenvolvida mais adiante - o patrimônio arquivístico e bibliográfico de Astrojildo Pereira sofreu considerável fragmentação<sup>61</sup> após seu falecimento. A biblioteca foi desmembrada em pelo menos três partes – há informações de que parte dela foi deixada por alguns militantes na porta da Biblioteca Geral da Unicamp e os livros foram catalogados sem observar sua procedência, ficando perdidos em meio a outras obras (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p. 374), as duas partes restantes foram para as mãos de livreiros e, posteriormente, adquiridas por Edgard Carone e por José Mindlin.<sup>62</sup>

Já o arquivo documental foi desmembrado em pelo menos quatro partes – duas delas estão preservadas e as outras duas – das quais não há como dimensionar o volume - se perderam para sempre. A primeira delas e mais significativa em termos de quantidade e conteúdo, foi preservada pelo ASMOB e hoje é custodiada pelo Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), cujo conteúdo foi descrito anteriormente. A outra – uma fração menor, mas nem por isso menos importante, preservada do acervo original, se encontra no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp.

A segunda parte do arquivo pessoal de Astrojildo está no AEL, cuja dimensão e suporte equivalem a sete metros lineares de documentação textual, 25.060 recortes de jornais; 13 livros, 156 títulos de periódicos, 13 cartazes, 38 folhetos e seis documentos iconográficos, foi doada por militantes em 1977 (AEL, 2020). Havia a hipótese de que se tratava da documentação referente à produção literária de Astrojildo que, de acordo com o relato de Vianna (VIANNA, 2015, p. 25-76), havia permanecido em São Paulo com Bernardo Kucinski.

Entretanto, de acordo com informações sobre o conteúdo desse acervo, disponíveis no Guia de Fundos do AEL, não há indícios da presença numerosa de material relativo à obra cultural e literária de Astrojildo Pereira. Dentre

---

<sup>61</sup> Outro exemplo significativo da fragmentação que um arquivo pode sofrer após o falecimento de seu proprietário foi o caso do acervo arquivístico e bibliográfico do engenheiro comunista Catullo Branco. Ver em: (MORAES; PIMENTEL, 2007).

<sup>62</sup> Para informações pormenorizadas acerca da biblioteca de Astrojildo Pereira, ver: (MALDONADO, no prelo).

correspondências e produção de terceiros, jornais, revistas e boletins (brasileiros e estrangeiros), cartazes, livros, mapas, iconografia e folhetos, destaca-se “um grande volume de recortes de jornais e revistas abordando questões políticas e literárias que foram reunidos de periódicos nacionais e internacionais e, principalmente, da imprensa alternativa do Rio de Janeiro, à época, a mais atuante no país” (AEL, 2020, p.15).

No Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), identificamos o que seria uma possível terceira fração do arquivo pessoal de Astrojildo.<sup>63</sup> Entretanto, trata-se de *transcrições* de 193 correspondências que abrangem o recorte de 1904 a 1919, ou seja, período anterior à fundação do PCB. De acordo com informações disponíveis no *Guia de Fundos do AMORJ*, as transcrições fazem parte do acervo original de Astrojildo e foram doadas por membros do *Instituto Astrojildo Pereira* (IAP) ligados a Roberto Freire e que fundaram o Partido Popular Socialista (PPS) em 1992. Entretanto, embora estejam contempladas no instrumento de pesquisa da instituição como parte integrante do acervo pessoal de Astrojildo Pereira, não há evidências que comprovem a autenticidade dessas transcrições, pois os manuscritos originais não foram localizados até o momento, nem mesmo nos microfilmes adquiridos pela instituição.

As outras duas partes do arquivo pessoal de Astrojildo Pereira perderam-se para sempre. Entretanto, acreditamos que pelo menos uma dessas partes era composta por material mais recente (do início da década de 1960) e não por documentação mais antiga. Um dos indícios que nos levam a essa hipótese foi exposto anteriormente, na estratégia de Astrojildo de esconder parcelas de seu arquivo em malas. Portanto, a parte que foi apreendida pela polícia na ocasião da invasão da casa da Rua Bispo era principalmente a que se referia à propaganda realizada pelo partido em anos anteriores, ou seja, datada do início dos anos de 1960. Já a perda irremediável da outra fração ocorreu na ocasião da operação policial contra as gráficas clandestinas do PCB (VIANNA, 2015, p. 31), e a invasão de uma delas, levada a cabo no início de 1975, no Rio de Janeiro.

---

<sup>63</sup> Para identificarmos os desmembramentos do arquivo pessoal de Astrojildo Pereira, consideramos aqui apenas as correspondências identificadas como sendo originalmente pertencentes ao fundo Astrojildo Pereira. Não consideramos a documentação produzida pelo PCB posteriormente, e que foi doada pelo PPS ao AMORJ. No caso específico do AMORJ, não consideramos as transcrições das 193 correspondências devido à ausência dos originais que comprovem a autenticidade dessas possíveis cópias.

Ao analisarmos as notícias veiculadas pela imprensa sobre o ocorrido,<sup>64</sup> não encontramos indícios de que uma quantidade considerável do arquivo pessoal de Astrojildo Pereira tenha sido apreendida juntamente com o material de propaganda editado e impresso nas gráficas, esse sim descrito nas reportagens. Porém, não descartamos a hipótese de que parte, ainda que pequena, do arquivo pessoal de Astrojildo tenha se perdido nessa ocasião, mesmo que não tenha sido possível dimensionar seu volume.

Com exceção de “uma fotografia a óleo”<sup>65</sup> de Astrojildo exposta na parede de uma das gráficas e apreendida pela polícia, a descrição oferecida pelas reportagens indica a presença predominante de material de agitação e propaganda, entre eles, *A Voz Operária*. A presença do retrato a óleo na parede da gráfica na ocasião da invasão pode indicar que a documentação referente ao arquivo pessoal de Astrojildo Pereira tenha sido escondida no local<sup>66</sup> e, neste caso, estaria em consonância com o relato de Marly Vianna quanto ao esconderijo do arquivo ser o mesmo local de impressão da *A Voz Operária*. Entretanto, na falta de outras evidências, não é possível afirmar que parte significativa da documentação original pertencente ao arquivo pessoal de Astrojildo tenha sido apreendida nessa ocasião.

Astrojildo Pereira, um militante comunista forjado na luta política por mais de meio século, jamais deixou de reunir, preservar e organizar a memória das lutas do povo e do movimento operário brasileiro. Observa-se, pelo seu vasto arquivo, que tinha compreensão da importância de salvaguardar esses documentos da destruição e descaso por parte do estado brasileiro e de seus órgãos de repressão. Deste modo, as primeiras ações visando à preservação deste acervo foram realizadas por ele, ainda que sob intenso risco. Mesmo quando esteve afastado do Partido, entre os anos de 1931 e meados de 1945, dividindo-se entre a venda de bananas na pequena fábrica da família e a escrita sobre Machado de Assis, Astrojildo tinha clareza de que a luta pela preservação da memória das classes subalternas é tarefa de todo militante internacionalista.

---

<sup>64</sup> *Estourada a máquina do PC no Brasil. A Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1975, Edição 06429, p. 2; *Polícia mostra o QG da subversão. Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1975, Edição 07874 p. 1, 3-5; *Na granja inocente, o PCB. Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1975, p. 9.

<sup>65</sup> *Polícia mostra o QG da subversão. Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1975, Edição 07874 p. 1, 3-5.

<sup>66</sup> De acordo com Maldonado (no prelo), deve-se ao biógrafo de Astrojildo, Martin Cezar Feijó, a informação sobre a existência de um quadro de Astrojildo pintado por Cândido Portinari.

#### **2.4. A rede comunista de preservação documental forjada na resistência clandestina contra a ditadura brasileira**

*[...] participei de variadas tarefas e fiz minha parte, dentro do que era necessário. Não sei se isso é uma virtude ou não. Mas, na verdade, foi nesse processo que me tornei marxista. [...] em pouco tempo me reconheci como marxista teórica e praticante.*  
(Zuleide Faria Melo)

No início dos anos de 1970, após a intensa perseguição e liquidação das organizações que optaram pela luta armada como tática de resistência à ditadura militar burguesa, a repressão do regime volta o seu poder de fogo novamente para os comunistas organizados em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB).<sup>67</sup> À esta altura, toda a estrutura partidária, incluindo o Comitê Central, encontrava-se na clandestinidade, esfacelada pelas constantes perseguições, prisões, torturas e assassinatos de seus quadros.

Além da questão primordial de sobrevivência pessoal de cada militante e de segurança de suas famílias, havia a preocupação com o trabalho político e com as táticas e estratégias de luta para o enfrentamento à ditadura brasileira. Nesse sentido, assumir a responsabilidade de manter em segurança o patrimônio documental de Astrojildo significava correr um risco a mais, para além de todos os perigos que o partido e seus militantes enfrentavam naquele momento. O volume e a importância do material preservado por Astrojildo tornavam a tarefa ainda mais arriscada do ponto de vista da segurança, tanto do arquivo quanto dos militantes envolvidos na sua salvaguarda, como da logística de tal empreitada.

Astrojildo tinha consciência da importância da preservação da memória das classes subalternas, em especial, do movimento operário brasileiro e, por inúmeros motivos já explicitados anteriormente, não deixou a guarda de seu patrimônio sob jurisdição do partido que ajudou a fundar. Ainda assim, após a morte de seu proprietário, com todas as dificuldades impostas por aquele momento histórico, o arquivo foi preservado na clandestinidade graças aos esforços de alguns militantes que sabiam de sua existência e assumiram a tarefa de salvaguardá-lo. Em entrevista

---

<sup>67</sup> Sobre a repressão contra o PCB, ver (GODOY, 214, p. 423-449).

concedida à Maria Ciavatta, Marly Vianna fala sobre a tarefa de preservação do arquivo de Astrojildo na clandestinidade e o desmembramento do acervo na ocasião de sua transferência de local:

[...] O Bonfim me pediu para arranjar um local para o arquivo e o José Salles encontrou o local, onde o arquivo ficou durante uns dois anos, durante os quais tentei organizá-lo. De vez em quando o Bonfim chegava lá com mais material e por isso eu penso que o arquivo estava no local da *Voz Operária*. Acho que eles ainda ficaram usando material do arquivo mesmo quando quase todo o material já estava comigo (VIANNA, 2015, p. 31).

Tal relato também indica o paradeiro do arquivo pessoal de Astrojildo no início dos anos de 1970 e vai ao encontro das informações oferecidas por Dario Canale, quando este revela a existência de uma Comissão de História orientada pelo Comitê Central, em que a imprensa clandestina do Partido publicou, entre outros materiais, os textos preliminares escritos por essa Comissão.

Porém, o trabalho foi interrompido em 1975, quando “os órgãos repressivos do regime militar concentraram o seu poderio contra o PCB” (CANALE, 2013, p. 31). De acordo com Canale (2013), o objetivo da comissão era a elaboração de um esboço da história partidária. Os poucos artigos publicados no jornal *A Voz Operária* e na revista *Estudos*, ambas publicações clandestinas, compreendem o período de 1970 a 1972 – justamente o momento em que o arquivo pessoal de Astrojildo esteve sob a responsabilidade da Seção de Agitação e Propaganda, na gráfica onde era impresso o periódico *A Voz Operária*. Isso explica a ação de Bonfim ao transportar partes do acervo aos poucos para o novo local de guarda. Os documentos pertencentes ao arquivo pessoal de Astrojildo Pereira serviram, inclusive, de subsídios para a elaboração dos artigos da Comissão de História.

Uma vez nas gráficas do PCB no Rio de Janeiro que, naquele momento, funcionava na clandestinidade, os arquivos de Astrojildo ficaram sob a responsabilidade da Seção de Agitação e Propaganda, mais especificamente na figura de Orlando Bonfim Jr. que, além de editor-chefe do jornal *Voz Operária*,<sup>68</sup> era também membro da Comissão Executiva do Comitê Central.

---

<sup>68</sup> Mesmo o partido tendo permanecido na clandestinidade durante toda a ditadura militar burguesa (1964-1985), nunca deixou de publicar seu jornal. A última edição de *Novos Rumos*, ainda com o partido na legalidade, foi publicada no dia 31 de março de 1964. Na clandestinidade, o PCB publicou a *Voz Operária*, editada em São Paulo por Marco Antonio Coelho. Após a reorganização do partido, o jornal

No final de 1971, Bonfim procurou Marly Vianna perguntando se ela poderia aceitar a tarefa de guardar o arquivo de Astrojildo Pereira (VIANNA, 2015). Com a repressão às gráficas do partido, era preciso retirar o material antes que o aparelho onde funcionava a gráfica fosse invadido e tudo fosse destruído<sup>69</sup>. Assim, Marly Vianna aceitou a tarefa de *preservar* o arquivo de Astrojildo Pereira na clandestinidade e, dando continuidade às ações de salvaguarda realizadas por ele, começou a organizar pela primeira vez aqueles documentos. Além de organizar, incorporou material ao acervo original, conforme descreve abaixo:

[...] Fiquei trabalhando para organizar o arquivo, mas não era um trabalho muito constante [...] Mas cheguei a catalogar todos os jornais e inclusive incorporei parte do meu arquivo pessoal ao arquivo: eu tinha toda a coleção da “Tribuna de Debates” da Voz Operária, os debates para o VI Congresso, que ficou incorporada ao arquivo. Cheguei a fazer a separação do material político - que era, vamos dizer assim, 1/3 do arquivo - do material literário, que era a maior parte (VIANNA, 2015, p. 32).

Comprova-se, assim, como no Brasil a preservação de arquivos das classes subalternas, de trabalhadores de modo geral e, em especial do movimento operário, foi fruto do trabalho de inúmeros militantes, homens e mulheres anônimos, que por diversos motivos somaram esforços na tarefa de preservar as memórias de suas lutas e as de sua classe. De acordo com Hollós (2010), a preservação documental deve ser compreendida, em síntese, como

[...] uma atividade multidisciplinar, responsável pela gestão e administração de recursos financeiros, humanos e materiais dedicados a garantir a integridade física dos objetos, aumentando sua durabilidade e acesso às gerações presentes e futuras. Ela também é definida em função de suas ações diretas e indiretas sobre o acervo e o ambiente que o contém, cujo objetivo visa garantir o mínimo de alterações físicas e químicas ao longo da sua existência (HOLLÓS, 2010, p. 27).

---

passou a ser editado no Rio de Janeiro, por Orlando Bonfim Jr. Com a queda das gráficas do partido em 1975, Bonfim é preso e morto sob tortura. A publicação foi interrompida por um ano, sendo retomada na Europa, onde circulou regularmente até agosto de 1979.

<sup>69</sup> A epopeia em torno da guarda do arquivo de Astrojildo pelos militantes do PCB na clandestinidade foi contada em detalhes por seus principais personagens - Marly Vianna, Zuleide Faria de Melo e Dora Henrique da Costa em depoimentos que deram origem ao livro *Luta e Memória - a preservação da memória histórica do Brasil e o resgate de pessoas e de documentos das garras da ditadura*, organizado por Maria Ciavatta (2015). A obra conta também com depoimentos de José Salles e José Luiz Del Roio.

Deste modo, a definição de preservação documental proposta pela autora engloba um conjunto de fatores. No entanto, embora ela aponte para uma atividade multidisciplinar, comumente atrelada a uma instituição de guarda, entendemos que qualquer ação humana, direta ou indireta, promovida por indivíduos que não são profissionais da área de preservação - portanto não estão nessas instituições - visando garantir a integridade de acervos para a posteridade, são ações que também compõem a preservação documental e que devem ser compreendidas na sua complexidade.

Nos arquivos que compõem o ASMOB - *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro*, observamos diversas iniciativas de cunho preservacionista em diferentes níveis, realizadas pelos próprios militantes que compunham as redes de preservação documental. No caso do arquivo pessoal de Astrojildo Pereira, a militância comunista empreendeu ações de preservação fundamentais que garantiram a salvaguarda do material.

Devemos lembrar que Marly Vianna relatou sua experiência na organização do arquivo de Astrojildo, quando este material estava escondido sob sua responsabilidade na clandestinidade. Foi ela quem propôs a primeira organização deste acervo, trabalho que se perdeu devido a mudanças que o material sofreu até que chegasse à Fundação Giangiacomo Feltrinelli, onde recebeu a organização que se mantém até hoje. Em seu relato há uma informação bastante importante sobre outra ação que contribuiu para a preservação dos registros produzidos pela militância comunista naquele momento. Marly nos informa que uniu seu arquivo pessoal, composto por material sobre o PCB, ao acervo de Astrojildo. Ações como essa, comuns aos arquivos do movimento operário, nos revelam a preocupação, por parte dos militantes, neste caso os comunistas, mesmo em situação-limítrofe como a clandestinidade, em salvar os registros de suas lutas do risco real de destruição.

No final de 1974, a historiadora e militante precisou seguir para o exílio em Moscou devido à intensa perseguição política que sofria. A tarefa de zelar pelo arquivo de Astrojildo Pereira deveria ser transferida a outro militante. Ao mesmo tempo, a caça ao arquivo de Astrojildo por parte da repressão se intensificou e o risco de “queda” se tornou maior, principalmente após a declaração do Ministro da Justiça, Armando Ribeiro Severo Falcão, de que os arquivos comunistas deveriam ser capturados e destruídos (DEL ROIO, J. L., 2003), nem que para isso fosse necessário revistar “casa a casa” (MELO, 2015, p. 93).

Assim, o arquivo que tinha saído da gráfica do partido no Rio de Janeiro no final de 1971 e ido para uma casa alugada em São Paulo, onde ficou até meados de 1974, quando foi transportado para a casa de Marly Vianna (devido à “queda” da casa alugada), em setembro de 1974, retornou para o Rio de Janeiro, agora sob a responsabilidade de Zuleide Faria de Mello. O arquivo ficou por um tempo em uma casa de um parente distante de Zuleide, no bairro do Méier. Em seu depoimento, Zuleide revela que também não mediu esforços para a preservação do arquivo e que “[...] uma vez por mês ia lá para ver se estava tudo bem. Abria as janelas para arejar o ambiente e para evitar mofo, umidade, traças” (MELO, 2015, p. 92).

No Rio de Janeiro, o arquivo de Astrojildo ainda mudou mais uma vez de esconderijo, ficando na garagem de uma casa no subúrbio carioca, onde permaneceu até 1976, quando foi transportado para Milão, na Itália. Para que o arquivo não sofresse mais danos no traslado para a Europa, comprometendo assim ainda mais o estado de conservação dos documentos, Zuleide e Dora Henrique da Costa, as únicas militantes que sabiam do paradeiro do arquivo, agiram para que ele não fosse destruído, desta vez por agentes naturais, durante a longa viagem até a Itália. De acordo com Dora o material “já estava com umidade, algumas coisas já estavam bem úmidas, então a gente [...] arejou, limpou, secou com secador de cabelo e guardou com “naftalina” nos malões” (COSTA, 2015, p. 50).

A partir dos relatos dessas mulheres – Marly, Dora e Zuleide, temos a dimensão da complexidade e das imensas dificuldades enfrentadas para que, graças ao empenho coletivo de um pequeno grupo de militantes comunistas, o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira fosse preservado. Dadas a extrema precariedade de sua situação e aos grandes riscos que corriam, conforme veremos no caso abaixo, pode-se, sim, afirmar que estamos diante de verdadeiros atos heroicos, reveladores do comprometimento ideológico e da consciência política acerca da importância da salvaguarda dos registros e da memória da classe operária brasileira.

## **2.5. Roberto Morena, o artesão da memória operária**

Embora mobilizado por um grupo reduzido de indivíduos, a articulação política e a estrutura de segurança montada para a retirada do arquivo pessoal de Astrojildo Pereira permitiram que um volume bastante considerável de material fosse transportado de forma segura para fora do Brasil. No bojo desse movimento, foi

expatriado também o acervo pessoal do militante comunista e líder sindical, Roberto Morena.

Filho de pai sapateiro e mãe costureira, ambos imigrantes italianos, Roberto Morena nasceu em 07 de junho de 1902, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Marceneiro formado no Liceu de Artes e Ofícios, se interessou cedo por política, e aos 15 anos iniciou sua militância no movimento operário como anarquista, destacando-se na organização dos trabalhadores marceneiros e entalhadores. Em 1923, por influência de Astrojildo Pereira, ingressou no então clandestino Partido Comunista do Brasil (PCB), organização à qual dedicou toda a sua vida.

Roberto Morena teve intensa atuação política nas quase seis décadas em que esteve à frente das lutas junto ao movimento operário. Consideramos relevante a exposição, ainda que breve, de sua trajetória enquanto militante internacionalista para a compreensão da importância de seu *arquivo pessoal de caráter militante*, pois os registros nele reunidos refletem as diferentes atividades políticas em diversas esferas em que atuou— seja no movimento operário e sindical, no PCB ou no parlamento brasileiro.

De acordo com o autor de uma das biografias de Morena, embora tenha sido essencialmente um militante do PCB por mais de 50 anos, há uma certa ambiguidade na biografia política e partidária desse líder sindical e quadro tão destacado do partido (PENNA, 2006, p.12). Conforme aponta Penna (2006, p.12),

se por um lado, Morena foi um militante-símbolo, no que se refere à dedicação e a capacidade de influenciar decisões em assembleias operárias, foi também um formulador de cuja competência as direções do partido não souberam aproveitar, já que foi marginalizado nas escolhas para os cargos dirigentes.

Único deputado federal comunista na legislatura de 1951-1955, ocasião em que vigorava a orientação política derivada do “Manifesto de Agosto”<sup>70</sup> de 1950, Morena

---

<sup>70</sup> De acordo com Anita Prestes, “O “Manifesto de Agosto de 1950” seria a expressão de um compromisso dos comunistas brasileiros com a revolução, prova de uma declarada determinação de recorrer às armas para derrubar os governos de “traição nacional”, conforme eram definidos os governos de E. Dutra e de G. Vargas. Seria um documento marcado pelo esquerdismo, mas revelador do perfil revolucionário do PCB, do seu distanciamento de qualquer tendência oportunista de direita, ou seja, reformista burguesa. (PRESTES,[s/d]), Disponível em [http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com\\_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140](http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=284:memoria-do-pcb-duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958&catid=18:artigos&Itemid=140).

“foi o grande articulador político do Congresso, debatendo e costurando aprovações a projetos de interesse popular” (PENNA, 2006, p.12). Corroborando com a assertiva sobre a relevância de Morena como um dos maiores líderes operários sindicais com atuação em prol do interesse do povo trabalhador, (ALMEIDA, 1996) iguala sua figura a de outros personagens essenciais em suas áreas de atuação, como observamos no trecho a seguir:

Assim como Cândido Portinari foi um fenômeno nas artes plásticas brasileiras, Graciliano Ramos na literatura, Villa-Lobos na música. Oscar Niemeyer na arquitetura [...] há um consenso de que Roberto Morena foi indubitavelmente o mais destacado líder operário e sindical de seu tempo e o mais completo representante dos trabalhadores no Parlamento brasileiro (ALMEIDA, 1996, p.15).

Talvez seja simplista afirmar que Morena tenha sido “o mais completo representante dos trabalhadores no Parlamento brasileiro”, resumindo sua atuação política à institucionalidade. Por outro lado, também é preciso destacar que o movimento comunista brasileiro gestou outros representantes classistas tão relevantes e comprometidos quanto ele com os interesses do povo. Porém, é bastante razoável – e necessário - reivindicar a grandeza de sua atuação em diferentes frentes de luta, sobretudo no movimento operário. Como afirma Del Roio (J.L,1987b, p.13), Morena “foi talvez o mais completo quadro revolucionário que saiu das fileiras da classe operária brasileira”.

Nesse sentido, a figura de Morena é ainda pouco celebrada na história do movimento operário brasileiro como um todo, principalmente se levarmos em conta sua importância no cenário das lutas dos trabalhadores no país. Sua influência política enquanto revolucionário internacionalista, atuando como líder operário e sindical e representante dos interesses dos trabalhadores no parlamento brasileiro foi fundamental para o desenvolvimento do movimento sindical do século XX.

Após o processo que culminou com a formação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 1929, Morena, que já era secretário da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro desde 1927, foi eleito para o mesmo posto na recém-fundada organização. Como secretário da CGT, foi designado delegado da conferência que, sob a iniciativa da Internacional Sindical Vermelha, reuniu-se em Montevideú, em maio de 1929, para constituir a Confederação Sindical Latino-Americana (CSLA) (RODRIGUES, P., 1987). Em 1932, em decorrência de sua

participação na organização da greve geral de São Paulo, Morena foi preso, juntamente com a maior parte da direção regional do PCB, na Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Libertado em 1934, exilou-se no Uruguai, onde foi detido duas vezes.

Por ocasião das rebeliões ocorridas em novembro de 1935,<sup>71</sup> retornou ao Brasil, entrando clandestinamente no Rio Grande do Sul, onde atuou como dirigente do PCB, a fim de reorganizar o partido. Em 1936, de volta ao Rio de Janeiro, foi mais uma vez preso e permaneceu na Casa de Detenção até 1937. Em outubro do mesmo ano, atendendo ao apelo da Internacional Comunista para prestar solidariedade à Espanha, Morena viajou clandestinamente à Europa,<sup>72</sup> “após ele mesmo ter mobilizado e enviado um certo número de companheiros militares à Espanha” (RODRIGUES, P., 1987, p.21). Ademais, como aponta o autor, Morena era

um dos poucos voluntários brasileiros a não dispor de formação militar e por isso foi designado, inicialmente, comissário político de uma das unidades do Batalhão Garibaldi, das Brigadas Internacionais, e mais tarde integrou estruturas administrativas controladas pelo PCB na região de Alicante (RODRIGUES, P., 1987, p.21).

Com o final da Guerra Civil Espanhola em março de 1939 e a vitória dos franquistas, Morena refugiou-se na Argélia e no mesmo ano radicou-se na União Soviética, onde trabalhou como voluntário em uma fábrica de tratores. Retornou ao Brasil clandestinamente no final de 1941, período em que desenvolveu esforços de reorganização do PCB, duramente atingido pela repressão do Estado Novo (1937-1945), e de “união nacional”, até ser preso novamente, no início de 1942. Permaneceu detido até o início de 1943 e desta ocasião até a anistia política e legalização do PCB, em abril de 1945, Morena “alternou seu trabalho profissional de marceneiro e sua atividade clandestina de militante político com diversas e curtas passagens pela prisão” (RODRIGUES, P., 1987, p. 23). Nesse contexto, participou ativamente da

---

<sup>71</sup> Sobre as rebeliões ocorridas em 1935 e a memória do movimento comunista do período, ver: (VIANNA, 1995) e (VIANNA, 2011). As entrevistas coletadas pela autora para a realização da pesquisa sobre o tema foram doadas para o ASMOB e até o momento não estão disponíveis para consulta pública.

<sup>72</sup> Sobre a participação dos comunistas brasileiros na Guerra Civil Espanhola, em 1975 Roberto Morena publicou na revista *Études brésiliennes*, editada pelo PCB no exterior, três modestas páginas sobre o tema. O artigo de Morena, *La solidarité brésilienne avec les luttes des Républicains Espagnols: souvenirs d'un combattant*, constitui provavelmente o primeiro e único levantamento sistemático feito por um protagonista direto sobre a participação dos brasileiros nas Brigadas Internacionais (MORENA, 1975).

reconstrução de diversos sindicatos da região do Rio de Janeiro, ajudando na formação do Movimento Unitário dos Trabalhadores. Neste período, casou-se com Maria Eugênia Frascari. Dessa união nasceu o único filho do casal, Carlos Frederico.

Morena foi eleito em 1945 para a direção do PCB no Rio de Janeiro, tornou-se secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), fundada na ocasião. Com a repressão advinda da política anticomunista do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e o fechamento da CTB, Morena exilou-se em 1947 no México. Em 1950, seguindo a orientação do PCB, que estava na ilegalidade naquele momento, retornou ao Brasil e se elegeu deputado federal pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT) representando o Distrito Federal na legislatura de 1951-1955.

No início da década de 1960, Morena atuou na vanguarda do movimento sindical brasileiro como membro do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e dirigente do Pacto de Unidade e Ação (PUA). Com o golpe militar de 1964, teve seus direitos políticos suspensos, e “depois de tentar, de toda forma infrutífera, a articulação de uma greve geral” (RODRIGUES, P., 1987, p. 30), voltou para a clandestinidade. Ainda em meados de 1964, seguiu ilegalmente para o Chile, para tornar-se secretário do Congresso Permanente da Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina (CPUSTAL). Retornou ao Brasil secretamente em 1967 para participar como delegado do VI Congresso do PCB. Na ocasião, como aponta Rodrigues (P., 1987, p.30),

O VI Congresso repara uma injustiça pessoal que se perpetuava há pelos menos vinte anos, qual seja, a eleição de Morena ao Comitê Central do partido, decisão neutralizada algum tempo depois, quando ele se recusa a endossar (internamente) a posição do PCB de apoio à invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

No início de 1968, Morena foi expulso do Chile, onde estava exilado desde meados de 1964. Seguiu para Tchecoslováquia, fixando-se em Praga e, a partir daí, passou a representar o Brasil na sede da Federação Sindical Mundial (FSM). Faleceu em Praga no dia 5 de setembro de 1978 em decorrência de um câncer e seu corpo foi cremado. As cinzas só foram sepultadas no Rio de Janeiro, como era seu desejo, em 1980, depois da Lei de Anistia, promulgada em 1979.

No exercício de sua extensa e intensa militância como liderança operária no Brasil e no exterior por quase seis décadas, Roberto Morena produziu, reuniu e

coletou um volume bastante considerável de documentação sobre o movimento operário, sobretudo o sindical. Esses documentos – dividido em dois arquivos - foram preservados ao longo dos anos, no Brasil e, posteriormente, em Praga, onde esteve exilado por 10 anos.

Nesse período, em meados da década de 1970, Morena visitava a Itália com certa frequência para assistir aos concertos de ópera e visitar companheiros que lá viviam – era muito amigo de José Luiz Del Roio e Maurício Martins de Mello, que o hospedava em sua casa em Milão. Nessas visitas, em mais de uma ocasião, Morena conversou com Del Roio e Maurício sobre os arquivos que guardava no Brasil com sua família e os que estavam em Praga, na modesta residência em que vivia. Em tais oportunidades externava a preocupação que tinha a respeito da preservação desses registros. Além do desejo de reunir os acervos, havia a necessidade de preservá-los em um local seguro, como destaca Del Roio:

Ele [Morena] me disse que tinha muito material, parte estava no Brasil e parte estava em Praga. E ele gostaria que esse material ficasse junto, com a possibilidade de ser consultado. Bem, a situação política dele em Praga não era boa, ele tinha apoiado a Primavera de Praga em 1968. Aí, ele propôs que eu arrumasse um lugar para trazer seu material. [...] até dona Eugênia, mulher de Morena, insistiu muito que ele teria dito que o material deveria ser passado ao Maurício Martins de Melo e a mim. Então tivemos que achar um local para colocar esse arquivo (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p. 373).

As características desse arquivo pessoal são próprias de registros produzidos no cumprimento das mais variadas tarefas de militância e de suas circunstâncias históricas, em diversas esferas e entidades que Morena atuou e circulou, além da coleta de documentos que considerava importante. Assim, trata-se de um arquivo pessoal com características únicas, próprias da militância política e social, e, portanto, um *arquivo pessoal militante*.

O arquivo pessoal de Roberto Morena é extenso no que diz respeito ao seu volume e bastante diverso em seu conteúdo. Morena era autodidata, estudioso de idiomas e lia muito, essas características são reveladas a partir dos registros preservados por ele e reunidos em seu acervo. O arquivo pessoal de Morena foi organizado pelo ASMOB em dossiês temáticos, disposição mantida quando o arquivo foi recebido pelo CEDEM, em meados de 1994. Sobre a diversidade e características desse acervo, Del Roio (2020) oferece algumas informações

[...] Tem ainda uma parte da formação do Movimento Unitário dos Trabalhadores em 1945, até a criação da CGTB clandestina, vamos dizer, que vai até 1953, 54. Tem dez anos de documentos sindicais muito interessantes. E isto não é partidário, era o material do Morena, porque ele tinha sido secretário da CGTB (DEL ROIO; PESSANHA, 2020. p. 377).

O arquivo compreende o período entre 1915 e 1978, cuja documentação refere-se a intensa atuação política de Roberto Morena, tanto como militante comunista organizado no PCB - portanto, documentos sobre o partido - quanto suas atividades em outras organizações, inclusive as de cunho parlamentar, ainda que vinculadas à militância partidária. Entre as 152 caixas do arquivo contendo documentação textual variada, destaca-se o volume de correspondências distribuídas em 20 caixas. Sobressai também a variedade de jornais sobre o movimento sindical, com algumas edições únicas. A documentação textual ainda é composta por 351 títulos de periódicos e 727 opúsculos, além de 227 fotografias, 376 cartões postais e 4 cartazes. Estão presentes nesse acervo documentos em português, inglês, francês, espanhol, alemão, italiano e holandês (CEDEM/UNESP, 2018).

Os dossiês foram constituídos de acordo com as seguintes temáticas: **1) documentação pessoal** (correspondências, projetos, entrevistas, depoimentos, artigos, discursos, documentos pessoais, flâmulas, bilhetes de viagem etc.); **2) documentos sobre a conjuntura nacional** (textos, recortes de jornal, correspondências, projetos de lei, destacando-se dossiês sobre “Campanha antinuclear”, “Petróleo brasileiro”, “Plano de estabilização monetária”); **3) documentos sobre a conjuntura internacional** (discursos, biografias, recortes de jornal, artigos e textos sobre “Imperialismo na América Latina”, “Conferência econômica internacional”, “O Partido Operário da Romênia”); **4) documentos sobre o movimento sindical nacional e internacional** (“Reunião sindical nacional”, “Trabalhadores da indústria cinematográfica”, “I Encontro sindical dos trabalhadores nas indústrias do Norte e Nordeste”, “Congresso sindical dos trabalhadores da América Latina”, “Mineiros norte-americanos” e “Confederação internacional das organizações sindicais livres”); **5) documentos sobre campanhas** (“Campanhas de organizações populares”, “Movimento pela paz”, “Campanha contra a carestia”); **6) documentos sobre atividades parlamentares** (material parlamentar e

correspondências), **7) documentos sobre o PCB** (textos e artigos, recortes de jornais, folhetos, fichas, documentação do VI Congresso) (CEDEM, UNESP, 2018).

## 2.6. Arquivos exilados

Parte considerável desse imenso arquivo pessoal de Roberto Morena que estava no Brasil foi transportando clandestinamente para a Itália, simultaneamente com o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira, em 1976. A outra parte, que ficava armazenada na residência de Morena em Praga, foi transferida para Milão em uma ação coordenada por Lyndolpho Silva, Del Roio e Maurício. Lyndolpho e Del Roio se conheciam de longa data, quando atuaram juntos na constituição e articulação da rede de sindicatos rurais no interior de São Paulo, no início da década de 1960. Lyndolpho, além de camarada, era amigo de Morena.

A operação montada para a transferência dos arquivos para a Europa foi complexa, pois o arquivo pessoal de Astrojildo, que estava escondido no Rio de Janeiro, teve de ser transportado até o porto de Santos, em São Paulo. Embora o arquivo pessoal de Morena não estivesse na clandestinidade e possivelmente não tivesse sua existência considerada pelos órgãos de repressão da ditadura, tratava-se de um volume grande que estava na residência da família no Rio de Janeiro, o que causou preocupação com a segurança de todos os envolvidos. Todos achavam que se tratava de alguns poucos documentos, como relata Dora Henrique da Costa, quando foi recebida por Eugênia, companheira de Morena, para buscar o arquivo que estava na casa da família, no Rio de Janeiro:

[...] ela tinha uma enorme estante numa parede e uma cortina que fechava aquela estante toda. Então você entrava na sala e não via livros, não via nada, quando fui lá, consegui que ela me recebesse e falei que queria tentar recuperar, pegar o arquivo, se fosse possível e tal, com muito cuidado, aí ela me abriu aquela cortina e disse: “Está tudo aqui.” Aí eu olhei e falei: “Ave Maria. Embalar tudo isso!” (COSTA, D.H., 2015, p. 150).

O arquivo pessoal de Morena foi transferido da casa da família por Dora,<sup>73</sup> com a ajuda da irmã e do cunhado desta, que acolheram todo o material na garagem de

---

<sup>73</sup> No mesmo depoimento, Dora informa que o arquivo de Morena não foi retirado totalmente da casa da família devido ao imenso volume de material e o limite para o transporte, pois a operação não poderia levantar nenhuma suspeita dos órgãos de repressão da ditadura. Ficou combinado que a retirada do

sua casa em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. O arquivo ficou no espaço temporariamente, sendo embalado até que a empresa de mudança responsável pelo transporte do material para o exterior fosse buscá-lo. Dora voltou do exterior especialmente para, junto com Zuleide, coordenar a ação de retirada dos arquivos de Astrojildo e Morena e transferi-los em segurança para a Itália. A forma encontrada para que esses acervos fossem retirados do Brasil em segurança foi a declaração de que se tratava de parte da mudança pessoal de Dora, que em setembro de 1977 seguiu para a França.

Após longos meses de espera, os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena chegaram ao porto de Gênova, de onde seguiram para Milão e foram recebidos por José Luiz Del Roio, Maurício Martins de Mello e Teresa Isenburg, sócios-fundadores do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB), instituição fundada com o objetivo de recolher e preservar os documentos sobre a história do movimento operário brasileiro.

Em casos como este, ocorridos com os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, oriundos das classes subalternas, em que não há amparo legal e políticas públicas no âmbito do Estado que garantam sua salvaguarda, as iniciativas de diversos militantes foram e continuam sendo fundamentais para a preservação desses acervos. A preservação dessas memórias é, portanto, fundamentalmente fruto de ações coletivas, articuladas pelos próprios indivíduos, militantes sociais preocupados em salvar os registros das lutas e das memórias de sua classe. É nesse sentido e com este objetivo que surgem, forjadas na luta política, as redes de preservação documental no seio da esquerda brasileira.

---

material que ficou na casa da família seria realizada em outra etapa, mas ela não soube informar se de fato o restante do acervo foi resgatado posteriormente (COSTA, D.H., 2015, p. 159).

## CAPÍTULO III

### ARQUIVOS MILITANTES – “ARQUIVAR OS DADOS PARA A HISTÓRIA PROLETÁRIA”

*A defesa das nossas melhores tradições e do nosso patrimônio de lutas passa necessariamente pela análise científica dos nossos erros, se não quisermos entregar a iniciativa ideológica aos nossos adversários políticos. História faz-se principalmente para aprender do passado, para descobrir nele as raízes dos problemas do presente.*  
(Dario Canale. Berlim, junho de 1986.)

Nos últimos tempos, nota-se o aumento do interesse por pesquisas em documentos oriundos de arquivos pessoais e, em decorrência disso, surgiu um intenso debate na historiografia sobre como se deve conceituar o arquivo produzido e acumulado por um indivíduo. Por não seguir um padrão documental como a documentação produzida no âmbito das instituições públicas no exercício de suas funções administrativas, e estar alinhado às escolhas e decisões de um universo restrito, esses acervos trazem diversos desafios do ponto de vista da classificação.<sup>74</sup>

Arquivos pessoais, segundo Heloísa Bellotto (2006), se configuram pela reunião de “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc” (BELLOTTO, 2016). Este é o perfil de alguns dos acervos reunidos pelo ASMOB, objeto de nossa análise, sobretudo se pensarmos sobre os conjuntos de Astrojildo Pereira e Roberto Morena. Mas, como classificar documentos de pessoas cuja vida pessoal não se separa da militância em prol do bem público e cuja consciência de classe ou social integra uma mesma totalidade na vida cotidiana? Caminham nesta direção as reflexões propostas por Lucas Dominguez Rubio sobre a definição de *arquivos militantes*, em que o autor aponta as especificidades da produção documental para este tipo de acervo. Devemos ter em mente não apenas tais especificidades, mas agregar a essa perspectiva a proposta de pensar historicamente esses registros, pois “ao historicizar o itinerário e conservação de diferentes documentos, se problematiza a noção de fonte” (RUBIO, 2016, p. 128), O autor

<sup>74</sup> Para saber mais, ver (IUMATTI; NICODEMO, 2018).

destaca ainda a importância de conhecer como esses acervos foram constituídos, pois a “forma de construção dessas coleções nos fala muito sobre o próprio material e as problemáticas metodológicas necessárias no momento de utilizá-lo dentro do corpus de um investigação histórica” (RUBIO, 2016, p. 131). Tais reflexões nos permitiram ter maior dimensão e compreensão dos acervos reunidos pelo ASMOB.

Embora o objeto de análise do autor sejam os arquivos anarquistas argentinos e são a partir deles que suas reflexões são elaboradas, tais inquietações e propostas metodológicas serviram para analisarmos os arquivos do movimento operário brasileiro, sobretudo porque a forma como se constituíram os acervos dos comunistas se assemelha às *práticas de constituição de acervos em rede*, observadas tanto nos arquivos anarquistas quanto no ASMOB. De acordo com o autor, *arquivos militantes* são compreendidos como sendo os “espaços políticos onde se guardam tanto acervos bibliográficos, hemerográficos e arquivísticos” (RUBIO, 2016, p. 134), ou seja, acervos de movimentos políticos, entre eles os dos partidos políticos, acervos de sindicatos e demais entidades de classe. Nesse sentido, Rubio propõe uma lógica para esses arquivos:

As variáveis para caracterizar uma "lógica de arquivos militantes" poderiam ser ao menos as seguintes: modalidades de ingresso de material; tipo de material disponível; forma de organização e catalogação do material; acessibilidade e condições de consulta; condições de conservação; projetos e objetivos, "missão" dos grupos que realizam as tarefas de organização bibliográficas e arquivísticas;) "riscos" ou inimigos contra os quais tais projetos foram desenvolvidos (RUBIO, 2016, p.142).

Prosseguindo com a proposta de caracterizar uma lógica para esses arquivos, Rubio indica os principais problemas observados nesse tipo de acervo:

sua destruição; seleção intencional de material (sic); hegemonia de sua custódia e interpretação; seu sucateamento e fracionamento; sua perda em uma infinidade de documentação que, embora acessível devido ao seu volume, é incomensurável (RUBIO, 2016, p.142).

Ao elencar as características desse tipo de acervo, é possível definir as especificidades de sua constituição e preservação. São arquivos constituídos de acordo com a lógica das redes de contatos políticos em que seus produtores circulavam e sua preservação só foi possível devido a certa invisibilidade que esses

materiais tiveram ao longo do tempo, além de estratégias de salvaguarda. No caso dos arquivos de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, seus produtores desenvolveram métodos próprios para a preservação dos materiais que produziam, recebiam e guardavam consigo.

Para melhor compreensão do caráter preservacionista do ASMOB e de parte de seus acervos - os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além da Coleção Exílio - propomos incorporar a esta definição as noções de *arquivos militantes* para as *coleções* e de *arquivos pessoais de militantes*, constituídos, reunidos e preservados por pessoas que atuavam politicamente, *cuja produção documental se estende ao exercício das tarefas partidárias, ou seja – a produção documental realizada por indivíduos no exercício da militância política de modo geral*, a despeito dessa produção estar associada ou não à uma organização, que pode ser identificada fora das esferas institucionais às quais esses indivíduos atuavam, ou seja, nos seus próprios arquivos pessoais.

Como exemplo desta prática de *produção documental militante*, presente nos arquivos pessoais desses indivíduos, estão os registros documentais produzidos por Astrojildo Pereira no período em que esteve afastado do PCB, entre os anos de 1931 e 1945. Durante esse intervalo, Astrojildo se dedicou exaustivamente aos estudos sobre a obra de Machado de Assis, além do trabalho no modesto comércio pertencente à família. Mesmo estando afastado das fileiras de sua organização política de origem, o PCB, Astrojildo jamais deixou de se reivindicar comunista e, ao analisarmos os seus escritos literários – que vão desde os estudos sobre a literatura até a formulação teórica sobre cultura nacional – evidenciamos o caráter *militante* de seu trabalho – ancorado na crítica anticapitalista e anti-imperialista e valendo-se do método marxista para análise da realidade, o materialismo histórico-dialético. A produção literária elaborada por Astrojildo é absolutamente uma *produção militante*, um saber vivo, em intrínseca conexão com a vida (FERNANDES, [s/d]), característica que perpassa por todo seu arquivo pessoal.

Outro exemplo que corrobora para que esses arquivos pessoais sejam identificados como *arquivos pessoais militantes* reside na complexidade e diversidade dos registros reunidos por Roberto Morena ao longo de sua vida e atividade política. Embora Morena fosse “um homem de partido”, tendo sido membro do PCB por mais de cinquenta anos, e sua atuação política tenha seguido as orientações da organização da qual fazia parte, ele esteve à frente de diversos outros organismos

políticos, que serviram também como instrumentos de luta para o movimento operário, sobretudo o sindical. A produção documental contida em seu arquivo pessoal não se restringe às atividades partidárias, mas compreende a totalidade de sua militância política como revolucionário internacionalista. Mesmo no tocante à produção da vasta correspondência presente no arquivo, além da diversidade de temas e interlocutores, as circunstâncias históricas vividas por seu produtor, e em muitas vezes, receptor, como a clandestinidade, por exemplo, em certa medida condicionaram e claramente imprimiram características únicas à essa produção documental.

A prática da preservação documental por parte de inúmeros militantes – anarquistas, socialistas, sindicalistas e comunistas, visando à salvaguarda dos registros de suas lutas enquanto classe, materializadas em seus arquivos pessoais e coleções, nos revela duas evidências importantes: a primeira, a permanente perseguição que assombrou o movimento operário ao longo de sua história. As constantes invasões realizadas pelos diferentes órgãos de repressão nas sedes das entidades e organizações de trabalhadores, a destruição das gráficas onde se imprimiam os jornais operários, de bibliotecas e arquivos, fizeram com que alguns militantes guardassem parte do material consigo, como forma de resguardar os registros de suas lutas. Isso sem contar as leis que, volta e meia, respaldam tal violência, dando-lhes legitimidade oficial.

Ainda em decorrência dessa prática de preservação, surge a segunda evidência - a de que havia uma preocupação no seio do movimento operário, pelo menos entre alguns militantes, de que os registros das lutas da classe operária deveriam ser preservados, ainda que isso significasse risco adicional ao militante. Destacamos como exemplo de demonstração da consciência de classe desses militantes, na qualidade de sujeitos históricos preocupados com a preservação do legado de suas lutas, uma das deliberações do Comitê Permanente do Congresso da Paz de Ferrol,<sup>75</sup> estabelecendo que os membros ficassem encarregados de “arquivar os dados do Congresso para a história proletária” (SOUSA, 1915).

Não podemos deixar de salientar que muitos desses militantes foram perseguidos e presos e, por diversas vezes, as sedes das entidades e organizações que integravam foram invadidas e depredadas pela polícia, os arquivos confiscados e usados como provas nos processos contra esses trabalhadores. Aliás, uma macabra

---

<sup>75</sup> Para este assunto, ver: (LUCA; COTRIM, 2018).

constatação decorre dessa prática de invasão sistemática da propriedade privada e usurpação de documentos com a justificativa da busca de provas condenatórias: o pesquisador que queira se debruçar sobre as memórias das lutas operárias e dos trabalhadores em geral, deve ir aos arquivos dos sistemas de repressão, onde se encontram nos mínimos detalhes, exarados de milhares de documentos apreendidos, toda e qualquer informação, algumas até muito surpreendentes, vazadas de reuniões restritas a poucos membros, fazendo com que se revele infiltrados até mesmo entre companheiros muito próximos.

Uma rápida retrospectiva sobre a história dos arquivos nos revela inúmeras vertentes de abordagens, desde as meramente descritivas, perpassando pelas temáticas que emergem dos documentos componentes dos acervos, as finalidades de suas constituições e as funções que cumprem no resgate da história (DELSALLE, 2011). A historiografia sobre os arquivos em geral acompanha *pari passu* as inflexões das perspectivas no reconhecimento da área de atuação dos historiadores e, neste sentido, observa-se que, à medida em que se reconhece em qualquer vestígio da produção humana um documento que nos fale dessa concretude, compreendido e reconhecido por seu valor intrínseco, as dimensões arquivísticas também se ampliam (MARGUERETTAZ, 2019). Mas, em comum, observa-se que tal historiografia busca, como não poderia deixar de ser, as informações, tanto para categorizá-los, quanto para o resgate dos aspectos históricos ali presentes.

Mas, para além disso, o arquivo contém, inerente a ele e independente de qualquer classificação, o fluxo dos documentos, as difusões, as restrições, enfim, a dinâmica da própria história daqueles que os produziram, dinâmica essa que configura a teia das relações societárias que objetivam as intenções que lhe são idiossincráticas. É sobre essa dimensão que nos debruçamos neste momento.

A análise dos documentos contidos nos arquivos pessoais de militantes permite, entre outras coisas, a compreensão das redes de preservação documental e de circulação da informação evidenciadas pelo cruzamento da documentação. Compreender como se situa o produtor dos registros enquanto militante, portanto, com consciência política da ação, além de sua trajetória em relação aos seus pares e suas organizações oferece indícios para configurarmos as redes de preservação documental, caracteristicamente muito dinâmicas e heterogêneas, nas quais eles circulavam. As redes de preservação documental identificadas nos *arquivos militantes* nos ajudam a assimilar melhor como o debate político e a produção do conhecimento

elaborada por esses protagonistas da história e, portanto, pela classe trabalhadora, circulavam em determinado espaço e tempo. Assim, entender a circulação desses registros documentais implica entender os valores, pressupostos e protocolos da própria produção do conhecimento da classe trabalhadora.

A dinâmica de acumulação e preservação destes *arquivos militantes* está intimamente ligada à trajetória de militância política de seus produtores e das organizações nas quais atuaram ao longo da vida. Ao historicizar a produção, circulação e conservação desses registros, foi possível identificar e cruzar outros documentos dentro dos próprios acervos, que não estavam organizados e identificados como sendo partes do mesmo evento ou assunto, além de seus desdobramentos.

Para o debate teórico em torno das redes de circulação, sobretudo, das redes de intelectuais, destacamos as reflexões do historiador francês Jean-François Sirinelli (2003) que, propondo-se a compreender os papéis dos intelectuais ligados à história política e à história sociocultural, oferece reflexões sobre os conceitos de itinerário, geração e estruturas de sociabilidade. Essas estruturas de sociabilidade, ou redes, referem-se aos laços que ligam os intelectuais, bem como os espaços em torno dos quais eles se constroem – sejam salões literários, a redação de uma revista, o conselho editorial de uma editora ou até mesmo no mundo boêmio. Ainda segundo o autor, em torno dessas estruturas formam-se forças de adesão – pelas amizades que as subentendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, as cisões advindas etc. (SIRINELLI, 2003, p.248-254).

No caso das redes de preservação documental forjadas na atuação política de trabalhadores organizados em suas entidades de classe, portanto, possuidores de consciência de classe e da importância da preservação dos registros de suas lutas, podemos refletir sobre as estruturas de sociabilidade desses indivíduos - os laços que ligam esses militantes não são apenas de amizade, mas são vínculos ideológicos e de um projeto político comum. Os espaços são os mais diversos possíveis, desde as próprias organizações classistas das quais faziam parte até mesmo a atuação nos subterrâneos, no caso de militantes que viveram na clandestinidade.

Deste modo, as redes de preservação documental fazem parte de uma estrutura dinâmica – formam, na verdade, um complexo de redes que se conectam por pontos de convergência e estão em constante movimento, cujo traçado vai se

alterando conforme a própria dinâmica da militância e da repressão. O reconhecimento dessa estrutura revela a circulação dos militantes, sejam eles anarquistas, socialistas ou comunistas, e viabiliza o Internacionalismo como norma. Além de criar seus próprios fluxos e pontos de comunicação e transferência de documentos e pessoas, no caso dos comunistas, estes também utilizavam as estruturas do Estado e da iniciativa privada, já existentes e que não foram criadas para desenvolver tal função, como empresas e a Igreja, mas que habilmente foram usadas para a circulação de pessoas e informação.

### **3.1. Revolução documentada – o registro como prática revolucionária**

A teia que configura essa rede é revelada não apenas a partir da identificação dos fluxos de tramitação desses documentos, mas também por meio da compreensão das conexões estabelecidas com pessoas inseridas em lugares-chaves, ou seja, aquelas que ocupavam espaços institucionais não só no aparelho de Estado, mas também em entidades, organizações, empresas, muitas vezes na qualidade de trabalhadores cuja consciência de sua posição de classe os levava a ultrapassar o receio de serem descobertos ou denunciados, pondo em risco suas próprias vidas, além de sua segurança material.

Neste sentido destacamos, por exemplo, no caso das redes que atuavam na preservação e circulação de documentos, três exemplos: o primeiro deles era a conexão de pessoas que trabalhavam nas companhias aéreas, entre elas Varig, AirFrance e TAP, nas décadas de 1960 e 1970. De acordo com relato de José Luiz Del Roio, cuja militância no período estava voltada para a articulação dos contatos políticos por meio das redes de apoio às organizações de luta armada na América Latina, sobretudo a ALN (DEL ROIO, J. L., 2018), trabalhadores militantes de organização partidária ou simplesmente com consciência de classe, o que os incitava a uma atuação solidária, colaboravam para salvar documentos e mesmo auxiliar no exílio de pessoas perseguidas ou visadas pela ditadura militar brasileira, além de transmitir informações sobre o que ocorria no país. Faziam isso quando em trânsito, por meio das companhias de aviação, em particular a Varig, da qual muitos eram trabalhadores (DEL ROIO, J.L., 2020).

Ainda de acordo com Del Roio, com o apoio e suporte dessa estrutura e do conjunto de militantes e pessoas ligadas às redes de solidariedade internacional, foi possível a saída de jornais do Brasil para o exterior, a fim de que a comunidade de

exilados pudesse ter acesso às informações que circulavam na imprensa brasileira. Ele próprio conseguiu sair do país com a ajuda de uma militante comunista, funcionária da AirFrance, pelo Rio de Janeiro (DEL ROIO, J.L., 2020). O status de “exilado independente e legal” permitia às pessoas nessa condição diversas atividades no exterior, favorecendo o trânsito de indivíduos e as diferentes articulações políticas no exílio (RIBEIRO, 2014, p.05).

O segundo exemplo de uso de estruturas já existentes para contatos políticos e circulação de informação e, conseqüentemente, de documentos, foi por meio de empresas que faziam o comércio de mármore na cidade de Carraca, região da Toscana, na Itália. O contato era feito por Cesare Giorgi, irmão do escultor Bruno Giorgi, imigrante italiano que lutou na *Resistenza* antifascista e era militante do PCI e do PCB.<sup>76</sup> Embora fosse comunista, Cesare tinha estreita relação com militantes anarquistas de Carrara, ligados à *Federazione Anarchica Italiana* (FAI), que atuavam na extração e comercialização de mármore. Em uma rede de preservação documental que envolvia o CADAL, do qual falaremos mais adiante, a base do PCI em Carrara e o *Fronte Brasiliano di Informazione* (FBI) na mesma região, articulados por Cesare, muitos documentos, entre eles jornais contendo denúncias, circulavam pela Europa e vieram para o Brasil nos navios de carga (DEL ROIO, J.L., 2020).

Como terceiro exemplo destacamos a estrutura da ala progressista da Igreja católica.<sup>77</sup> A Itália, local de intensa atuação de uma rede política de auxílio, serviu como ponto estratégico para os militantes brasileiros, assim como a rede católica que atuava na cidade de Pistóia, também região da Toscana, que ofereceu importante apoio na circulação dos documentos.

Além de servirem como pontos de apoio e acolhimento de militantes, houve casos em que algumas paróquias cederam seus espaços para a guarda de documentação vinda do Brasil e da América Latina, como veremos mais adiante. Nesses espaços foram organizados pequenos arquivos clandestinos e sua estrutura servia para salvaguardar a documentação exilada do risco de destruição em seus

---

<sup>76</sup> Os registros sobre a militância de Cesare Giorgi no Brasil são escassos. Sabe-se que veio para o país junto com o irmão Bruno Giorgi em 1939, após ter lutado por três anos na Espanha, na resistência antifascista e, posteriormente, na Turquia. Na ocasião do golpe militar de 1964, era do Comitê Estadual do PCB em São Paulo, na base do teatro. Após aderir à ALN, foi perseguido e voltou para a Itália, estabelecendo residência na região da Toscana. Neste período, escreveu para o *Rinacità*, jornal responsável pela área de cultura do PCI. Foi militante comunista até o final da vida, com atuação na TL/ALN, no PCB e no PCI. Ver mais em: (FERRER, 2011, p. 101).

<sup>77</sup> Para este assunto, ver (AZEVEDO, 2005).

países de origem. Além disso, esses locais eram empregados não apenas como base para a produção de novos documentos e, portanto, para a constituição de novos registros sobre a luta e resistência contra as ditaduras latino-americanas, mas também como espaços de reuniões e discussões sobre temas diversos. Há registros de intercâmbio de contatos e documentos entre duas importantes instituições que funcionavam dentro desse escopo - o Centro de Documentação de Pistoia e o Centro de Ação e Documentação da América Latina (CADAL).

O *Centro Documentazione di Pistoia* foi fundado em 1968 e, de acordo com documentos preservados pelo ASMOB, suas instalações funcionavam no último andar da Biblioteca de San Giorgio, na cidade de Pistoia. De acordo com informações encontradas no site da instituição, ela surgiu com o objetivo de “constituir um ponto de referência para o debate e a análise daquele momento e de sua respectiva realidade social e política”.<sup>78</sup>

O trabalho da entidade envolvia a análise dos movimentos sociais e das novas realidades que se desenvolviam naquele período: “do movimento estudantil ao operário, das lutas do povo vietnamita e em geral do Terceiro Mundo à experiência da China”, entre outras. Conforme foi possível verificar nas informações disponíveis sobre a história da instituição, nos primeiros anos, seu trabalho se dava em vários níveis: “desde a coleta de materiais, iniciando a implantação do que viria a ser a biblioteca de jornais do Centro, até a divulgação de livros, jornais, boletins produzidos por terceiros, até a organização de reuniões e debates”. O patrimônio bibliográfico e hemerográfico do Centro de Documentação foi doado ao Município de Pistoia no final dos anos setenta, pela Associação Cultural *Centro di Documentazione de Pistoia*, entidade responsável por gerir a instituição e que coletou o material no decorrer de seus estudos e pesquisas. O acervo doado é composto, até o momento, por 4.000 periódicos, 34.000 opúsculos e folhetos e 20.000 livros.

O *Centro di Azione e Documentazione sull’America Latina* - CADAL, entidade criada no início da década de 1970 em Milão, com apoio dos padres antifascistas Camillo Piaz e Davide Maria Turolto,<sup>79</sup> sacerdotes da Ordem os Servos de Maria, foi um desses espaços de acolhida dos revolucionários latino-americanos. De acordo

<sup>78</sup> Para saber mais, veja: <https://www.centrodopistoia.it>, consultado em 14 de abril de 2021. O Centro de Documentação de Pistoia permanece em pleno funcionamento até os dias de hoje.

<sup>79</sup> Maiores informações sobre a biografia dos padres Camillo Piaz e Davide Maria Turolto podem ser consultadas em <https://www.centrostudituroldo.it/>

com nosso levantamento, existem, ao menos, sete conjuntos documentais, organizados em dossiês e cinco títulos de periódicos, identificados como sendo de registros produzidos e/ou preservados pelo CADAL que, posteriormente, foram incorporados ao acervo da Coleção Exílio, do ASMOB.

Dentre os jornais produzidos pelos comitês de exilados brasileiros e militantes da luta armada no Brasil e que foram preservados pelo CADAL, há exemplares dos periódicos *Arma da Crítica e Resistência*, da organização guerrilheira Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), diversos exemplares dos boletins da *Frente Brasileira de Informação* (FBI), editados no Chile, Argélia e Bélgica<sup>80</sup> e exemplares editados no Chile do jornal *Unidade e Luta*, da Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional (TL/ALN). Somam-se ainda correspondências emitidas e recebidas pelo CADAL, documentação produzida no exercício administrativo e político da entidade, documentos sobre a organização interna, comunicados à imprensa sobre a situação dos países da América Latina, denúncias sobre as ações dos governos militares da América Latina e recortes de jornal. Esses documentos foram armazenados e preservados nas dependências do CADAL, que funcionava em uma sala clandestina dentro da Basílica de San Carlo al Corso, na Piazza San Carlo, em Milão.

Conforme informações contidas na documentação de apresentação e funcionamento interno do CADAL e preservada pelo ASMOB, a entidade surgiu em junho de 1970 e atuou concomitantemente em duas cidades italianas - Milão e Florença, até meados de 1975. Reuniu inúmeras pessoas de diferentes correntes políticas do campo democrático, mas, sobretudo, representantes da democracia cristã italiana. De acordo com o documento de fundação, o CADAL teve sua atividade política orientada na direção da construção de uma sociedade socialista, ou seja, “uma sociedade que anula sua escala de valores, aqueles atualmente impostos pela classe dominante na estrutura das sociedades capitalistas, como valores ‘consagrados’ pela lógica da discriminação e do lucro” (CADAL, [s/d]a).

De acordo com o plano de reestruturação, que data de setembro de 1971, apresentado por Stefano Rolando, diretor do CADAL, o conjunto do coletivo da instituição, composto por todos os membros do Centro, era responsável por debater

---

<sup>80</sup> Os jornais *Frente Brasileira de Informações* (FBI) ou *Front*, como eram conhecidos, com base na Argélia, foram editados por militantes brasileiros e estrangeiros, exilados em diversos países. Sobre o assunto, ver: (CRUZ, 2010) e (NASCIMENTO, 2021).

e deliberar as diretrizes políticas gerais, além de eleger a direção da entidade. A Direção era composta por três membros do coletivo, com mandatos anuais, além dos Grupos de Estudos, cada um com um coordenador, cujo mandato também era anual. Cada Grupo de Estudo tinha autonomia para decidir sobre o plano de trabalho, e seus coordenadores eram responsáveis por representar o Grupo na elaboração do serviço de documentação e nos contatos externos, visando ampliar o debate teórico e o conhecimento dos problemas que eram investigados, seguindo a linha política da instituição. Além disso, a estrutura organizativa também contava com a Comissão de Grupos Políticos de Base, que deviam ser formados em todo o território italiano e cujo acompanhamento, feito com um plano orgânico de contatos e reuniões, também cabia à Comissão, a mesma que zelava pelo encaminhamento do serviço de documentação. No exercício de funcionamento das atribuições dessa Comissão, observamos a articulação de uma importante rede de preservação documental que atuava em grande parte do território italiano, responsável pela produção, divulgação, conservação e guarda de material.

O CADAL, enquanto centro de produção, difusão e preservação da informação, pautava-se por uma visão e prática anti-imperialistas, no concernente às relações internacionais e às lutas políticas que estavam postas em todo o mundo naquele momento, da “autodeterminação e do desenvolvimento integrado para combater a exploração econômica, a escravidão político-militar pelas ‘metrópoles internacionais’ (entendidas como as classes dominantes dos países imperialistas) e o custo social do subdesenvolvimento” (CADAL, [s/d]a). Ainda de acordo com o documento, os membros do CADAL optaram por concentrar seus estudos e a ação política no continente latino-americano, “no qual hoje mais do que nunca vivem tensões concretas de libertação” (CADAL, [s/d]a), e que pode contar com a solidariedade *concreta*, uma solidariedade que envolve aqueles que fizeram uma escolha anticapitalista e anti-imperialista nas chamadas sociedades “desenvolvidas e capitalistas de bem-estar social”.

Assim, o CADAL tinha por objetivo “estudar esta realidade socioeconômica e estes processos políticos, documentar fenômenos e acontecimentos, informar forças populares, grupos políticos e sindicais, centros de organização social e cultural e a imprensa aqui na Itália”. A concretização deste trabalho da entidade se deu por meio de uma “política editorial de compilação de dossiês de documentação, da divulgação de documentos, informações e papéis e da publicação de um periódico informativo,

*America Latina No Oficial*”, cujo objetivo era “apresentar documentos, informações e comentários sobre a situação latino-americana vista para além das notas diplomáticas, da hipocrisia sobre os países em desenvolvimento e da ‘discrição e prudência’ moderada, jornalística e política” (CADAL, 1970), além de oferecer “contato político direto com a opinião pública (por meio de reuniões, debates, manifestações) e com forças políticas organizadas” (CADAL, [s/d]a).

Toda essa imensa articulação de redes, realizada por diferentes frentes e com diversos atores e setores do campo da esquerda progressista, gerou impactos políticos significativos. Destacamos o intenso trabalho de denúncia e, posteriormente, o de difusão das publicações sobre as graves violações de direitos humanos, alta letalidade e abusos legais contra os direitos de cidadania, ocorridos não apenas no Brasil, mas em outros países da América Latina, como Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Uma das pessoas ligadas à Igreja e que fornecia ao CADAL informações importantes sobre a situação vivida no Brasil foi o padre jesuíta Gian Paolo Salvini,<sup>81</sup> responsável pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), em Salvador. Em correspondência enviada ao Centro (CADAL, [s/d]b), Salvini se coloca à disposição para colaborar com o trabalho realizado pelo CADAL na divulgação das denúncias contra as atrocidades cometidas pela ditadura brasileira. Posteriormente, após intensa colaboração, o Vaticano decidiu transferir o padre Salvini, que retornou para a Itália (DEL ROIO, J.L., 2020).

Um exemplo desse impacto foi a criação do Tribunal Russell II, após a publicação e ampla divulgação do *Dossier Sul Brasile* (1970) (CADAL, 1970), no primeiro número especial da revista *America Latina No Oficial*. Em uma carta escrita pelo jurista e filósofo antifascista italiano Lelio Basso, em março de 1972, o então deputado do Partido Socialista Italiano agradeceu o envio da publicação e afirmou estar em contato com alguns refugiados brasileiros que estavam no Chile e, por meio destes, recebeu informações sobre o agravamento da situação política do Brasil.

Basso possuía contatos muito próximos com juristas cristãos e europeus católicos que denunciaram a ditadura do Brasil com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns<sup>82</sup>, e em sua correspondência informou que recebeu manifestações e pedidos de

---

<sup>81</sup> Salvini foi ordenado sacerdote em 1967, e após atuação no Brasil foi transferido para o Centro de Estudos Sociais e ficou responsável pela revista *Aggiornamenti Social*, de Milão, em 1969, a qual dirigiu de 1977 a 1981. Foi superior da igreja de San Fedele, em Milão.

<sup>82</sup> Sobre a contribuição de Lelio Basso na América Latina, ver: (FILIPPI, 2012), conferência proferida no VII Seminário Internacional de Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

diversas partes do mundo para que houvesse uma intervenção de caráter internacional com o intuito de barrar as atrocidades cometidas pelos militares contra o povo brasileiro. Por esse motivo e atendendo ao apelo do CADAL, relatou que estava em contato com o filósofo francês Jean-Paul Sartre (1905-1980) e o historiador iugoslavo Vladimir Dedijer (1914-1990) para a formação de uma nova sessão do Tribunal Russell com o fito de julgar os crimes da ditadura militar no Brasil. Finalizou a carta solicitando o envio de toda documentação possível para a elaboração de um dossiê (CADAL, [s/d]b).

O *Dossier Sul Brasile* elaborado pelo CADAL sobre a situação política no Brasil foi uma publicação potente do ponto de vista informacional e divulgado exaustivamente, sendo encaminhado às embaixadas e aos dirigentes do Partido Comunista Italiano (PCI), Partido Socialista Italiano (PSI), Partido Socialista Italiano de Unidade Proletária (PSIUP), Democracia Cristã (DC), *Confederazione Generale Italiana del Lavoro* (CGIL), *Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori* (CISL), *Unione Italiana del Lavoro* (UIL), *Associazioni Cristiane dei Lavoratori Italiani* (ACLI), Comitê Europa-América Latina do PCI, além de políticos que atuavam no Parlamento italiano, entre eles o vice-presidente do Conselho de Ministros, Francesco de Martino. A estratégia de ampla divulgação da publicação para diversas organizações teve uma repercussão internacional importante do ponto de vista político, levantando a discussão e pressão estrangeiras contra a pena de morte e demais violações instauradas pela ditadura brasileira.

As denúncias da prisão e das torturas sofridas pelo sacerdote Giulio Vicini feitas por meio de telegramas enviados pelo CADAL, entre eles um endereçado a Francesco de Martino, informando ser necessário “sua intervenção pessoal para salvar a vida de Vicini”,<sup>83</sup> e o assassinato do militante potiguar Theodomiro Romero dos Santos, preso político condenado à pena de morte pelo Tribunal Militar de Salvador, na Bahia, ambos ocorridos no início de 1971, tiveram significativa repercussão internacional.

Ainda sobre a atuação do CADAL na guarda e divulgação da documentação produzida por militantes e suas organizações de resistência à ditadura brasileira, destacamos uma listagem de documentos sobre as formulações políticas dos comunistas revolucionários ligados à ALN. Nessa lista de documentos, vindos do

---

realizado com o apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, em celebração ao anúncio da digitalização do fundo documental do Tribunal Russel II pelo Estado brasileiro.

<sup>83</sup> Telegrama enviado por CADAL, fevereiro de 1971. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

Brasil e recebidos entre os meses de janeiro e fevereiro de 1972, estão o *Comunicado da Tendência Leninista da Ação Libertadora Nacional (TL/ALN)* escrito em janeiro de 1972, a *Luta interna e dialética*, escrita por Carlos Marighella em 1966 na ocasião dos debates para a realização do VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), além de *Unidade e ação das massas para resolver os problemas do povo* e *Documentos e Resoluções da Conferência Estadual de São Paulo*, escritos em janeiro e abril de 1967, respectivamente. Ambos foram elaborados pelo Agrupamento Comunista de São Paulo, núcleo do PCB que deu origem à ALN (CHILCOTE, 1982); (PEREZ, 2017). Na lista há também um documento de setenta páginas com ampla bibliografia, intitulado *Análise histórico-política do Brasil de 1930-1969*. Esses documentos foram traduzidos para o italiano, publicados em uma coleção e distribuídos pelo Comitê Itália-Vietnã, do qual falaremos a seguir.

Antes, porém, é necessário abordar, ainda que brevemente, a rede de preservação documental e difusão da informação mantida pela a ALN que se articulava em conjunto com os frades dominicanos residentes em São Paulo e a editora Feltrinelli, em Milão. A documentação produzida pela ALN chegava à Europa (especialmente ao CADAL) por meio da teia de contatos estabelecida com os dominicanos. Em 1969, o frei Oswaldo Augusto Rezende Junior, responsável pelo recrutamento dos frades que viviam no convento Santo Alberto Magno, no bairro de Perdizes, em São Paulo, viajou para a Suíça para fazer um curso de Teologia e Sovietologia (curso prático de doutrinas marxistas-leninistas), e aproveitou a estada no país para “montar uma rede de informações relativas ao processo revolucionário e, em particular, o trabalho da ALN, para divulgar as notícias nos países europeus” (CADAL, 1970, p.165). Para tanto, o frei Giorgio Callegari<sup>84</sup> foi recrutado para traduzir os documentos revolucionários, entregando-os para frei Oswaldo. Esses documentos foram publicados pela editora Feltrinelli, responsável também pela publicação e difusão de diversos escritos da esquerda revolucionária latino-americana. Dentre os documentos mimeografados e assinados por Marighella, estavam *Manual do guerrilheiro urbano*, *Algumas questões da guerrilha no Brasil*, *Questões de organização*, *Normas para um trabalho clandestino*, *Sobre a unidade revolucionária e Operações e táticas de guerrilha*. Todos foram traduzidos para o italiano e publicados

---

<sup>84</sup> Nascido em Veneza e radicado no Brasil, o frei dominicano Giorgio Callegari foi preso e torturado pela ditadura brasileira por colaborar com a resistência. Adepto da Teologia da Libertação, foi fundador de uma rede de Centros de acolhida para menores e jovens carentes de São Paulo.

pela editora Feltrinelli. Assim, o CADAL se constituiu para transformar a rede de documentação e informação *já existente*, em uma política concreta de sensibilização (CADAL, 1970).

A rede de preservação documental que atuava em torno do Comitê Itália-Vietnã foi fundamental para a circulação e salvaguarda de muitos documentos produzidos pelas organizações de esquerda que resistiam à ditadura brasileira, já que essa documentação não poderia ser guardada em segurança no Brasil, naquele momento. Nesse sentido, destacamos a articulação promovida nessa frente por Dario Canale, militante comunista ítalo-brasileiro, que chegou ao Brasil em 1965 com credencial da seção internacional do PCI para atuar no PCB e foi expulso do país em 1967 (DEL ROIO, J.L, 2006). Por intermédio de José Luiz Del Roio, Canale foi apresentado à Câmara Ferreira e ficou responsável pelas gráficas do partido em São Paulo. Sobre a atuação de Canale nas gráficas do PCB, Del Roio esclarece que “quem conhece a história do movimento comunista sabe como os partidos que combatiam na clandestinidade entregavam suas gráficas apenas aos quadros que consideravam os mais fiéis e responsáveis” (DEL ROIO, J.L., 2013, p. 24). Canale conhecia muito bem a importância da batalha ideológica, da produção de registros das lutas dos comunistas, de sua distribuição e, posteriormente, sua preservação. Como observamos no relato de Del Roio

[...] dia e noite, Dario produzia materiais sobre o Vietnã, as guerrilhas latino-americanas, a resistência antinazista na Europa etc. Fazia de tudo. Traduzia, escrevia, operava as pobres máquinas da gráfica e às vezes – irresponsavelmente – também as distribuía (DEL ROIO, 2013 p.24).

Com a expertise adquirida na clandestinidade para a confecção de documentos falsos e na produção e circulação de contrainformação, Canale era o elo entre os *partigiani* reunidos em torno do Comitê Itália-Vietnã e os revolucionários brasileiros em território italiano. Já no trânsito internacional de informação, que envolvia principalmente América Latina e Europa, foi Del Roio o responsável pela preservação e transporte desses documentos, fazendo com que estes chegassem em segurança no CADAL para serem guardados, traduzidos e publicados. Naquele momento, Del

Roio estava na clandestinidade e se apresentava ao CADAL com o codinome Igor, conforme apontam alguns documentos internos da entidade.<sup>85</sup>

Dentre todas as ações realizadas pelas redes de preservação documental, destacamos a importância do trabalho de contrainformação. Essas redes possuíam diversos contatos em diferentes níveis de aproximação e colaboração entre si. Foi possível identificar que havia maior ou menor afinidade entre elas de acordo com os posicionamentos políticos adotados pelas instituições e organizações que compunham a rede de preservação documental, mesmo que estes estivessem em círculos políticos distintos.

Um exemplo é a troca de documentação entre o CADAL e o *Centro D'informazione e di Documentazione Antonio Gramsci*, que funcionava na cidade de Azignano, na região do Vêneto. Fundada e mantida por comunistas que atuavam na região, a instituição foi criada para “permitir que trabalhadores, estudantes e camaradas conheçam a contrainformação e um certo tipo de cultura alternativa que combate a ideologia burguesa colocando-se em posições anticapitalistas e anti-imperialistas” (CADAL, 1971). Na correspondência enviada ao CADAL em julho de 1971, os comunistas vênnetos informaram sobre a ação de coleta de material que estavam realizando e pediram a colaboração por meio do envio de documentos e publicações. Observamos que esse intercâmbio de documentos era muito comum entre os centros de documentação que faziam parte da rede de preservação documental. O ASMOB realizou ação semelhante com outras entidades e pessoas, como veremos posteriormente.

A maioria dos registros identificados como oriundos do CADAL é original, embora existam algumas cópias, principalmente de jornais. A documentação referente ao funcionamento da instituição foi preservada, mas não foi possível identificar se o acervo foi salvo na sua totalidade, já que muitos documentos se perderam no longo e árduo processo de transferência de local. De todo modo, essa ação demonstra a preocupação na salvaguarda dos registros por parte rede de preservação documental que atuava em torno do ASMOB. Houve um momento em que o CADAL mudou de local e passou a funcionar em uma sala alugada, no mesmo espaço da Livraria Corsi

---

<sup>85</sup> Essas informações constam também na entrevista de José Luiz Del Roio (2020). Cabe salientar que os registros que aparecem o codinome Igor são escassos, pois já na primeira metade da década de 1970, Del Roio passou a utilizar o codinome Francisco Correia ou “Chico”, principalmente nas correspondências.

Di Servi, em Milão. Após o fechamento definitivo da instituição em meados de 1975, e com o objetivo de preservar esse importante acervo e, conseqüentemente, os registros das lutas contra as ditaduras latino-americanas, José Luiz Del Roio guardou toda a documentação da entidade. Como ainda estava na clandestinidade, Del Roio optou por fragmentar a documentação e escondê-la em alguns locais que considerava seguros para, posteriormente, ser reunida e preservada pelo ASMOB.

### **3.2. A cultura militante internacionalista e as redes de preservação documental**

Com o aumento da repressão pela ditadura militar burguesa brasileira, vários militantes seguiram para o exílio e, no exterior, apesar de todas as dificuldades encontradas na adaptação a um país estranho, incluindo idioma e acesso à moradia, trabalho e demais serviços básicos, eles foram capazes de articular inúmeras redes de contato e de solidariedade. Essas redes de solidariedade,<sup>86</sup> atuantes nos quatro continentes - América (sobretudo na América Latina), Europa, África e Ásia, eram compostas por militantes de diversos países e de diferentes matizes políticos no campo da esquerda, além de contar com o apoio de muitos simpatizantes, inclusive de setores mais progressistas ligados à Igreja católica.

As variadas redes socialistas e comunistas, que estiveram em pleno funcionamento nas décadas de 1960 e 1970, remontam ao internacionalismo proletário, mais diretamente ao internacionalismo comunista, forjado no bojo da Revolução Russa de 1917 e na III Internacional (1919-1943), com a criação dos partidos comunistas ao redor do mundo.<sup>87</sup>

A evidência da existência de diversas redes, principalmente de *redes localizadas*, ou seja, construídas a partir de contatos com trabalhadores de empresas ou ligadas ao local de moradia, é encontrada, por exemplo, em um documento escrito na clandestinidade por uma organização de luta armada não identificada, intitulado *Como prosseguir?*, datado de janeiro de 1971 e preservado pelo ASMOB. O documento assinado por “Chico”<sup>88</sup>, possivelmente codinome do autor, revela o que ele chama de *redes novas e redes antigas* e faz uma distinção entre essas novas

---

<sup>86</sup> Para os estudos sobre as diversas redes de solidariedade, indicamos a produção de Maria Cláudia Badan Ribeiro sobre o tema, entre eles destacamos: (RIBEIRO, 2014).

<sup>87</sup> Para esse assunto, indicamos as reflexões propostas na obra do historiador indiano (PRASHAD, 2019).

<sup>88</sup> Aqui não se trata do codinome Francisco Correia ou Chico, usado por José Luiz Del Roio no mesmo período e que mencionamos anteriormente. Neste caso trata-se de outro militante, ainda não identificado.

redes forjadas na atuação na porta de fábrica e no contato com os operários e as redes de militantes, ou redes de comunistas, que “apesar de todas as deformações geradas pela prática anterior, eram o que de melhor nos tinha legado todo o passado das lutas de classe” (ASMOB/IAP/CEDEM, [s/d]).

Segundo o autor do documento, as *redes localizadas* não contavam com a participação exclusiva de militantes, e alguns participantes possuíam pouco ou nenhum preparo político ou identificação ideológica, mas estavam descontentes com as condições de vida e de trabalho. Embora aponte problemas decorrentes dessa prática, “Chico” afirma a importância da continuidade do trabalho de contato com esses trabalhadores, pois constitui “redes de elementos que podem ser aproveitados tanto para a logística, como para o desenvolvimento do trabalho interno e mesmo para o fortalecimento da estrutura de combatentes” (ASMOB/IAP/CEDEM, [s/d]).

As décadas de 1960 e 1970, principalmente, foram os momentos de reativar antigos pontos de contato e articular novas redes, entre elas as redes de solidariedade. De acordo com as reflexões de Ribeiro (2014, p.01), “uma cultura militante sem fronteiras foi se constituindo naqueles anos, que atravessava países e continentes, se formando ou se desfazendo em alguns momentos, e se solidificando em outros”.

Entretanto, conforme vimos, trata-se de uma “cultura militante sem fronteiras” que não se forjou naquela ocasião, mas foi reavivada, reativada e aprimorada por meio das diversas redes já existentes desde pelo menos o início do século XX, constituídas a partir da atuação dos militantes, fossem eles anarquistas, socialistas ou comunistas. A “cultura militante sem fronteiras” não diz respeito somente à solidariedade, que “na velha retórica comunista-socialista era um valor respeitado” (MORAES, 1996, apud RIBEIRO, 2014, p. 53), mas a um conjunto de ações e posturas que vão muito além do apoio mútuo.<sup>89</sup> Foram, sobretudo, anos de internacionalismo.

Importante reforçar que, além do trabalho político junto às organizações e partidos, as articulações dessas diversas redes - muitas delas funcionando na clandestinidade - foram fundamentais para a retirada de militantes que ainda estavam

---

<sup>89</sup> Ao ser questionada, uma experiente militante comunista italiana sobre as ações de solidariedade entre os comunistas no exílio, ela respondeu que não se tratava de solidariedade como valor cristão, “somos comunistas, isto é ser comunista, isto significa o que é ser comunista”. Entrevista concedida à autora em 2019. Aqui mais uma vez optamos por manter o anonimato da entrevistada.

correndo perigo no Brasil e em outros países da América Latina, além de oferecer apoio e suporte para viabilizar a permanência de alguns militantes na clandestinidade, mesmo no exílio. Exemplo disso eram os contatos entre os partidos comunistas ao redor do mundo. O funcionamento e a estrutura organizacional dos partidos foram fundamentais para a melhor circulação e articulação informacional. Como recorda Paulo Cannabrava,<sup>90</sup> “naquele tempo, afirmar que era um comunista brasileiro” no exterior, abria possibilidades de contatos e articulações com militantes de outros partidos comunistas, além de receber apoio para conseguir “passaportes, passagens, ajuda financeira, rotas de saída e entrada e divulgação da luta brasileira” (RIBEIRO, 2014, p.03).

Outro exemplo foi Luiz Carlos Prestes que, mesmo com o esfacelamento do Partido Comunista Brasileiro e as intensas perseguições aos seus militantes, sofrendo ainda com a clandestinidade, continuava sendo a referência política para o Partido Comunista Italiano (PCI). De acordo com José Luiz Del Roio, em entrevista concedida à Maria Claudia Badan Ribeiro (2012), “os contatos no mundo socialista continuaram a ser realizados em ajuda aos brasileiros a partir das ramificações de sua estrutura, como a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Sindical Mundial em Praga,<sup>91</sup> a União Internacional dos Estudantes da Hungria, a União Mundial de Mulheres em Berlim Oriental” (RIBEIRO, 2014, p.03).

Tratava-se de um trabalho complexo, que oferecia não apenas a proteção dos militantes perseguidos, mas apoio político, emocional e econômico a todos eles e suas famílias, além de promover a articulação para pautas nos parlamentos no território de atuação das redes. Por meio dessas redes de cooperação existentes em diversos países – formais e informais – os militantes puderam dar continuidade às suas tarefas.

Além disso, as estruturas de funcionamento de algumas redes foram herdadas das práticas políticas que seus militantes obtiveram na atuação dentro dos partidos, principalmente nos partidos comunistas. Nesses casos, havia a divisão clara de tarefas como, entre outras, organização, agitação e propaganda e formulação teórica.

---

<sup>90</sup> Paulo Cannabrava, jornalista e militante comunista, integrou o PCB e, posteriormente, a ALN. Exilado, contribuiu intensamente com a circulação de documentos e informações, tanto em países da Europa como da América Latina.

<sup>91</sup> Um elo fundamental entre os comunistas brasileiros e a Federação Sindical Mundial foi Roberto Morena, militante sindical com intensa atuação na FSM. Sobre a atuação de Roberto Morena, ver PENNA, Lincoln de Abreu. *Roberto Morena, o militante*. Expressão Popular, São Paulo, 2006.

Como um exemplo dessa estrutura de funcionamento destacamos o Comitê França América Latina (FAL), que abordaremos adiante.

Neste trabalho, buscamos identificar a rede de preservação documental que atuava por meio de outras redes, compostas fundamentalmente por militantes comunistas em seu núcleo e que possuíam relações muito próximas aos partidos comunistas de seus países de origem. Podemos observar a partir da análise das fontes contidas no acervo do ASMOB que, até mesmo algumas redes que não estavam diretamente ligadas aos partidos comunistas, mas que contavam com militantes oriundos de diversos desses partidos, mantinham a estrutura semelhante àquela de suas agremiações originais ainda que atuando na clandestinidade.

Para que o funcionamento fosse mais orgânico e eficiente, essas redes utilizavam o modelo de estrutura burocrática partidária, herdada da atuação de seus militantes nos partidos políticos de origem. Este é o caso do Comitê França América Latina (FAL), cujo documento de formulação foi preservado pelo ASMOB. A exemplo de outras redes, a FAL não surgiu, do ponto de vista documental, com um propósito preservacionista, mas foi uma das muitas organizações que auxiliou no processo de salvaguarda de parte da documentação produzida pelos militantes brasileiros exilados no exterior.

No documento de formulação de sua estrutura,<sup>92</sup> observamos os objetivos principais dessa organização, que atuava principalmente na França, mas que possuía articulações em vários outros países europeus e latino-americanos. Nele, consta a existência de um Comitê Diretor, que decidia as orientações gerais da organização, o Bureau Executivo. Ele funcionava como uma instância operativa e era representado por militantes dos países onde a rede atuava. O Bureau era formado por um Secretariado, uma Tesouraria e pelas Comissões por país - Comissão Cultural, Comissão de Solidariedade (composta pelos setores de desaparecidos, de auxílios e de campanha) e a Comissão de Informação e Publicação, responsável pela imprensa, publicações e relações exteriores.

É possível conjecturar que a atuação da rede de preservação documental no FAL se dava a partir das articulações propostas pela Comissão de Informação, já que era ali que circulavam os boletins informativos, jornais, correspondências, opúsculos etc.

---

<sup>92</sup> Estrutura do Comitê França América Latina (FAL), Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

Outro indício de que a Comissão de Informação do FAL desempenhava papel fundamental na preservação de documentação produzida pelos militantes em seus países de origem e no exílio, é a orientação que consta no documento intitulado *Atividades a desenvolver pelo coletivo*, como encaminhamento de uma das reuniões do FAL. Nele, há a indicação da necessidade de “centralização da informação; difusão da mesma no coletivo e personalidades importantes do FAL e associações vizinhas; canalizar regularmente a informação para a comissão de informação” (FAL, [s/d]).

Esse núcleo de informação era responsável por receber jornais, panfletos, cartazes e outros materiais de diversas organizações de resistência às ditaduras latino-americanas e por formular material político, de contrainformação, de agitação, propaganda e denúncia para serem distribuídos dentro e fora da comunidade de exilados. O material, recebido e produzido não apenas pelos militantes atuantes no FAL, mas também por diversos outros comitês espalhados pela Europa, foi guardado e, posteriormente, encaminhado para ser preservado pelo ASMOB.

### **3.3. Papéis da Revolução – os documentos da luta armada na América Latina**

É importante reiterar que os documentos produzidos no exercício das ações políticas, sociais e culturais das classes subalternas - os fundos e coleções documentais do movimento operário e outros movimentos sociais e políticos do século XX - sofreram as mais variadas intercorrências e muitos desses acervos se perderam irremediavelmente no decorrer dos anos. Os acervos que chegaram até os dias atuais, para que pudessem servir de fontes para as pesquisas científicas, foram salvos, sobretudo, graças aos esforços de militantes comprometidos com a preservação da memória de suas lutas. Esses *militantes arquivistas* (MALDONADO, 2019) - definição proposta pelo historiador argentino Horácio Tarcus, eram “líderes ou simples ativistas que frequentemente conseguiram reunir, ao longo de suas vidas, aquilo que as instituições políticas, nas quais militaram, não puderam, não souberam ou não quiseram preservar”. Após análise dos conjuntos documentais, encontramos vestígios de que em alguma medida esses militantes sabiam da importância da preservação dos documentos com os quais mantinham contato, e no caso dos comunistas, a disputa por hegemonia no campo da memória sempre esteve presente no horizonte da luta revolucionária.

É no contexto de acirramento da luta de classes na periferia do sistema capitalista global - a partir do final da década de 1960 - que as articulações das redes de preservação documental promovidas pelas organizações de luta armada e que combatiam pela libertação dos povos em diversos países, se acentuou. Tudo isso concretizado pela árdua ação de militantes que, apesar de todas as dificuldades e riscos, deram-lhes vida e funcionalidade.

Nesse sentido, não é estranho que alguns militantes, mesmo vivendo na mais profunda clandestinidade, mantivessem a perspectiva do tempo histórico, preservando documentos que deixariam para a posteridade a memória das lutas em curso. Mais do que isso, perceberam a importância de organizar essas memórias de forma a registrar as estratégias de resistência que, para serem efetivas, precisavam contar com uma grande e diversificada rede de relações que cumprisse as tarefas de denúncia internacional e apoio aos exilados ou fugitivos e a seus familiares.

Neste item, analisamos essa temática a partir de um estudo de caso vinculado às redes articuladas pelas organizações que atuaram na luta armada, em particular a ALN. Referimo-nos à trajetória de José Luiz Del Roio, personagem fundamental desse universo complexo que foram as redes internacionais não apenas de preservação documental, mas também de denúncia, difusão de informação e apoio à resistência na luta contra a ditadura militar.

José Luiz Del Roio nasceu em São Paulo em 12 de março de 1942, mas passou toda a infância e adolescência no interior do estado, na cidade de Bragança Paulista. Neto de imigrantes italianos, se interessou cedo por literatura, xadrez e, mais adiante, pelo marxismo. Del Roio, como outros jovens de sua época, iniciou a militância ainda como estudante secundarista, em meados de 1957, quando entrou para a União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPS). Estudante do Colégio São Luiz, administrado pelos agostinianos, ajudou a criar o grêmio estudantil e o jornal da escola bragantina. Em 1958, foi eleito delegado e viajou a São Paulo representando a direita católica da região de Bragança Paulista, no congresso estudantil realizado na Biblioteca Mário de Andrade. Nesse congresso, após contato com estudantes que atuavam na juventude comunista, foi recrutado para as fileiras do movimento estudantil do PCB.

Aos 18 anos, mudou-se para São Paulo afim de conseguir um trabalho, estudar e prosseguir com a militância no Partido. Entre os anos de 1962 e 1964, já como estudante do curso de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), devido à

atuação próxima a setores da igreja<sup>93</sup> e seguindo orientação do PCB, Del Roio filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC).<sup>94</sup> Em 1967, como membro do Comitê Estadual de São Paulo do PCB, aderiu ao Agrupamento Comunista, embrião da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização que ajudou a fundar posteriormente, junto com Marighella e Câmara Ferreira,<sup>95</sup> Como exímio enxadrista, Del Roio integrou o núcleo tático-estratégico da organização (GTE) e, entre inúmeras tarefas, foi responsável pela logística das ações da ALN.

Em meados de 1968, antes da instauração do Ato Institucional n.5 (AI-5) e a intensificação da repressão no Brasil, Del Roio recebeu a orientação de Marighella para seguir para exterior, assumindo a tarefa de articular e remontar os contatos das inúmeras redes que a ALN possuía. Essas redes incluíam desde outras organizações da luta armada latino-americanas e de alguns países do continente africano, até partidos comunistas e setores progressistas da Igreja Católica, entre outros. Passou pela França, Itália, Argélia, Tchecoslováquia e depois Cuba, no início de 1969 (DEL ROIO, J.L., 2018). Como um revolucionário internacionalista vivendo na clandestinidade, morou em Cuba, Peru e Chile e pouco antes do golpe que tirou Salvador Allende do poder em 1973 fixou-se em Milão, na Itália.

Nessa parte da pesquisa, nos concentramos na análise das diversas redes de preservação documental estabelecidas a partir dos contatos realizados por Del Roio. Com a queda de Marighella, o aumento da repressão às organizações de luta armada no Brasil e a impossibilidade de retorno ao país, Del Roio passou a responder por todas as organizações de luta armada brasileiras no exílio.

---

<sup>93</sup> Essa informação poderia passar despercebida se não fosse o fato de que foi a partir desses contatos que derivou a rede de apoio dos dominicanos à ALN. A aproximação do Del Roio com setores cristão progressistas ficará evidente mais adiante, com sua atuação junto aos padres antifascistas italianos.

<sup>94</sup> Devido ao longo período em que o PCB esteve na ilegalidade, era comum que militantes comunistas, seguindo as orientações e estratégias do Partido, se filiassem a outras legendas que se dispusessem a abrigá-los, para concorrerem as eleições. Um exemplo é a candidatura de Roberto Morena, eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Republicano (PTR), em 1950.

<sup>95</sup> Em entrevista concedida em 22 de agosto de 2018, Del Roio e Raphael Martinelli dão detalhes da reunião que deu origem à ALN. Del Roio era o único estudante do núcleo de fundação da organização, composto por: Carlos Marighella, Câmara Ferreira, Raphael Martinelli, José Luiz Del Roio, Cícero Viana, Costa Pinto, Rolando Fratti, Francisco Gomes (Beduíno), Osvaldo Lourenço, Irineu (Índio, militante “camponês” de Ribeirão Preto), Argonauta Pacheco e Nestor Veras (militante com significativa atuação no campo). Todos eram militantes do Comitê Estadual de São Paulo do PCB, eleitos em 1966. Os outros integrantes do CE do PCB que não aderiram à formação da ALN foram: Lindolpho Silva (militante com forte atuação nos sindicatos rurais), Moacir Longo e Jarbas de Holanda.

### 3.4. Memória e resistência – José Luiz Del Roio, um revolucionário internacionalista

Com uma modesta mala na qual cabiam seus poucos pertences - um pequeno tabuleiro de xadrez e os documentos das diversas organizações de luta armada as quais era o representante naquele momento - Del Roio iniciou a rearticulação dos contatos estabelecidos anteriormente por Marighella e Câmara Ferreira no exterior. Até se fixar definitivamente na Itália em 1975, Del Roio esteve em intenso trânsito internacional no início da década de 1970 e passou por inúmeros países, entre eles Cuba, Peru, Chile, Alemanha, Portugal, França, Tchecoslováquia, além das cidades de Argel e Moscou. A partir da rearticulação dos contatos no exterior, foi possível constituir redes de preservação documental visando à salvaguarda e a divulgação dos documentos produzidos pelos diversos grupos de luta armada na América Latina.

Tal ação foi uma das origens do ASMOB – fruto da experiência de salvaguarda de documentos das classes subalternas, adquirida por comunistas brasileiros no exterior na vivência da luta revolucionária. Entre muitas tarefas, Del Roio começou a recolher o que denominamos de os *Papeis da Revolução Latino-americana* – os documentos produzidos pelos diversos grupos que lutavam pela emancipação na América Latina. Essa coleção de documentos<sup>96</sup> – classificada pelo ASMOB como Fundo Movimento Guerrilheiro – que mais adiante foi incorporada à *Coleção Exílio*, e que de acordo com o folder de divulgação da instituição é composta por:

Circulares, jornais e revistas, livros e outros materiais doados por ex-militantes de organizações armadas brasileiras nos anos 1968-1972. Ainda incompleto, esse fundo é uma valiosa ferramenta de pesquisa para entender a esquerda brasileira, armada ou não, daquele período. Integra esta coleção uma série de documentos sobre a vida da diáspora brasileira no exterior e sobre suas atividades políticas e culturais (ASMOB, [s/d])

Além dos documentos produzidos pelos diversos grupos de luta armada que resistiram contra a ditadura militar no Brasil, Del Roio também recolheu parte dos documentos oriundos dos grupos de luta armada de diversos países da América Latina. Um exemplo são os documentos do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* do Peru,<sup>97</sup> o MIR Peruano, entregues à Del Roio pela economista e revolucionária

<sup>96</sup> Para a definição de coleção, ver (CAMARGO; BELLOTTO, 2012).

<sup>97</sup> O MIR peruano foi uma organização de luta armada, com orientação marxista-leninista, liderada por Luis de la Puente Uceda, “que surgiu em outubro de 1959, quando foram expulsos do APRA dirigentes

peruana Hilda Gadea Acosta, quando estiveram juntos em Cuba, em 1969.<sup>98</sup> Ao analisarmos essa pequena coleção, composta por duas caixas-arquivo contendo documentos textuais, que abrangem o período entre 1960 e 1969, além de 354 fotografias, 234 negativos e nove cartões postais, (CEDEM, UNESP, 2018)<sup>99</sup> identificamos as redes de contato e apoio envolvendo os revolucionários do Terceiro Mundo<sup>100</sup> - principalmente os comunistas latino-americanos e africanos - além dos italianos.

As correspondências reunidas nessa coleção revelam uma intensa rede de comunicação e circulação de informação que visava sobretudo, à solidariedade e apoio mútuo nas denúncias de perseguições, prisões e torturas sofridas pelos revolucionários latino-americanos, já que “a solidariedade e ajuda mútua na luta contra o inimigo comum, encabeçado pelo imperialismo *yanke*, é um dever imperativo na ação revolucionária” (ASMOB/IAP/CEDEM, [s/d]b)

Destacamos as articulações da rede de solidariedade revolucionária em prol da liberdade dos militantes peruanos Luis de la Puente Uceda, líder do MIR peruano e Guillermo Labaton, comandante da guerrilha Tupac Amaru. Tal arranjo envolveu o industrial e militante socialista Giovanni Pirelli e o *Centro di Documentazione* “Frantz Fanon”,<sup>101</sup> instituição fundada por ele em Milão, após conhecer Frantz Fanon. Por meio de Sabino D’amico<sup>102</sup> - responsável pela articulação com a América Latina - com a ajuda de ex-membros do PCI, membros de outros partidos comunistas e militantes ligados aos movimentos revolucionários, como o revolucionário e poeta angolano Fernando Costa Andrade, foi possível o estreitamento da solidariedade revolucionária internacional entre as lutas dos movimentos de libertação anticolonial, os combates revolucionários latino-americanas e o movimento operário europeu.

Algumas estratégias de circulação e salvaguarda dos documentos da luta armada foram colocadas em prática por Del Roio, que guardava os documentos em

---

e militantes que discordavam da linha política de Haya de la Torre, fundando assim o APRA Rebelde, que mais tarde se tornou MIR” (HAMMAR, 1962).

<sup>98</sup> Vale destacar que Del Roio desenvolveu intenso trabalho político no Peru entre 1970 e 1972, auxiliando Darcy Ribeiro na área cultural, a partir do convite do general Juan Velasco Alvarado.

<sup>99</sup> Existem outros documentos sobre o MIR Peruano distribuídos na *Coleção Exílio*, mas que não fazem parte desta pequena coleção.

<sup>100</sup> Sobre o conceito de Terceiro Mundo, ver (VIGEVANI, 1990).

<sup>101</sup> Sobre o Centro de Documentação Frantz Fanon e a rede de apoio ao Terceiro Mundo, ver: (OTTOLINI, 2018).

<sup>102</sup> Sabino D’amico era funcionário do Centro de Documentação Frantz Fanon.

diversos pontos e sob responsabilidade de pessoas diferentes, de absoluta confiança. Foi assim no Chile, no Peru e na Itália.

A rede de preservação documental articulada por Del Roio contava com a fundamental colaboração da democracia cristã e de outros setores progressistas da Igreja Católica. A rede de contatos da ALN, sobretudo algumas igrejas italianas, serviram como esconderijo, tanto para os militantes da resistência brasileira, como para os documentos produzidos pelos diversos grupos de resistência às ditaduras latino-americanas e reunidos por Del Roio, até a fundação do ASMOB, em 1977. Como exemplos da importante participação desses setores católicos na rede de preservação documental, estão a *Basilica de San Carlo al Corso*, primeiro lugar de contato de Del Roio quando este chegou clandestinamente em Milão pela primeira vez, em 1970, o *Priorato di Sant'Egidio in Fontanella di Sotto il Monte*, em Bergamo, onde o padre *partigiani* Davide Turolo era orador e a Igreja *Santa Maria della Consolazione*, do conde *Luchinno Dal Verme*.

### **3.5 O ASMOB e a tradição comunista de preservação documental – estratégias de resistência de preservação da memória**

O *Archivio Storico Del Movimento Operaio Brasiliano* – ASMOB, nasceu como a expressão da atuação das diversas redes de preservação documental, articuladas na América Latina, Ásia, África e Europa, a partir da tradição de militantes de esquerda – principalmente socialistas, comunistas e anarquistas - em documentar e preservar os registros das lutas e a memória das classes subalternas, sobretudo do movimento operário.

A entidade surgiu com o objetivo de recolher todo tipo de documentação (livros, revistas e periódicos, depoimentos escritos, orais e visuais) sobre a história do movimento operário brasileiro (partidos políticos, sindicatos e organizações de massa), bem como todas as fontes documentais latino-americanas e europeias que direta e/ou indiretamente contribuíram para o seu desenvolvimento (ASMOB, [s/d]).

Sua origem se deve à iniciativa de um pequeno grupo de militantes sociais - estudiosos brasileiros e italianos, a partir das experiências de salvaguarda de documentos empreendidas por meio das diversas redes de preservação documental. Ocupando uma sala na sede da Fundação Feltrinelli em Milão, na Itália, o ASMOB foi fundado em outubro de 1977 e tinha como sócios-fundadores, além de José Luiz Del Roio e Maurício Martins de Mello, a geógrafa italiana e professora Teresa Isenburg,

Virgílio Baccalini, jornalista do *Avanti!* e militante do Partido Socialista italiano, Giuseppe del Bo, presidente da Fundação Feltrinelli e Augusto Castagna, funcionário público e secretário da seção de Milão do PCI.

Seus principais articuladores, os militantes comunistas José Luiz Del Roio e Maurício Martins de Mello, atuavam em duas frentes. Del Roio era responsável pela articulação política da entidade – viabilização de recursos financeiros, intermediação na aquisição e recolhimento de material, entre outras ações. Cabia a Maurício todo trabalho intelectual e técnico especializado – já que possuía experiência como documentalista da biblioteca da Fundação Feltrinelli, função que ocupou logo que chegou à Itália, em 1970, e que se somaria, posteriormente, à direção da entidade. Ambos pensaram o ASMOB – teórica e politicamente - como um espaço de referência para a salvaguarda da documentação produzida pelo movimento operário brasileiro e que estava dispersa devido a inúmeras intercorrências ao longo de sua história.

Para compreender a origem do ASMOB, é necessário conhecer os caminhos percorridos por seus fundadores – Del Roio e Maurício. Ambos iniciaram a militância política nas fileiras da juventude do PCB. Vimos que Del Roio ingressou no partido em 1958 e após o VI Congresso, participou da fundação da ALN. Concomitante à tarefa junto à juventude comunista e por possuir um bom conhecimento do território no interior paulista, Del Roio militou junto à Lyndolpho Silva<sup>103</sup> na organização da extensa rede de sindicatos rurais<sup>104</sup> no interior do estado. É preciso lembrar que a proximidade entre Del Roio e Lyndolpho desde o início da década de 1960 contribuiria, mais tarde, para a articulação em torno da transferência do acervo de Roberto Morena para o

---

<sup>103</sup> Alfaiate, histórico militante comunista, responsável pela organização e o reconhecimento do trabalhador rural como ator político e pela criação e articulação da extensa rede de sindicatos rurais no Brasil. De origem humilde, Lindolpho Silva ingressou no PCB em 1946 e, sob sua liderança, foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Uitab), em 1954. Teve atuação significativa na organização dos trabalhadores rurais do País. Colaborou regularmente no jornal *Terra Livre*, organizou congressos sindicais como o importante Congresso Nacional de Belo Horizonte de 1961 e manteve vínculos fortes com organizações internacionais de trabalhadores rurais. No final de 1963, Lyndolpho Silva fundou, com outros companheiros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), sendo seu primeiro presidente. Em 1965, teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. De 1964 a 1973 viveu na clandestinidade, sob permanente risco de prisão. No início de 1973, Lyndolpho se exilou na Europa, e estabeleceu-se em Praga como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), sendo o responsável pela América Latina. Permaneceu nesse cargo até 1979, período esse em que viajou pela Europa, América Latina, África e Oriente Médio e foi, durante quatro anos, representante da UISTAFP na Organização Internacional do Trabalho. Com a Anistia, retornou ao Brasil em 1979. Faleceu aos 80 anos, em São Paulo, no dia 7 de junho de 2005. Informações biográficas contidas no Arquivo Lyndolpho Silva – memória do sindicalismo rural brasileiro. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/>

<sup>104</sup> Sobre o PCB e a questão rural, ver: (COSTA, 1996); (MEDEIROS, 1995); (PUREZA, 1982); (SANTOS, L.S., 2020); (WELCH; GERALDO, 1992).

ASMOB. Já Maurício, também militante da juventude comunista, atuou na cidade do Rio de Janeiro junto ao intelectual comunista Nelson Werneck Sodr e e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).<sup>105</sup>

### 3.6. Maurício de Memória - do real e do imaginário<sup>106</sup>

Maurício Martins de Mello, ou Maurício de Memória – sobrenome artístico que adotou quando retornou ao Brasil após a Lei de Anistia, em meados de 1980,   artista plástico, historiador e professor aposentado da Faculdade de Letras da UFRJ. Nascido no Rio de Janeiro aos 18 de março de 1941, estudou artes na Escola Nacional de Belas do Rio de Janeiro no início da década de 1960. Paralelamente às artes plásticas, dedicou-se   pesquisa e ao ensino de História do Brasil e foi assistente do intelectual comunista N lson Werneck Sodr e no Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).   coautor da *História Nova do Brasil*,<sup>107</sup> e por sua participa o nesse projeto, coordenado por Sodr e, foi preso, torturado e exilado, junto aos demais coautores,<sup>108</sup> todos da juventude do PCB no Rio de Janeiro.

Em 1965, após sair da prisão por meio de um *habeas corpus*, exilou-se na Pol nia, onde doutorou-se em História pela Universidade de Varsóvia, desenvolvendo um trabalho sobre História da Arte, estudando a cultura popular brasileira. Em 1970, fixou-se em Milão, na Itália, e por meio da rede de contatos que envolvia militantes do PCB e PCI, conseguiu emprego como bibliotecário e documentalista na Funda o Feltrinelli, onde trabalhou com Elio Sellino, diretor da Biblioteca Feltrinelli e grande incentivador da cria o do ASMOB, tendo feito parte do conselho administrativo da entidade.

Foi a partir do trabalho desenvolvido junto   biblioteca da Funda o Feltrinelli, que Maurício teve contato com o acervo do movimento operário europeu e percebeu a importância da salvaguarda dos arquivos das classes subalternas, ou, de acordo com suas palavras, “as fontes produzidas pelos vencidos” (MARTINS DE MELLO, 2021). Aliado ao trabalho na biblioteca, Maurício revela que a “epifania”, como ele denomina

<sup>105</sup> Sobre o ISEB, ver: (VALE, 2006).

<sup>106</sup> Faz-se aqui uma homenagem que faz referência ao título do projeto de pesquisa escrito por Maurício Martins de Mello intitulado *Movimento Operário Brasileiro: do real e do imaginário, emo es para uma pedagogia da memória social*. Cole o ASMOB. ASMOB/IAP/CEDEM.

<sup>107</sup> Sobre o projeto da História Nova do Brasil, ver: (SODR E, 1986); (CARDOSO, 2019).

<sup>108</sup> Compunham o projeto da *História Nova*, sob coordena o de Nelson Werneck Sodr e, os jovens intelectuais comunistas Maurício Martins de Mello, Joel Rufino dos Santos, Pedro de Alcântara Figueira, Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes.

o momento que percebeu que os arquivos das classes subalternas, sobretudo, do movimento operário brasileiro deveriam ser preservados, se deu quando teve contato com a obra do diretor polonês Andrzej Wajda, no exílio em Varsóvia. Tal situação é relatada em um texto que Maurício escreveu sobre a importância da preservação dos arquivos do movimento operário brasileiro:

Num dos grandes filmes do cineasta polaco Wajda, sobre a resistência aos nazistas em seu país durante a 2ª Guerra Mundial, o autor narra uma cena na qual um grupo de *partisans*, escondidos nos esgotos da já então destruída Varsóvia, reúne-se para decidir que passos seguir: continuar ali embaixo ou tentar subir à superfície, sabendo que isso poderia custar a morte de todo o grupo. Nesta sequência, e dentro este quadro de alta tensão, Wajda introduz um personagem secundário, um soldado, que tinha como função anotar criteriosamente as perdas do grupo num caderno, para que algum dia se soubesse quem tinha morrido naquela luta (MARTINS DE MELLO, [s/d]).

No parágrafo seguinte, o autor revela como a obra de Wajda influenciou de forma definitiva sua trajetória profissional e de militância enquanto historiador:

Tal sequência me marcou de forma precisa e passou a ser ponto de referência nas minhas atividades como historiador, político e cidadão. A antiga preocupação em preservar as fontes da história do país, nas suas variadas formas e sob quaisquer condições, passou a contar com mais esse estímulo, tornando-se para mim algo como um compromisso voluntário (MARTINS DE MELLO, [s/d]).

A partir do trabalho na biblioteca da Fundação Feltrinelli e o contato direto com a rede de preservação documental articulada pelos comunistas italianos, aliada à necessidade de atuação política no exílio, a rede de preservação documental brasileira começou a ser gestada no exterior. Em um primeiro momento, como observamos na atuação de Del Roio, o objetivo era salvar da destruição os documentos das organizações de luta armada latino-americanas, os *papeis da revolução latino-americana*. Posteriormente, essa rede de preservação documental visava também à salvaguarda da documentação produzida por diversas organizações políticas que atuavam no exílio.

### 3.7. Para salvar a memória histórica do movimento operário brasileiro

O ASMOB surge da necessidade de preservação dos arquivos das classes subalternas, sobretudo, dos documentos do movimento operário brasileiro. Essa demanda tornou-se concreta a partir das inquietações de Roberto Morena sobre a preservação de seu arquivo pessoal, compartilhadas com Maurício Martins de Mello e José Luiz Del Roio, demonstradas em diversas oportunidades em que o assunto foi abordado, como por exemplo, na apresentação da edição nº3 da *Revista Memória e História*, publicada pelo ASMOB e dedicada ao líder operário - “é bom recordar que foi Roberto Morena o real inspirador para a fundação dessa instituição” (DEL ROIO, 1987b, p. 12) A instituição foi responsável pela organização, preservação e difusão dos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além de diversas coleções, entre elas os documentos do movimento guerrilheiro latino-americano e aqueles sobre o exílio brasileiro.

Compõem os acervos do ASMOB uma biblioteca com cerca de três mil livros, documentos audiovisuais e uma hemeroteca, formada por jornais dos fundos documentais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além dos que fazem parte da *Coleção Exílio* e de outras coleções menores. Seus principais formuladores e articuladores – Del Roio e Maurício, perceberam, a partir de suas experiências pessoais como exilados políticos e militantes comunistas, a urgência da salvaguarda desses documentos. Conheceram-se em Milão, e após o fechamento do CADAL ajudaram a fundar o *Centro Studi Problemi Internazionali* (CESPI), no final de 1974. Embora o CESPI não tenha surgido com o objetivo específico de preservação documental, até a fundação do ASMOB a instituição desempenhou papel importante como base de apoio provisório para a guarda de documentos. Além de um dossiê sobre a organização e funcionamento da entidade, o ASMOB possui outros 23 registros oriundos do CESPI, recolhidos na ocasião da fundação e instalação do ASMOB na Fundação Feltrinelli.

Sabemos que Maurício foi assistente de Nelson Werneck Sodré no ISEB e, mesmo no exílio, mantiveram contato, como evidencia a intensa troca de correspondência entre eles.<sup>109</sup> Em uma das visitas que Sodré fez ao antigo assistente em Milão, o general discorreu sobre a situação de perigo pelo qual o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira estava passando e a necessidade e urgência em salvar o acervo

---

<sup>109</sup> Tais correspondências compõem o arquivo pessoal de Maurício Martins de Mello, ainda em posse do proprietário.

da destruição. Embora o arquivo estivesse escondido em local relativamente seguro no Rio de Janeiro, havia a preocupação com o estado de conservação do material, já que, devido às condições impostas pelo contexto de forte repressão e profunda clandestinidade, ele não estava armazenado adequadamente.

Em um depoimento sobre a constituição do ASMOB (DEL ROIO, J.L., 2003), Del Roio declarou que, em meados de 1975, chegou à Itália a informação de que a ditadura militar brasileira estava à procura “dos arquivos comunistas”, provavelmente os documentos produzidos pelas instâncias partidárias do PCB em todo território nacional, no exercício de suas funções e atividades políticas e administrativas, portanto, os arquivos do partido.

Tratava-se do momento de endurecimento da repressão, especialmente contra o PCB, e as ações de busca e apreensão de material realizadas pelos órgãos de repressão já haviam conseguido destruir diversas gráficas do Partido, apreender muito material de agitação e propaganda e parte da documentação mais antiga, não sendo possível dimensionar o volume destruído. Além disso, houve a prisão de diversos militantes, como Raimundo Alves de Souza (JOÃO PESSOA, 2020), tipógrafo que dividia a responsabilidade por uma das gráficas do Rio de Janeiro com Hiran de Lima Pereira. No mesmo período, dez membros do Comitê Central foram presos, torturados e assassinados, entre eles Orlando Bonfim Jr e o próprio Hiran de Lima Pereira. Ademais, havia especial preocupação com o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira, já que muitos documentos que retratavam a história do movimento operário brasileiro e a fundação do PCB e suas atividades nos primeiros anos foram reunidos e guardados por seu fundador e principal formulador político.

A repressão aos comunistas era intensa naquele momento, o que fez com que o partido estivesse em situação muito frágil do ponto de vista estrutural e político. Mesmo em um contexto extremamente difícil, os comunistas brasileiros e italianos uniram forças para salvar o arquivo pessoal de Astrojildo Pereira da destruição, como relata Del Roio:

[...] Apesar da repressão tinha gente muito interessada em estudar o movimento operário, todo mundo falava deste misterioso e fundamental arquivo. Isso tudo passou por uma discussão e eu perguntei ao Luiz Carlos Prestes se ele sabia onde estava, como estava e se era possível retirá-lo do Brasil. Ele pessoalmente apoiou a ideia, e nos incentivou muito, nos deu muito apoio. E a partir disso nós conversamos com a direção do Partido Comunista Brasileiro que

estava exilada. E através dela nos deram alguns contatos e particularmente foi uma companheira [a professora Dora Henrique da Costa] passando pela figura de José Sales e Marly Viana, que nós tivemos o contato de onde estava e o que restava do arquivo (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p.374).

A formulação teórica e a articulação política realizadas para que o ASMOB atuasse como uma instituição de referência no apoio, recolhimento, preservação e difusão dos arquivos das classes subalternas, sobretudo do movimento operário, foram executadas pelos militantes comunistas brasileiros José Luiz Del Roio e Maurício Martins de Mello, com apoio da professora italiana Teresa Isenburg, amiga da família Feltrinelli, de Elio Sellino, diretor da Biblioteca Feltrinelli e de Giuseppe Del Bo, presidente da Fundação Feltrinelli.

Embora fundado por militantes comunistas, o ASMOB foi registrado como uma entidade independente do ponto de vista administrativo e político, visando autonomia institucional, principalmente com relação à Fundação Feltrinelli. Institucionalmente, o ASMOB era representado por Teresa Isenburg, eleita presidente da entidade, secundada por José Luiz Del Roio, secretário e membro do conselho administrativo e Maurício Martins de Mello, diretor do arquivo histórico.

Um dos objetivos primordiais da instituição, além da preservação dos arquivos do movimento operário, foi o de retornar para o Brasil esses acervos reunidos no exterior, assim que a situação do país estivesse mais segura. Entretanto, havia o risco dessa volta ser impedida devido à legislação italiana ser bastante rigorosa quanto à preservação do patrimônio cultural. Assim, por meio de um acordo de cooperação entre O ASMOB e a Fundação Feltrinelli, foi definido que quando os arquivos fossem repatriados, a Fundação Feltrinelli ficaria com uma cópia microfilmada dos arquivos do movimento operário brasileiro, compondo o rico e vasto acervo da instituição italiana.

As especificidades da produção documental contidas nos acervos do movimento operário e reunidos pelo ASMOB fizeram com que a organização desses arquivos e coleções seguisse uma lógica própria e muito particular. Os procedimentos escolhidos para o tratamento técnico da documentação do ASMOB seguiram uma *lógica política* de organização (DEL ROIO, J.L., 2003), considerando as características intrínsecas presentes nos documentos, como por exemplo o uso de pseudônimos, o anonimato de muitos registros, o emprego de códigos em cartas – características que

o extenso período de clandestinidade e repressão impuseram à parte da documentação preservada. Todos esses elementos foram considerados quando a equipe do ASMOB – Maurício, Del Roio e Angela,<sup>110</sup> organizou os conjuntos documentais. Portanto, a organização dos arquivos produzidos, reunidos e preservados pelos ASMOB, embora tenha seguido as normas de ordenação de dados da Biblioteconomia praticados nos anos 70, não seguiu à risca as normas arquivísticas usadas na Itália, e no Ocidente de modo geral.

Para a organização desses arquivos, levou-se em conta a natureza *política e militante* dos acervos e o contexto histórico e político em que esses registros foram produzidos. A organização *política* dos arquivos, escolha realizada a partir de reflexões sobre a história de perseguição aos arquivos das classes subalternas, em especial do movimento operário, teve por objetivo a segurança não apenas dos documentos, mas, principalmente, dos militantes envolvidos na produção documental. Tal procedimento foi respeitado e mantido pela equipe técnica de arquivistas e historiadores do CEDEM quando os acervos do ASMOB foram transferidos para a instituição, em 1994.

Após a chegada dos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena em Milão, as redes de preservação documental articuladas e lideradas por Del Roio conseguiram reunir muitos documentos que estavam dispersos. Isso explica o porquê de documentos dos acervos de Astrojildo Morena e Roberto Morena estarem organizados na *Coleção Exílio*<sup>111</sup> – esses documentos não pertenciam originalmente aos arquivos pessoais desses militantes e foram adquiridos posteriormente, no bojo da constituição da Coleção Exílio. Um dos principais contatos responsáveis por coletar material para o ASMOB foi o antropólogo italiano Tullio Seppilli, professor da Universidade de Perugia. Seppilli guardava muitos documentos, sobretudo dos anos 1950, referentes à sua atuação enquanto militante dos partidos comunistas italiano e brasileiro. A rede de preservação documental articulada por Del Roio dispunha de contribuições relevantes, como aponta no relato abaixo:

---

<sup>110</sup> Ângela Maria Ribeiro Galvão trabalhou como bibliotecária e documentalista, contribuindo de forma singular para a organização dos arquivos do ASMOB.

<sup>111</sup> Optamos por referenciar a coleção pelo seu nome original, *Coleção Exílio*, nomenclatura criada na Itália no final da década de 1970. Quando os arquivos chegaram ao Brasil e ficaram sob a custódia do CEDEM, esta coleção de documentos recebeu outro nome, rebatizada assim de *Coleção do ASMOB – Clandestinidade, Exílio e Resistência*.

[...] tivemos outras contribuições, sempre aos pedacinhos, coisas às vezes que as pessoas guardavam com carinho. [...] Paulo Cavalcanti, quando ele achava que tinha alguma coisa muito interessante sobre o PCB em Pernambuco; Jorge Amado, de vez em quando. O próprio Jorge mandou um material sobre José Medina, que foi secretário do PCB em 1943. O Jorge mandou coisas dele também. Oscar Niemayer mandou alguma coisa. E depois sempre acontecia que alguém mandava, como um arquivista gaúcho chamado Marçal que tem um arquivo próprio sobre a história operária no Rio Grande do Sul (DEL ROIO; PESSANHA 2020, p. 374).

Ao analisarmos os documentos reunidos pelo ASMOB por meio do cadastro no Banco de Dados do CEDEM, descobrimos a importância da opção feita pela equipe técnica da instituição por preservar a organização original, pois somente a partir desta organização foi possível identificar os vestígios das redes de preservação documental presentes no acervo. A partir da observação dos documentos que compõem as coleções reunidas pelo ASMOB, da identificação dos carimbos dos antigos proprietários e da contextualização dos registros, identificamos os materiais que foram coletados e distribuídos nos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além dos documentos que constituem a *Coleção Exílio*.

No levantamento realizado nos três principais arquivos do ASMOB – os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena e a *Coleção Exílio*, identificamos que esta última abriga um volume considerável de documentos dos fundos pessoais de Astrojildo e Morena. No caso de Astrojildo, são 14 caixas contendo documentos identificados como pertencentes ao *Fundo Astrojildo Pereira* presentes na coleção. Com o acervo de Morena o número é ainda mais expressivo: identificamos 44 caixas com documentos pertencentes ao *Fundo Roberto Morena* e que foram organizados na *Coleção Exílio*. A partir da observação da disposição desses documentos no interior dos acervos, confirmamos duas informações importantes – a primeira delas diz respeito à intensa atuação das redes de preservação documental na coleta dos documentos para a constituição do ASMOB e a segunda, a opção pela organização política dos documentos dos acervos.

A *Coleção Exílio* foi constituída a partir da necessidade de reunir os documentos de militância produzidos por brasileiros no exílio, no contexto da resistência à ditadura militar brasileira. Visando contribuir com a preservação desses registros, o ASMOB emitiu uma circular para sua imensa rede de contatos internacionais e diversos grupos de apoio e comitês de solidariedade para que

doassem esses documentos, que foram reunidos e preservados, criando assim um conjunto documental com características únicas. Trata-se de uma coleção de origem privada que revela informações fundamentais para a compreensão da história política brasileira contemporânea e da diversidade das organizações que atuavam naquele momento, assim como suas estratégias para garantir à posteridade o conhecimento do que ocorria naquele momento (VIEIRA; COTRIM, 2020).

No decorrer dos anos 1960 e 1970, organizações internacionais de solidariedade sediadas em diversos países (França, Itália, Portugal, Espanha, Bélgica, Holanda, Argélia, Argentina, Chile, Bolívia, Uruguai, Cuba, Peru, entre outros), que colaboravam com exilados políticos brasileiros e de outras nacionalidades da América Latina e da Europa, promoveram campanhas e organizaram eventos de caráter político e cultural como seminários, palestras, exposições de artes plásticas. Tais organismos ofereceram apoio à luta contra a ditadura militar no Brasil, atuando também como agentes de manifestação e difusão da cultura brasileira no exterior. Essas ações produziram documentos diversos e estes foram incorporados à coleção (VIEIRA; COTRIM, 2020). Ao longo dos anos de 1970 e 1980, o acervo aumentou seu volume, recebendo a contribuição de diversos grupos e organizações do Brasil e do exterior e, atualmente, continua recebendo aportes de diversos militantes que atuam nas inúmeras redes de preservação documental.

A Coleção possui documentos textuais, organizados em 138 caixas-arquivo, 628 ampliações fotográficas, 238 negativos, 162 cartazes, 285 cartões postais, 630 títulos de opúsculos, 810 títulos de periódicos (incluindo jornais e revistas), 02 fitas VHS, 77 fitas K7 com depoimentos de diversos militantes que atuaram ao longo da história do movimento operário internacional, 142 microfilmes, 25 bótons (CEDEM/UNESP, 2018), entre flâmulas, bandeiras e outros itens tridimensionais que compõem o vasto acervo.

Entre os documentos reunidos na *Coleção Exílio*, destaca-se a intensa correspondência trocada durante o período de exílio: cartas-denúncia sobre torturas de ex-presos políticos; cartas de apoio por parte de organizações religiosas aos presos políticos e a suas famílias; cartas destinadas às autoridades governamentais sobre a situação de repressão e cerceamento de direitos vivida no Brasil. Ademais, este conjunto documental cumpriu importante função quanto às denúncias levadas à comunidade internacional sobre as violações de Direitos Humanos cometidas pela ditadura, como torturas, sequestros e assassinatos. Essas ações geraram registros

de atividades por meio de documentos reveladores de características muito próprias da articulação e inserção política e social das quais decorrem (VIEIRA; COTRIM, 2020).

O ASMOB desempenhou papel fundamental no recolhimento, preservação e difusão dos registros das classes subalternas, em especial do movimento operário brasileiro. Como forma de arrecadar fundos para o tratamento técnico dos acervos, a instituição promoveu e participou, por meio do setor de Intercâmbio Cultural, de diversos eventos culturais no exterior, com venda de convites para almoços de confraternização, piqueniques e apresentações culturais, com shows musicais e peças de teatro.<sup>112</sup>

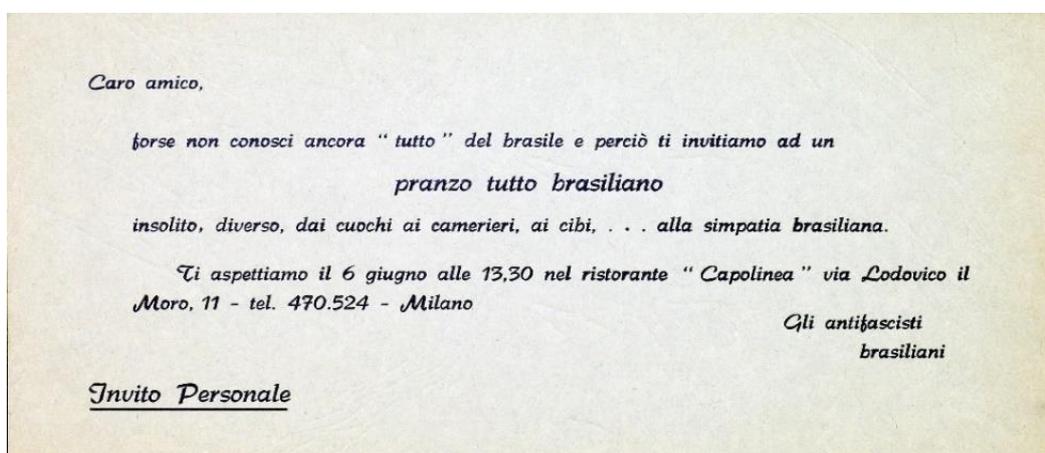


Figura 4 - Convite para confraternização em apoio aos revolucionários antifascistas brasileiros. Coleção Exílio. ASMOB/IAP/CEDEM.<sup>113</sup>

Com a Lei da Anistia sancionada em agosto de 1979, muitos militantes sociais que estavam exilados puderam retornar ao Brasil, entre eles, Maurício. Mesmo com a volta de vários militantes, a situação política do país não permitia ainda o regresso seguro dos arquivos, assim, decidiu-se que Del Roio permaneceria na Itália, como diretor do arquivo histórico, para prosseguir com o trabalho realizado pelo ASMOB.<sup>114</sup> A instituição realizou inúmeras ações que visavam à preservação e divulgação dos

<sup>112</sup> Em depoimento, Del Roio lembra que Maurício era quem cozinhava muitos dos pratos servidos nos eventos menores. (DEL ROIO, J.L., 2018)

<sup>113</sup> “Caro amigo, talvez você ainda não saiba ‘tudo’ sobre o Brasil e por isso convidamos você para um almoço brasileiro completo, inusitado, diferente, de cozinheiros aos camareiros, as comidas... a simpatia brasileira”. Tradução livre.

<sup>114</sup> Além de trabalharem como professores, Maurício e de Del Roio cumpriam as tarefas de militância do ASMOB, muitas vezes à noite – Maurício confeccionava as embalagens e invólucros para acondicionamento dos acervos e Del Roio ajudava na organização, notação e transcrição de alguns documentos já em fase de deterioração avançada. Ainda hoje é possível reconhecer as pastas confeccionadas por Maurício e a letra de Del Roio nas anotações por todo o acervo.

seus acervos, entre eles, a microfilmagem de parte dos arquivos de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além da documentação recolhida sobre a diáspora latino-americana durante as décadas de 1960 e 1970, que compõem a *Coleção Exílio*.

Os Microfilmes 82 e 83 – projeto de preservação e difusão da memória operária desenvolvido e executado pelo ASMOB coordenado por Del Roio, tiveram como objetivo garantir o acesso público à parte das fontes documentais sobre o movimento operário brasileiro, enquanto os arquivos do ASMOB estivessem inacessíveis para pesquisa. Adquirido por instituições arquivísticas brasileiras e estrangeiras,<sup>115</sup> o projeto foi realizado com o apoio financeiro do Arquivo do Estado de São Paulo (APESP), na gestão de Fernando Moraes e do então secretário geral do PCI, Enrico Berlinguer. Entretanto, o apoio de Berlinguer se deu de modo pessoal – embora considerasse a causa justa, o PCI não poderia dispor de recursos para tal ação, assim, o militante comunista ofereceu-se para pagar parte dos altos custos que envolvia o processo técnico de microfilmagem de documentos históricos (DEL ROIO, J.L., 2003). De acordo com Del Roio, várias instituições públicas brasileiras receberam os microfilmes, não apenas as localizadas na região sudeste: “o material foi inclusive para outras regiões, mesmo Campina Grande, Paraíba, recebeu alguma coisa. Vários pontos do país receberam, mas nunca completo” (DEL ROIO; PESSANHA, 2020, p.376).

A escolha da documentação que seria microfilmada seguiu principalmente os critérios de estado de conservação, data e ineditismo, sendo priorizados os documentos mais antigos (principalmente os jornais) e que estavam em estado de conservação mais delicado. No catálogo 82, constam 40 rolos de microfilmes contendo periódicos anarquistas e comunistas publicados no Brasil e no exterior; o catálogo 83 inclui 36 microfilmes contendo publicações latino-americanas, jornais e revistas publicados no Brasil (de tendências anarquista e comunista), panfletos, publicações sobre o exílio de brasileiros e de movimentos feministas. O projeto dos Microfilmes 82 e 83 produziu 76 rolos de microfilmes. Mais adiante, o ASMOB prosseguiu com a iniciativa e microfilmou os documentos das diversas organizações de resistência à ditadura militar brasileira e solidariedade internacional; documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e documentos impressos (folhetos) dos

---

<sup>115</sup> No Brasil, algumas instituições arquivísticas adquiriram os microfilmes do ASMOB, entre elas o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), o Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), o Arquivo Edgard Leunroth (AEL) e a Biblioteca Mário de Andrade (BMA).

arquivos pessoais de Astrojildo e Roberto Morena. Ao todo, em suas três fases, o projeto produziu 133 rolos de microfilmes, sendo 80 rolos de 16 mm e 53 rolos de 35 mm, totalizando 98.789 fotogramas.

O ASMOB ocupou por alguns anos uma sala na Fundação Feltrinelli, onde desenvolveu diversas ações de coleta, preservação e difusão da memória operária, além de seus acervos terem sido abertos à consulta pública, servindo como fonte primária para inúmeras pesquisas acadêmicas, de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. No final da década de 1980, a Fundação Feltrinelli passou por dificuldades financeiras e o ASMOB teve que desocupar o espaço cedido pela entidade. Sem qualquer alternativa ou recursos financeiros, o ASMOB, com todo o seu acervo, foi transferido para uma casa anexa à da família de Teresa Isenburg, na divisa com a Suíça. Os arquivos permaneceram embalados e fechados para consulta pública por cinco anos, entre 1989 e 1994, até serem transferidos para o Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP).

### **3.8. A disputa pela memória dos comunistas brasileiros**

Ao longo de sua existência, o ASMOB recolheu e salvaguardou, por meio das redes de preservação documental, inúmeros registros, sobretudo do movimento operário que estavam dispersos. Entre documentos avulsos e pequenas coleções, a instituição recebeu várias doações de militantes comunistas ligados ao PCB, que mesmo após a Lei de Anistia permaneciam na ilegalidade.<sup>116</sup> Entre as inúmeras ações que visavam à divulgação dos acervos, o ASMOB lançou, por meio do setor de Publicações, três edições da revista *Memória e História*, cujo objetivo era o de “colocar à disposição do público o material documental e bibliográfico pertencente ao acervo do ASMOB” (MARTINS DE MELLO, 1981, p. 09).

Cada edição da revista foi dedicada a um personagem histórico do movimento operário brasileiro. O primeiro número foi sobre Astrojildo Pereira, o segundo sobre Cristiano Cordeiro e o terceiro foi dedicado a Roberto Morena. A publicação funcionava como um dos canais que o ASMOB possuía para “comunicar-se com a sociedade brasileira e dela receber todos os estímulos para promover, com plena autonomia, a pesquisa e o debate sobre a história social do Brasil” (MARTINS DE

---

<sup>116</sup> Somente em 1985, após uma intensa campanha e busca de apoio na sociedade civil e política, o PCB conquistou a legalidade. Ver mais em: (PEREIRA, F., 2007).

MELLO, 1981, p. 09). De caráter monográfico, a revista é dividida em três seções, a primeira constituída por ensaios de autores brasileiros e estrangeiros, tinha como finalidade discutir os assuntos pautados; a segunda seção era dedicada à publicação de documentos “dando assim oportunidade aos leitores de terem acesso a informações até então desconhecidas ou de difícil consulta” (MARTINS DE MELLO, 1981, p. 09) e a terceira e última parte era a seção de serviços e instrumentos de pesquisa, que incluía a “descrição de fundos, elaboração de bibliografias, divulgação de coleções de revistas e jornais, crítica de livros e informações gerais sobre onde e como ter acesso às fontes historiográficas” (MARTINS DE MELLO, 1981, p. 09).

Organizado por Del Roio e com apresentação de Maurício, o primeiro número da revista, dedicado a Astrojildo, foi publicado pelo ASMOB em 1981. Entre os artigos escritos por Edgard Carone, Heitor Ferreira Lima, Otto Maria Carpeaux, Leandro Konder e Nelson Werneck Sodré, a publicação teve papel fundamental na divulgação de documentos até então inéditos pertencentes ao arquivo pessoal de Astrojildo Pereira.

O segundo número, publicado pelo ASMOB e impresso com o apoio do Instituto Astrojildo Pereira (IAP)<sup>117</sup> em 1982, foi dedicado a Cristiano Cordeiro e a apresentação foi assinada por Manoel de Souza Barros. Os artigos foram escritos por José Francisco, Antônio Paulo de Moraes Rezende, Michel Zaidan Filho e Paulo Cavalcanti. Como o número anterior, foi publicado pela Livraria Editora Ciências Humanas e divulgou importantes documentos da coleção doada por Cristiano Cordeiro, até então o único membro do núcleo de fundação do PCB que estava vivo naquele momento.

No terceiro número da revista, publicado em 1987 e dedicado a Roberto Morena, a publicação aparece com novo arranjo – contou com apenas dois artigos – assinados por Pedro Rodrigues e Noé Gertel – que se somavam à introdução escrita por Del Roio. Entretanto, há vasto material oriundo do arquivo pessoal de Morena, inclusive muitos textos redigidos por ele. Além do novo formato, a última edição da revista ficou sob responsabilidade do ASMOB juntamente com o IAP e foi publicada pela Editora Novos Rumos, ligada ao PCB.

No final da década de 1980, a partir a crise vivida pelo movimento comunista mundial, houve um intenso debate entre os comunistas brasileiros reunidos no PCB

---

<sup>117</sup> O IAP surgiu formalmente em 1985 como uma entidade ligada ao PCB, entretanto, há indícios de seu funcionamento desde 1982. Em 1992 a entidade foi refundada por um grupo de comunistas que estavam fora do partido.

sobre os rumos da organização, que entre outros fatores, culminou com o “racha” ocorrido no X Congresso Extraordinário do Partido, em 1992.<sup>118</sup> O X Congresso tinha como tema central a mudança do nome e símbolo partidários (representado pela foice e o martelo) e o abandono do modelo marxista-leninista de partido. Liderados por Roberto Freire, um dos argumentos principais usados pela direção para que essas mudanças fossem adiante, era que as transformações ocorridas nos países e partidos socialistas ao redor do mundo foram essenciais para alterar profundamente toda a estrutura partidária do PCB (TAFARELLO, 2009).

Os resultados deste congresso que culminou na “extinção” do PCB e fundação do Partido Popular Socialista (PPS) como herdeiro legítimo do antigo Partido Comunista, foram considerados absurdos por uma parcela dos militantes, que apontaram as falhas e inconsistências ocorridas durante todo o processo congressual. Pela primeira vez na história do partido, foram aceitos delegados que não eram militantes orgânicos e haviam sido eleitos para votar nas decisões do PCB por meio de “fóruns socialistas”. Parte do Comitê Central e alguns delegados se retiraram do Congresso e um outro foi convocado, realizado no ano seguinte (TAFARELLO, 2009).

Ao final, o grupo liderado por Roberto Freire declarou “extinto” o PCB e o novo partido recém-fundado – o PPS - herdou, após uma querela judicial, todo o patrimônio que havia sido do antigo partido comunista. Todos os imóveis, que não eram muitos, mas que serviam para abrigar as gráficas do partido, por exemplo, o maquinário, toda a estrutura reconstruída a duras penas após os 21 anos de ditadura, tudo ficou em posse dos membros reunidos na nova legenda. Para o grupo de militantes comunistas contrários à extinção do PCB, liderados por Horácio Macedo, Ivan Pinheiro, Ana Montenegro e Zuleide Faria de Melo, sobraram, além da sigla e do número de telefone da antiga sede, a fidelidade aos ideais estabelecidos em 1922 e a disposição para a reconstrução.

Em meio à crise que se abatia entre os comunistas, havia a preocupação com todo o patrimônio documental, que naquele momento ficava sob tutela informal do IAP. A entidade, que àquela altura era integrada por diferentes grupos políticos de dentro e fora do PCB, não saiu ileso desse processo e, fragilizada pelas disputas, também sofreu um racha em 1991.

---

<sup>118</sup> Ainda que consideremos esse debate relevante e atual, não o abordaremos aqui, pois se trata de uma discussão densa e que não é o foco desta pesquisa. Para este debate, ver: (TAFARELLO, 2009).

No mesmo ano, foi firmado um acordo de cooperação entre Roberto Marinho, diretor das organizações Globo e Roberto Freire para o Projeto Memória do PCB, com a participação de algumas universidades públicas brasileiras. O acordo, assinado sem a anuência da Executiva Nacional do PCB, visava à elaboração de um projeto encabeçado pela Globo (cujo imenso apoio oferecido à ditadura militar burguesa é incontestável) sobre a memória do PCB e dos comunistas brasileiros. Ao fim do projeto, todo o patrimônio documental do partido seria microfilmado e as organizações Globo ficariam com uma cópia. No bojo dessa iniciativa, várias coleções particulares de militantes foram doadas ao AMORJ, no Rio de Janeiro. A disputa política no campo da memória estava posta.

Nesse contexto, o entendimento e a confirmação de que o ASMOB era uma entidade autônoma do ponto de vista político e administrativo, fundada na Itália por um grupo independente, possibilitou que os acervos preservados pela instituição permanecessem reunidos e em segurança. Deste modo, em 1992, o grupo liderado por José Luiz Del Roio refundou o IAP, que entre outras atribuições, possui a missão de preservar e difundir os arquivos do ASMOB, contribuindo para a preservação da memória das classes subalternas, em especial a do movimento operário brasileiro.

Após quase duas décadas, os acervos reunidos pelo ASMOB finalmente retornaram ao Brasil em meados de 1994. Por meio de um termo de custódia entre o Instituto Astrojildo Pereira (IAP) e a UNESP, o patrimônio documental brasileiro preservado pelo ASMOB, e que estava exilado, foi depositado no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e aberto para consulta pública aos pesquisadores e pesquisadoras do país e do exterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta de classes no campo da memória envolvendo os arquivos das classes subalternas fez com que, ao longo dos anos, muitos registros desaparecessem irremediavelmente, seja devido à costumeira repressão do Estado às classes populares, seja pela absoluta ausência desse mesmo Estado na propositura de políticas públicas que pudessem oferecer condições objetivas para a salvaguarda desses acervos. Como lembra Canale (2013), pode-se dizer que desde a queima dos arquivos sobre o tráfico de pessoas escravizadas até os dias atuais, em nosso país a história da repressão das classes subalternas aproxima-se do “crime perfeito”, tendo sido apagada consciente ou inconscientemente a maioria das “provas” (CANALE, 2013).

A primeira iniciativa do Estado brasileiro acerca da preservação da memória surgiu com o Arquivo Nacional (AN), que nasceu no final do século XIX como instrumento de salvaguarda da memória oficial (LOPES; RODRIGUES, 2017). Contudo, esse mesmo Estado foi o maior responsável pela destruição dos arquivos das classes subalternas, em especial do movimento operário, e pelo apagamento de suas memórias, seja pela inexistência de uma política de arquivos até a década de 1980, seja pelas ações dos órgãos de repressão. A primeira iniciativa visando à preservação do patrimônio arquivístico foi com a aprovação da Lei de Arquivos de 1991, que apresenta diretrizes insuficientes quanto à proteção, acesso e utilização de fontes de informação oriundas de arquivos privados (LOPES; RODRIGUES, 2017) de interesse público e social, categoria que inclui os arquivos das classes subalternas.

As constantes perseguições aos trabalhadores organizados em suas entidades de classe resultaram na destruição e conseqüente perda de um volume inestimável de documentação, seja pelos agentes da repressão, que invadiam as sedes de sindicatos, partidos e outras organizações classistas, depredavam suas instalações e maquinário e apreendiam seus arquivos e bibliotecas, seja pelas ações dos próprios militantes em decorrência dessas perseguições, visando a sua própria segurança, a de seus companheiros e a das organizações das quais faziam parte.

Especialmente no que se refere aos documentos anteriores à década de 1930, o prejuízo para a memória das lutas das classes subalternas é incalculável. Além dos documentos manuscritos e impressos destruídos, perderam-se também as memórias vivas não registradas em suporte físico – seja em papel ou audiovisual – pois durante

os períodos de intensa repressão inaugurados pelo Estado Novo e, posteriormente, na ditadura militar burguesa instaurada a partir do golpe militar de 1964, gerações de militantes sociais, protagonistas das lutas de classes ao longo do século XX, desapareceram.

A situação permanente de semilegalidade, clandestinidade e repressão em que se desenvolveu a vida das organizações operárias fez com que a conservação, salvaguarda ou sistematização da custódia da documentação gerada na atividade política, sindical e social fosse uma quimera na mente de velhos militantes operários. Por outro lado, a atividade destas organizações à margem – quando não em aberto enfrentamento – das instituições estatais, motivou a que arquivos deste tipo que conseguiram sobreviver ficassem fora dos sistemas nacionais de arquivo de cada país, com poucas exceções (TARCUS, 2009, p. 273).<sup>119</sup>

Deste modo, o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB) surgiu como instrumento das memórias de luta, com o objetivo de reunir e preservar o que sobrou dessas memórias. Partindo da problemática da constituição dos acervos das classes subalternas, em especial os do movimento operário brasileiro, reunidos e preservados pelo ASMOB, identificamos as ações, em larga escala, das redes de preservação documental e sua conexão com a tradição de salvaguarda documental das classes subalternas, levadas a cabo por militantes sociais desde o início do século XX.

A análise das características desses arquivos reunidos pelo ASMOB, sobretudo os arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena, além da *Coleção Exílio*, possibilitaram incorporar a definição de *arquivos militantes* para as *coleções* e *arquivos pessoais de militantes*, constituídos, reunidos e preservados por pessoas que atuavam social e politicamente, cuja produção documental se estende ao exercício das tarefas partidárias, ou seja – a produção documental realizada por indivíduos no exercício da militância política de modo mais amplo, independente de esta produção estar associada ou não a uma organização, que pode ser identificada fora das esferas institucionais às quais esses indivíduos atuavam, ou seja, nos seus próprios arquivos pessoais e coleções particulares.

---

<sup>119</sup> Comunicado da Rede Ibero-Americana de Arquivos Operários. Para maiores informações sobre a iniciativa de preservação da documentação operária latino-americana e seus desdobramentos, em especial na Argentina, ver: (TARCUS, 2009).

O militante social organizado atuava enquanto sujeito político na sua *totalidade da vida social*, nas mais variadas esferas sociais – públicas e privadas – e essa característica implícita na atuação desses indivíduos pode ser verificada a partir da análise da constituição desses arquivos pessoais e coleções particulares. Alguns atributos intrínsecos à produção documental presentes nesses acervos corroboraram para tal perspectiva, como por exemplo, as características impostas à parte da documentação preservada pelos longos períodos em que seus produtores estiveram na clandestinidade, como o uso de pseudônimos, o anonimato de muitos documentos, o uso de códigos em cartas etc. Outra particularidade observada foi a combinação de acumulação de documentos com a preocupação com a segurança, tanto dos indivíduos, das organizações as quais faziam parte e da própria documentação produzida e reunida.

Portanto, torna-se essencial que para o entendimento sobre a constituição dos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena e da *Coleção Exílio*, deve-se considerar a atuação militante de seus produtores, jamais esvaziando-os de seu caráter político, pois essa perspectiva é inerente às práticas desses indivíduos na sua totalidade enquanto sujeitos históricos.

Assim, o ASMOB surgiu como resultado da atuação das diversas redes de preservação documental, articuladas na América Latina, Ásia, África e Europa, a partir da tradição de militantes de esquerda – principalmente socialistas, comunistas e anarquistas - de documentar e preservar os registros das lutas e a memória das classes subalternas, sobretudo do movimento operário.

A partir da consciência de que a luta de classes está presente nas disputas pela memória das classes subalternas, é que muitos arquivos produzidos à margem da burocracia do Estado foram preservados. Essa preservação se deve aos imensos esforços de militantes sociais comprometidos politicamente com a salvaguarda dos registros das suas lutas e as de sua classe, garantindo que essas memórias não fossem perdidas. Deste modo, arquivar um documento é a única forma de conceder a ele a possibilidade de sua existência futura.

Uma das consequências mais evidentes da enorme destruição desses acervos é seu reflexo na disputa que se dá no campo da memória e seu impacto direto na produção historiográfica sobre a participação e protagonismo das classes populares na história. A ausência de arquivos dos diversos grupos subalternos, seja por ausência de políticas públicas ou por ação deliberada dos órgãos de repressão do

Estado brasileiro contribuiu – e contribui - para a escrita de uma história dos vencedores. No que tange às práticas arquivísticas, como observado por Gómez (2021), na maioria das vezes elas ignoram os registros produzidos pelas classes subalternas, o que tem privilegiado e segue privilegiando a conservação institucional e das elites. Assim, o “controle do arquivo comporta o controle da sociedade e, portanto, a capacidade de determinar os vencedores e os perdedores da história, ou seja, de privilegiar ou de marginalizar, podendo ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência” (SHWARTZ; COOK apud GÓMEZ, 2021, p. 16).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, P. Prefácio. A memória das lutas sociais e a história dos comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985) In: *Repressão e direito à resistência: os comunistas na luta contra a ditadura (1964-1985)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.

AEL. *Guia de Fundos Arquivo Edgard Leuenroth*. 2020. Disponível em: <https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/instrumentos-pesquisa/relatoriofundos.pdf> Acesso em: 19 novembro 2020.

ALMEIDA, F. I. de. *Roberto Morena, 1902-1978*. Discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 1996.

AMORJ. *Guia do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro*. 2007 Disponível em: <https://amorj.ifcs.ufrj.br/arquivos/guia.pdf> . Acesso em: 22 setembro 2020.

APESP. *Guia do Acervo Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/> . [s/d]. Acesso em: 30 novembro 2020.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASMOB. *Folder de divulgação do Fundo José Luiz Del Roio*. ASMOB/IAP/CEDEM. [s/d].

ASMOB/IAP/CEDEM. *Como prosseguir?* [s/d]a.

\_\_\_\_\_. *Coleção MIR peruano* [s/d]b.

AZEVEDO, D. *Igreja e Democracia. A Democracia na Igreja*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

BACCALINI, V. *Astrojildo Pereira, giovane libertario: alle origini del movimento operaio brasiliano*. Milão: Cens, 1984.

BATALHA, C. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, M. C. (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2005.

BELLOTTO, H. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, W. As Teses sobre o Conceito de História (1940). Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. In: *Walter Benjamin - Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

BITTENCOURT, Í. O operariado no Brasil da primeira república: alguns apontamentos teórico metodológicos e historiográficos. *Revista Social e Humana*, Santa Maria, v. 20, n. 01, p. 141-151, jan/jun 2007.

BOSI, E. *Memória e Sociedade. Lembrança de Velhos*. Companhia das Letras. São Paulo, 1994.

BRANDÃO, O. *[Correspondência]*. Destinatário: camarada Bela Kun, da Seção de Agitação e Propaganda da Internacional Comunista. 1924. Microfilmes da Internacional Comunista, IC-03. ASMOB/IAP/CEDEM.

BRASIL. Lei 8.159, de 09 de janeiro de 1991. *Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências*. Diário Oficial da União. 29, n. 6, p. 455, jan. 1991. Seção I. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm) . Acesso em: 20. out. 2021.

BRAYNER, N. G. *Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais*. 3. ed. Brasília: Iphan, 2012.

BROOKS, P. C. Archives in the United States during World War II, 1939-45. *The Library Quarterly*, Chicago, v. 17, n. 4, p. 263-280, 1947.

BUONICORE, A. C. Apresentação. Um livro necessário. In: CANALE, D. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.

CADAL. *Dossier Sul Brasile*. Centro di Azione e Documentazione sull'America Latina. Milano: Sapere Edizioni, 1970.

\_\_\_\_\_. *Correspondência recebida*. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM, 1971.

\_\_\_\_\_. *Formulação teórica*. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM. [s/d]a.

\_\_\_\_\_. *Correspondência recebida*. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM [s/d]b.

CAMARGO, A. M. de A; BELLOTTO H. L. *Dicionário de Terminologia Arquivística*. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

CAMARGO, C.R. Apresentação à primeira edição. In: CEDEM/UNESP. *Guia de Acervo*. São Paulo, 2018.

CANALE, D. *O Surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2013.

CARDOSO, V. C. *A história do ensino de História e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da História Nova do Brasil (1963-1965)*. 2019. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO.

CARONE, E. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo (1923). *Memória & História*, n. 1, p. 15-36, 1981.

\_\_\_\_\_. *PCB (1922 a 1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

\_\_\_\_\_. *Brasil: anos de crise (1930-1945)*. São Paulo: Ática, 1991.

CARPEAUX, Otto. M. Três aspectos do candidato Astrojildo Pereira. *Memória & História*, n. 1, p. 47-50, 1981.

CEDEM/UNESP. *Guia de Acervo*. São Paulo, 2018.

CERQUEIRA, H. E. da G. David Riazanov e a Edição das Obras de Marx e Engels. *Revista Economia*, vol. 11(1), p. 199-215, jan.-abr. 2010.

CHILCOTE, R. H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração, 1922 – 1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CIAVATTA, M. A memória sem medo. Sobre o resgate de pessoas e documentos das garras da ditadura. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v.27, nº1, p. 156-166, jun/jul. 2014.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Luta e memória*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

COSTA, D. H. da. Depoimento de Dora Henrique da Costa. In: CIAVATTA, M. (Org.). *Luta e memória*. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p 128-187.

COSTA, L. F. C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

COUTINHO, C. N. *De Rousseau a Gramsci: Ensaio de Teoria política*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.

COX, D. National Archives and international conflicts: the society of American archivists and war. *American Archivist*, Chicago, v. 74, p. 451-481, 2011.

CRUZ, F. L. *Frente Brasileño de Informaciones e Campanha: Os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Direito à Memória e Patrimônio Documental*. História e Perspectiva. Uberlândia. jan/jun. 2016.

DAHÁS, N. *Historiografia da ditadura, memória e espaço público. O cone sul em perspectiva*. In: ANPUH - 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2019, Recife-PE.

DEL ROIO, J. L. *O que todo cidadão precisa saber sobre fascismo*. São Paulo. Global Editora, 1987a.

\_\_\_\_\_. Introdução. *Revista Memória e História*. ASMOB, IAP, IRM. Editora Novos Rumos, São Paulo, 1987b.

\_\_\_\_\_. Depoimento sobre a constituição do ASMOB. ASMOB/IAP/CEDEM. São Paulo, 02 de março de 2003.

\_\_\_\_\_. *Zarattini: a paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone Editora, 2006.

\_\_\_\_\_ . Prefácio: Dario Canale, um revolucionário internacionalista. In: CANALE, Dario. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2013.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Renata Cotrim. São Paulo 12 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Renata Cotrim. São Paulo, 2020.

DEL ROIO, J. L.; PESSANHA, E. Entrevista de José Luiz del Roio – guardião da memória operária no período da ditadura militar (1964-1985). *Trabalho Necessário*, v. 18, n. 35, 2020.

DEL ROIO, M. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. nº 29: 63-78, Nov. 2007.

\_\_\_\_\_. A trajetória de Astrojildo Pereira (1890-1965), fundador do PCB. *Revista Novos Rumos*. V. 52, nº 1, 2015.

\_\_\_\_\_. Gramsci e Togliatti diante do fascismo. Dossiê extrema direita e fascismo hoje. *Revista Crítica Marxista*. Campinas-SP, IFCH, UNICAMP, nº50, p.95-101, 2020.

\_\_\_\_\_. Astrojildo Pereira. *Diccionario biográfico de las izquierdas latinoamericanas*. [s/d]. Disponível em: <http://diccionario.cedinci.org>. Acesso em: 12 janeiro 2022.

DELSALLE, P. *Une histoire de l'archivistique*. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2011.

DIAS, F. C. Arquivo ou Coleção? Os documentos do Arquivo Histórico do Museu Aeroespacial. In: *Memória e Acervos Documentais: o arquivo como espaço produtor de conhecimento*. VIII SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP, 2016, Campinas-SP.

DJUROVIC, C. A. *Impressões da direita: luta ideológica e mobilização empresarial através da ação editorial do IPÊS (1961-1964)*. 2021. Dissertação. (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

DOMÍNGUES RUBIO, L. *Archivos militantes. Notas a partir del caso de los acervos documentales del anarquismo argentino*. In: Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas y Universidad Nacional de San Martín. Biblioteca Central. JORNADAS DE REFLEXIÓN SOBRE LA CONSTRUCCIÓN DEL ARCHIVO. ARCHIVOS, CULTURA E PATRIMONIO, CeDInCI, 2016, Buenos Aires, Argentina.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

DULLES, J. W. F. *Anarchists and Communists in Brazil*. Austin: University of Texas Press, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Comunismo no Brasil (1935-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

EDSEL, R. M. *Salvando a Itália*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

ELETROPAULO. *Memória*. Departamento Patrimônio Histórico da Eletropaulo, São Paulo, p. 2-6, julho/set. 1992.

FAL. *Atividades a desenvolver pelo coletivo*. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM [s/d].

FEIJÓ, M. C. *Formação Política de Astrojildo Pereira (1890-1920)*. 2ªed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Revolucionário Cordial: Astrojildo Pereira e as origens de uma política cultural*. São Paulo: Boitempo, 2001.

FELTRINELLI, C. *Feltrinelli, editor, aristocrata e subversivo*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2006.

FERNANDES, F. *O que é marxismo-leninismo?* [s/d]. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/fernandes/ano/mes/marxismo.htm>. Acesso em: 17 dezembro 2020.

FERREIRA, M. N. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

FERRER, E. (Org.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2011.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Rev. Bras. Hist.* 24 (47), 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Acesso 22 dezembro 2021.

FILIPPI, A. *O Legado de Lelio Basso na América do Sul e seus Arquivos de Roma: as particularidades históricas das transições democráticas e a constitucionalização dos novos direitos*. VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), 2012, João Pessoa-PB.

GALVÃO, W. N. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (54), p. 21-30, 2012.

GODOY, M. *A Casa da Vovó*. São Paulo: Alameda, 2014.

GOMÉZ, A. C. Outras vozes, outros arquivos. A memória escrita das classes subalternas. *Cadernos de História da Educação*, v.20, p.1-23, 2021.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAMMAR, J. Depoimento de Jorge Hammar para o periódico *Marcha*. Uruguai, 01/06/1962. Coleção ASMOB, ASMOB/IAP/CEDEM.

HARDMAN, F. F. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1984.

HOLLÓS, A. C. *Entre o passado e o futuro: os limites da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da Preservação Documental no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, no 2, p. 13-30, jul/dez 2010.

IUMATTI, P. T.; NICODEMO, T. L. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 97-120, 2018.

JOÃO PESSOA. *Relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa*. João Pessoa: Editora CCTA; UFPB, 2020.

KHOURY, Y. A. Edgard Leuenroth: uma vida e um arquivo libertários. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, n.33, p.112-149, 1997.

KONDER, L. Astrojildo Pereira: o homem, o militante, o crítico. *Memória & História*, n. 1, p. 51-74, 1981.

\_\_\_\_\_. Astrojildo Pereira (1890-1965). In: KONDER, L. *Intelectuais Brasileiros & Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

L.B. L'Institut Marx-Engels. *La Critique Sociale*. 1931. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/riazanov/bio/bio02.htm>. Acesso em: 19 outubro 2020.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LEAL, EI; PAIVA, O. da C. (Orgs.). *Patrimônio e história*. Londrina: Editora UniFil, 2014.

LIMA, H. F. Apresentação. In: PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. XI-XVIII.

\_\_\_\_\_. Astrojildo Pereira e uma mudança na orientação do PCB. *Memória & História*, n. 1, p. 37-46, 1981.

LODOLINI E. *Archivística. Principios y problemas*. Traducción de Mercedes Costa Paretas. Madrid: ANABAD, 1993.

LOPES, B. P.; RODRIGUES, G. M. Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq. *Revista do Arquivo*, Arquivo do Estado de São Paulo (APESP), Ano II, n. 4, março 2017.

LOPES DOS SANTOS JUNIOR, R. Entre a salvaguarda e a destruição: os arquivos italianos durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945). *Acervo*, v. 33, n. 1, p. 205-223, 6 nov. 2019.

LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

LUCA, T. R. de; COTRIM, R. A. O Congresso em prol da paz no Rio de Janeiro (1915). *Revista Historiae*, Rio Grande: Editora da FURG, vol. 09, n. 1, 2018.

MAGNANI, S. I. L. *O Movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

MALDONADO, L. E. Edição e revolução na América Latina: um diálogo com o historiador argentino Horacio Tarcus sobre o marxismo latino-americano. *Revista Crítica Marxista*, n.48, 2019.

\_\_\_\_\_. O legado de Astrojildo Pereira para além de sua pessoa: A formação de arquivos e bibliotecas operários nas três universidades estaduais paulistas. *Margem Esquerda*, n. 38, no prelo.

MARGUERETTAZ, C. *Archives, histoire et construction de l'identité nationale en France et en Italie au XIXe siècle – Les archives départementales de la Haute-Savoie et de la Savoie au service de la transition administrative (1860-1892)*. Formation Archives Danger, 2019. <https://dune.univ-angers.fr/fichiers/18008024/2019HMAR10631/fichier/10631F.pdf>. Acesso em: 27 novembro 2020.

MARTINS FILHO, J. R. (Org.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006.

MARTINS DE MELLO, M. Apresentação. Memória e História. *Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n.1, 1981.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Renata Cotrim. Petrópolis, 27 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. *Movimento Operário Brasileiro: do real e do imaginário, emoções para uma pedagogia da memória social*. (Projeto de Pesquisa). [s/d]. Coleção ASMOB. ASMOB/IAP/CEDEM.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Boitempo. 2015.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MATTERN, E. World War II archivists: in the field and on the home front. *Library & Archival Security*, Abingdon, UK, v. 24, n. 2, p. 61-81, 2011.

MATTOS, M. B. O sentido de classe do golpe de 1964 e a ditadura: um debate historiográfico. In: ZACHARIADHES, G. C. *1964: 50 anos depois: a ditadura em debate*. Sergipe: EDISE, 2014.

MAZZEO, A. C. Astrojildo Pereira. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 39-58.

MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

MELO, Z. F. de. Depoimento de Zuleide Faria de Melo. In: CIAVATTA, M. (Org.). *Luta e memória*. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p 77-127.

MENESES, U. T. B. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, N° 34, p. 9-23, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>. Acesso em: 17 janeiro 2022.

MORAES, M. B.; PIMENTEL, J. B. de O. Fundo Catullo Branco: os desafios no desenvolvimento da organização arquivística. *Patrimônio e Memória*. UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – CEDAP, v.3, n.1, 2007.

MORAES, S. (Org.). *Guia de Acervo Centro de Documentação e Memória da UNESP*. São Paulo: CEDEM/UNESP, 2017.

MORENA, R. La solidarité brésilienne avec la lutte des républicains espagnols: souvenirs d'un combattant. *Études Brésiliennes*, Paris, ano 1, n. 2, p. 69-72, julho 1975.

NASCIMENTO, G. F. *A resistência no exílio: Miguel Arraes e o boletim Frente Brasileira de Informações (1969-1973)*. 2021. Tese (Doutorado em História) - CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

NETTO, J. P. Astrojildo: política e cultura. In: PEREIRA, A. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1994.

\_\_\_\_\_. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NICHOLAS, L. H. *Europa saqueada: o destino dos tesouros artísticos europeus no Terceiro Reich e na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OTTOLINI, T. *Dal soutien alla cooperazione. Il terzomondismo in Italia fra il Centro di Documentazione "Frantz Fanon" e il Movimento Liberazione e Sviluppo*. 2018. Tese. (Doutorado em História Cultural) - Universidade de Bolonha, Bolonha-Itália.

PENNA, L. de A. *Roberto Morena, o militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PEREIRA, A. *Machado de Assis – ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

\_\_\_\_\_. *Formação do PCB (1922-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2012.

PEREIRA, F. Utopia dividida: a crise do PCB (1979-1992). *História Oral*, v. 10, n. 1, p. 63-92, jan.-jun. 2007.

PEREZ, R. *Trajetória intelectual de Carlos Marighella: do PCB à ALN*. 2017. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. (Orgs.). *A classe operária no Brasil: documentos*. vol. 1. O movimento operário. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 2, n.3, 1989.

PRASHAD, V. *Estrela Vermelha sobre o Terceiro Mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PUREZA, J. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMOS, I. G. As representações de classe operária na produção acadêmica brasileira. Um balanço das décadas de 1960 e 1970. *Antíteses*, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, p. 421-449. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/view/266>. Acesso em: 14 de dezembro 2020.

RIBEIRO, M. C. B. *Militância e Exílio: as trincheiras subterrâneas de luta*. II JORNADAS DE TRABAJO. EXÍLIOS POLÍTICOS DEL CONO SUR EN EL SIGLO XX, nov 2014, Montevideu, Uruguai.

\_\_\_\_\_. *A Resistência à ditadura civil-militar brasileira e as Redes Transnacionais de Solidariedade (1964-1985)*. XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Jul/2015, Florianópolis-SC.

\_\_\_\_\_. As redes políticas de solidariedade na América Latina. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.8, n.17, p.311-349, jan/abr.2016.

\_\_\_\_\_. *Exílio Político Brasileiro e as Redes Revolucionárias Transnacionais (1964-1985)*. *massivos en Europa y Latinoamérica en el Siglo XX: dimensiones comparadas y regionales*. CONFERÊNCIA, 2017.

RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru-SP: Edusc, 2004.

RODRIGUES, A. C. Natureza dos documentos de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, L. (Org.) *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: Ed. UFF, 2010.

RODRIGUES, P. Roberto Morena: o operário, o militante, o homem. *Revista Memória e História*. ASMOB, IAP. IRM. Editora Novos Rumos, São Paulo, 1987.

ROGINER, L. Reflexões sobre o Exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios. In: QUADRAT, S. (Org.). *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SALES, J. R. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 31, e0206, set./dez. 2020.

SANTOS JUNIOR, R. Análise histórica sobre o desenvolvimento da Arquivologia na antiga União Soviética (1918-1985). *InCid: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 3, n. 2, p. 64-83, 13 dez. 2012.

SANTOS, M. C. T. M. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. *Cadernos de Museologia*, Rio de Janeiro, n. 3, 1994.

SANTOS, L. S. A construção da rede sindical rural entre os PCs de Itália e Brasil (1955-1965). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/69678>. Acesso em 10 maio 2020.

SCAVINO, M. Os arquivos sindicais e dos movimentos sociais na Itália. In: MARQUES A. J.; STAMPA I. T. (Orgs) *Arquivos e o direito à memória e à verdade no mundo dos trabalhadores: coletânea do 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e Seus Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2015.

SCHWARTZ, J. M.; COOK, T. Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory, *Archival Science*, vol. 2, nº 1-2, 2002.

SECCO, L. (Org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.) *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SODRÉ, N. W. Astrojildo Pereira. Memória e História. *Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, nº 1, 1981.

\_\_\_\_\_. *História da História Nova*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. Meu amigo Astrojildo Pereira. In: FEIJÓ, Martin Cezar. *Formação Política de Astrojildo Pereira (1890-1920)*. 2ªed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 7-43.

SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, C. G. *Brasil Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1985.

SOUSA, J. M. *Relatório do delegado da União Operária Nacional no Congresso Internacional Pró Paz*. Porto: União Operária Nacional, 1915, p. 3-9. Fundo Astrojildo Pereira, ASMOB, IAP, Opúsculos 01.171,1.

TAFARELLO, P. M. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília-SP.

TARCUS, H. Os arquivos do movimento Operário, os movimentos sociais e as esquerdas na argentina. Um caso de subdesenvolvimento cultural. *Revista Perseu: História, Memória e Política*, n.03, 2009.

TEIXEIRA, F. B. *Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, major Dr. Filinto Muller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social*. Rio de Janeiro, 1940. Fundo Catulo Branco. ASMOB, IAP, CEDEM.

TESSITORE, V. *Como Implantar Centros de Documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003.

THOMPSON, E. P. A lógica histórica. In: THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria: ou um plenário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

VALE, A. M. do. *O ISEB, Os Intelectuais e a Diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

VIANNA, M. de A. G. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pão Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

\_\_\_\_\_. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. Depoimento de Marly Viana. In: CIAVATTA, Maria (Org.). *Luta e memória*. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p 25-76.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Renata Cotrim por e-mail. 13 de maio de 2020.

VIEIRA, V. L.; COTRIM, R. A. Um acervo documental constituído por exilados brasileiros e as possibilidades de pesquisa – a Coleção Exílio (1964-1985) In: MARTA, F. E. F.; SANTOS C. E. F. dos (Orgs.). *Memória e organizações sociais: diálogos interdisciplinares nas ciências humanas*. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2020.

VIGEVANI, T. *Terceiro Mundo: Conceito e História*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



## FONTES

Arquivo pessoal de Astrojildo Pereira - ASMOB

Arquivo pessoal de Roberto Morena - ASMOB

Arquivo pessoal de José Luiz Del Roio - ASMOB

Arquivo pessoal de Maurício Martins de Mello

Centro Documentazione di Pistoia

Coleção Archivio Sachetta - ASMOB

Coleção Centro di Azione e Documentazione sull'America Latina – CADAL - ASMOB

Coleção Centro Studi Problemi Internazionali – CESPI - ASMOB

Coleção CEAL - ASMOB

Coleção Centro Frantz Fanon - ASMOB

Coleção Exílio (Coleção ASMOB)

Coleção José Medina - ASMOB

Coleção João Baptista Marçal - ASMOB

Sistema de Gestão de Arquivos Permanentes – CEDEM/UNESP

“Atividades a desenvolver pelo coletivo” Comitê França América Latina (FAL), Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

Catálogo de Microfilme 82. Fundo José Luiz Del Roio.

Catálogo de Microfilme 83. Fundo José Luiz Del Roio.

Correspondência recebida. CADAL. [s/d]. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

Correspondência recebida, CADAL, julho de 1971. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

Correspondências MIR peruano, Coleção ASMOB, ASMOB/IAP/CEDEM.

Correspondência enviada por Otávio Brandão ao camarada Bela Kun, da Seção de Agitação e Propaganda da Internacional Comunista, 1924. Microfilmes da Internacional Comunista, IC-03. ASMOB/IAP/CEDEM.

Convite para confraternização em apoio aos revolucionários antifascistas brasileiros. Coleção Exílio. ASMOB/IAP/CEDEM.

“Como prosseguir?” [s/d]. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

*Dossier Sul Brasile*. Centro di Azione e Documentazione sull’America Latina. Milano, Sapere Edizioni, 1970.

Formulação teórica. CADAL. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

“Estourada a máquina do PC no Brasil”. *A Luta Democrática*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1975, Edição 06429, p. 2.

“Estrutura do Comitê França América Latina” (FAL), [s/d]. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

Folder de divulgação do ASMOB. [s/d]. Fundo José Luiz Del Roio.

MARTINS DE MELLO, Maurício. Projeto de Pesquisa “*Movimento Operário Brasileiro: do real e do imaginário, emoções para uma pedagogia da memória social*”. [s/d]. Coleção ASMOB. ASMOB/IAP/CEDEM.

“Na granja inocente, o PCB”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1975, p. 9.

Notas e anotações de leitura. [s/d]. ARCH A2,24. Fundo Astrojildo Pereira/ASMOB/IAP/CEDEM.

“Polícia mostra o QG da subversão”. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1975, Edição 07874 p. 1, 3-5.

“Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo”. Opúsculo. Nov/1973. Coleção Exílio, ASMOB/IAP/CEDEM.

Publicações Recebidas. O Proletário, núm. 05, Ano I, de 01 de outubro de 1911. Disponível em [https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/o\\_proletario.o.pdf](https://www.ael.ifch.unicamp.br/system/files/ael-digital/Peri%C3%B3dicos/o_proletario.o.pdf). Acesso em junho de 2021.

Relatório apresentado ao Sr. Chefe de Polícia, major Dr. Filinto Muller, pelo Delegado Especial de Segurança Política e Social, Capitão Felisberto Baptista Teixeira, e referente à campanha desenvolvida, sob sua orientação, para repressão às atividades do Partido Comunista no país. Rio de Janeiro, setembro de 1940. Fundo Catulo Branco. ASMOB, IAP, CEDEM.

Relatório do delegado da União Operária Nacional no Congresso Internacional Pró Paz. Porto: União Operária Nacional, 1915, p. 3-9. Fundo Astrojildo Pereira, ASMOB, IAP, Opúsculos 01.171,1

Telegrama enviado por CADAL, fevereiro de 1971. Coleção ASMOB/IAP/CEDEM

“Uma Autocrítica Necessária”. TL/ALN, 1971, Coleção ASMOB/IAP/CEDEM.

*Voz Operária*, Órgão Central do Partido Comunista Brasileiro; nº 106. Edição clandestina, dez/1973.

## **ENTREVISTAS**

Depoimento de José Luiz Del Roio. 02/03/2003. ASMOB/IAP/CEDEM.

Depoimento de José Luiz Del Roio concedido à autora, São Paulo, 12/03/2018.

Depoimento de José Luiz Del Roio concedido à autora, São Paulo, 02/2020.

Depoimento de Maurício Martins de Mello concedido à autora, Petrópolis, RJ, 27/05/2021.

Depoimento de Marly Vianna concedido à autora por e-mail, 13/05/ 2020.

## **FILMES**

A Casa de Astrojildo. Fundação Astrojildo Pereira

Octávio Brandão: as lutas do seu tempo. Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp

## ANEXOS



ANEXO 1 – Imagem1. Antiga sede da Fundação Feltrinelli, Milão, 1977.



ANEXO 2 – Imagem 2. Chegada dos arquivos pessoais de Astrojildo Pereira e Roberto Morena à sede da Fundação Feltrinelli. Milão, 1977.



ANEXO 3 – Imagem 3. Maurício Martins de Mello, Teresa Isenburg, José Luiz Del Roio e pessoa não identificada. Recepção dos arquivos de Astrojildo Pereira e Roberto Morena na sede da Fundação Feltrinelli. Milão, 1977.



ANEXO 4 – Imagem 4. Maurício Martins de Mello, Teresa Isenburg e duas pessoas não identificadas na ocasião da chegada dos arquivos de Astrojildo e Morena. Milão, 1977.



ANEXO 5 – Imagem 5. Maurício Martins de Mello e José Luiz Del Roio transportando os arquivos para a sala que o ASMOB ocupou na sede da Fundação Feltrinelli. Milão, 1977.



ANEXO 6 – Imagem 6. José Luiz Del Roio e Maurício de Mello, Fundação Feltrinelli, 1977.



ANEXO 7 – Imagem 7. Sala ocupada pelo ASMOB na Fundação Feltrinelli. Milão, 1977.



ANEXO 8 – Imagem 8. Giuseppe Del Bo e José Luiz Del Roio com jornais pertencentes ao ASMOB. Fundação Feltrinelli, Milão, 1977.



ANEXO 9 – Imagem 9. Jornais recém chegados à Milão. ASMOB, 1977.



ANEXO 10 – Imagem 10. Livros e jornais. ASMOB, 1977.